

ANTÔNIO PAIM

DO SOCIALISMO À SOCIAL DEMOCRACIA

Rio, 2001

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I – A REVISÃO DO MARXISMO E SEU DESFECHO

I. A CHAMADA REVISÃO DO MARXISMO

II. KAUTSKY E A QUESTÃO AGRÁRIA

- a) Em que sentido se desenvolve o capitalismo na agricultura
- b) Limites da exploração capitalista na agricultura
- c) A política em relação ao campo preconizada por Kautsky
- d) Singularidade do posicionamento do socialismo democrático

III. BERNSTEIN E A ATIVIDADE PARLAMENTAR

- a) Não pode haver socialismo científico
- b) Repúdio à idéia de ditadura do proletariado
- c) A evolução do capitalismo
- d) A questão do revisionismo

IV. NASCEDOURO DA SOCIAL DEMOCRACIA: O CONGRESSO DE BAD GODSBERG DE 1959

PARTE 2 – EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO SOCIALISTA E AMPLITUDE DA ADESÃO À SOCIAL-DEMOCRACIA

I. O MOVIMENTO OPERÁRIO EM SEUS PRIMÓRDIOS

- a) Os antecedentes marcantes
- b) A cronologia de eventos

II. O TRABALHISMO INGLÊS

- a) Elementos impulsionadores
- b) Os fatos marcantes nas primeiras décadas
- c) adesão ao socialismo
- d) A estatização da economia e domínio das Trade Unions
- e) A longa crise dos anos oitenta
- f) A reviravolta provocada por Tony Blair

III. A SOCIAL DEMOCRACIA ALEMÃ

- a) A fase inicial sob forte repressão
- b) As conseqüências da unificação. Derrota na guerra e fim da monarquia
- c) A República de Weimar
- d) A Alemanha dividida. Significado do Congresso de Bad Godsberg (1959)
- e) O fraco desempenho eleitoral em seu próprio país e a ampla vitória no exterior
- f) Aprimoramento da proposta social democrata sob a liderança de Schroeder

IV. AMPLITUDE DA ADESÃO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS AO IDEÁRIO SOCIAL DEMOCRATA

**PARTE III – ELABORAÇÃO TEÓRICA RECENTE E AVALIAÇÃO CRÍTICA
SEGUNDO A ÓTICA LIBERAL**

I. A DOCTRINA DA TERCEIRA VIA NA VISÃO DE ANTHONY GIDDENS

II. AVALIAÇÃO LIBERAL DA SOCIAL DEMOCRACIA

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Tendo me afastado do Partido Comunista em 1957, chocado com as revelações contidas no Relatório Krushov,⁽¹⁾ e concluído o curso de filosofia (basicamente marxismo) na Universidade Lomonosov, em Moscou, ao tempo em que pertencia àquela agremiação política, tive naturalmente que me defrontar com as questões que aquela experiência suscitava. Demorei muitos anos até deslindá-las de forma adequada. De modo que, quando publiquei, em 1981, *A questão do socialismo hoje*, algumas delas ainda se encontravam superpostas, o que suponho haver esclarecido desde então.

Constitui um problema teórico isolado determinar se o marxismo tem alguma significação filosófica. O prestígio do marxismo adveio do sucesso político e não o contrário, embora seus partidários tenham procurado obscurecer esse fato, enfatizando a circunstância de estar associado ao idealismo alemão, sem dúvida alguma a expressão filosófica mais importante do Ocidente. Na verdade, entretanto, Marx sofreu outras influências que provavelmente terão sido ainda mais marcantes, como a do cientificismo, isto é, a crença na possibilidade de ciência social sem atenção aos valores, o que é uma evidência reconhecida. Mas também uma outra influência obscurecida: a exaltação do Estado nos moldes prussianos, que nada tem a ver com a idealização moral daquela estrutura – inexistente na Alemanha e que se desejava constituir, no século XIX, como elemento imprescindível à unificação.

O prestígio do marxismo resultou do fato de que entroncava com as tradições científicas e patrimonialistas e não por se achar associado ao idealismo alemão. Precisamente isto explica que se haja radicado na Rússia, Estado Patrimonial secular conforme o demonstrou Karl Wittfogel (1896-1988)⁽²⁾ e, no Ocidente, apenas em países com acentuados resquícios patrimonialistas, a exemplo da França e da Itália. É certo que essa constatação não elimina a necessidade de avaliar-se a sua significação filosófica. Com base nessa conclusão, dissociei os dois temas que se achavam superpostos no livro de 1981.

Desde então retomei o projeto de livre-docência que havia elaborado na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, ainda na década de sessenta,⁽³⁾ e trabalho no texto que denominei *de Avaliação crítica do marxismo e descendência*, no qual espero dar conta do aspecto teórico do problema.

Restava estudar a experiência do socialismo ocidental a fim de dispor de um parâmetro que me permitisse dissociá-lo do comunismo, isto é, da experiência soviética. É de percepção intuitiva que o socialismo é uma aspiração moral que decorre do cristianismo e do próprio judaísmo. Sintetizando de forma magistral os Dez Mandamentos, Kant ensinou-nos que *o homem é um fim em si mesmo e não pode ser usado como meio*. Trata-se, contudo, de um ideal moral a ser perseguido. Tentar impô-lo constitui uma violação do espírito do cristianismo equivalente à que o Papado efetivou ao conceber e instaurar a Inquisição.

Proseguí portanto nos meus estudos da experiência socialista ocidental – que reuno neste livro – mas também me convenci de que num país de tradição patrimonialista e cientificista como o Brasil – razão pela qual aqui vingou uma curiosa espécie de marxismo a que tenho denominado de “versão positivista” – era imprescindível tentar promover o debate da questão moral, o que tenho, de igual modo, procurado fazer.

A primeira versão dos capítulos V, VI e VII, dedicados à emergência do movimento operário no século XIX, ao trabalhismo inglês e à social democracia alemã, apareceram em *A questão do socialismo, hoje* (1981). Depois refundi-os atualizei-os a fim de que integrassem o curso à distância, sobre social democracia, que o Instituto de Humanidades promoveu em parceria com a Universidade Gama Filho.⁽⁴⁾ Como Carlos Henrique Cardim estava preparando uma coletânea intitulada *Formação e perspectivas da social-democracia*,⁽⁵⁾ sugeri-lhe que incluísse os textos daquele curso, em que fiz pequenas correções. Basicamente esta é a forma em que são agregados a este livro, com as imprescindíveis atualizações.

O estudo dedicado à terceira via, que constitui o capítulo nono, não foi divulgado precedentemente nesta forma.

Achei recomendável reunir as referências bibliográficas ao fim do livro, e não apenas nas notas de rodapé, aproveitando o ensejo para mencionar outras fontes consultadas.

Ao leitor interessado no assunto, recomendo o mencionado *Formação e perspectivas da social democracia*, de Carlos Henrique Cardim. E, a quem desejar conhecer o posicionamento liberal em face da corrente social-democrata, de forma mais aprofundada da que efetivo, no capítulo final, sugiro a coletânea organizada por Ubiratan Macedo: *Avaliação crítica da social democracia: o exemplo francês*.⁽⁶⁾

Rio de Janeiro, maio de 2001.

A.P.

PARTE I – A REVISÃO DO MARXISMO E SEU DESFECHO

I. A CHAMADA REVISÃO DO MARXISMO

Denominou-se de *revisionismo* ao movimento surgido no seio da social democracia alemã destinado a criticar certos aspectos do marxismo que não correspondiam seja à verdade, do ponto de vista teórico, seja à realidade concreta. Embora se tratasse de uma crítica voltada para aspectos essenciais daquela doutrina, os críticos não só proclamaram que continuavam marxistas como aceitaram até mesmo a denominação de *revisionistas*. Tenha-se presente que o revisionismo foi identificado como traição pelos comunistas, o que de fato constitui uma forma de obscurecer sua própria traição aos ideais democráticos que sempre estiveram associados ao socialismo. Quando os socialistas dos meados do século passado criticavam o condicionamento da representação à propriedade – porquanto em sua fase inicial aquele sistema não nutria quaisquer aspirações de ordem democrática, sendo isto justamente o que se denominou de *democracia burguesa* por limitar-se à elite proprietária – aspiravam ao sufrágio universal, vale dizer, à extensão a todos das prerrogativas do regime democrático representativo e não a sua eliminação como fizeram os comunistas. De sorte que se se pudesse falar em traição aos ideais, que desde sempre estiveram associados ao socialismo, ninguém melhor que os comunistas para merecer a acusação.

A revisão voltou-se para questões nucleares, como indicaremos. Seus mais destacados autores são Edward Bernstein (1850-1932) e Karl Kautsky (1854-1938). Ambos são figuras das mais representativas do socialismo democrático europeu e como intelectuais alheios a todo dogmatismo tinham suas próprias divergências. Estiveram unidos entretanto no combate às diversas expressões do socialismo totalitário, por entender que o socialismo estava plenamente identificado com a bandeira do sistema representativo e das garantias individuais.

A questão central diz respeito ao pretenso caráter científico do marxismo. Com o propósito de distinguir-se do socialismo francês e ao mesmo tempo inserir-se no movimento de constituição de uma ciência da sociedade —crença e aspiração manifestadas por Condorcet (1743-1794) e seu principal herdeiro Saint-Simon (1760-1825) – Marx pretendia ter descoberto uma lei do desenvolvimento da sociedade que repousava na luta de classes e no seu desfecho quanto ao surgimento do que chamou de *modo de produção*. Essa hipótese simplificatória foi logo recusada pelo comum dos estudiosos porquanto a produção baseada no trabalho escravo, existente na Antigüidade Clássica, não evoluiu naturalmente para o feudalismo. Este resultou da adoção do cristianismo pelas hordas bárbaras na Europa Ocidental mas, além de que não se tenha universalizado – na Península Ibérica como na Prússia floresceu o chamado *patrimonialismo* – não se reduz ao esquema simplista de *senhores e servos* comportando a presença de formas diversificadas de organização social. Na Rússia não houve nenhum ciclo escravagista e o que se poderia denominar de *feudalismo*, para aproximá-lo do regime vigente em grande parte da Europa Ocidental, vigorou até a década de sessenta do século passado. De sorte que no seio do próprio marxismo, pensadores como Lukacs (1885-1971) procuraram demonstrar que a luta de classes no sentido marxista do termo, estava limitada aos países capitalistas. As objeções de Bernstein têm maior profundidade.

Edward Bernstein contestou que a aspiração socialista pudesse ser enquadrada num modelo científico porquanto se tratava de uma questão moral. Reivindicava mesmo que o socialismo que professava (e que sempre supôs fosse marxista, apesar do abandono de seus aspectos essenciais) estaria melhor representado pela ética kantiana. Guardava grande

admiração por Herman Cohen (1842-1918), fundador do neokantismo vitorioso nos fins do século passado e começos do presente, que também era socialista.

De modo que em mãos de Bernstein o marxismo deixava de ser socialismo científico, voltando a identificar-se com a aspiração moral de melhoria da situação da classe trabalhadora, emergente na sociedade industrial, que era comum à grande parte da intelectualidade do século XIX.

Kautsky, por sua vez, assestou um golpe de morte nas simplificações marxistas ao concluir que a evolução da agricultura européia não se dava segundo as previsões de Marx, isto é, plenamente identificada com o cerne da sociedade industrial e capitaneada por grandes empresas baseadas no trabalho assalariado.

Werner Sombart, que se destacaria entre os economistas alemães, chamara a atenção para o equívoco de Marx e suas implicações no programa da social democracia. Essa advertência aparece num texto sobre o socialismo, da última década do século passado e tem o seguinte teor:

“E se na economia se apresentarem áreas não sujeitas ao processo de socialização, e isso eventualmente em função de a pequena forma empresarial ser mais importante que a grande, que acontece então? É esse o problema todo que hoje se apresenta à social democracia sob o título de *a questão agrária*. O ideal de economia comunitária, esse ideal que se baseia no grande estabelecimento e respectivo programa decorrente terão que passar então por uma alteração de seus princípios básicos em face da existência da classe agrária? E mesmo que se chegue, de fato, à conclusão de que não existe no desenvolvimento agrário nenhuma tendência para o grande estabelecimento, e que na esfera da produção agrícola o grande estabelecimento não represente, sob todos os aspectos, a forma mais elevada de produção, ter-se-á que encarar a seguinte questão decisiva: Devemos ser democratas no sentido de incluir também as entidades empresariais pequenas em nosso programa e alterá-lo *renunciando* aos objetivos econômicos comunitários, ou devemos continuar proletários, ficar na mira desse ideal econômico comunitário e excluir, então, de nosso movimento tais elementos?

Tive que falar aqui em termos de *se e porém* (isto é, em termos hipotéticos e adversativos) porque, conforme é de meu conhecimento, não é possível determinar ainda com certeza, nem a tendência evolutiva da agricultura, nem mesmo a forma superior de produção agrícola, se é que uma delas se revele como tal. Pelo que eu vejo, o sistema marxista apresenta nesse ponto uma falha de ordem fundamental; pelo que eu vejo, as deduções de Marx não se transferem sem mais nem menos para o domínio da agricultura. Marx soube dizer coisas importantes no concernente ao tema agrário, mas a sua teoria da evolução que se baseia no crescimento do número dos grandes estabelecimentos agrícolas e na proletarização das massas, que dessa evolução faz decorrer a necessidade da existência do socialismo, essa teoria só é clara para a evolução industrial. Ela não é clara para o desenvolvimento agrário e me parece que a pesquisa científica terá que preencher essa lacuna que, de qualquer maneira existe”.⁽¹⁾

Estava em jogo o seguinte: as teses de Marx, contidas sobretudo em *O Capital* deveriam ser consideradas como dogmas ou, como tudo mais, estavam sujeitas à crítica e à refutação? Os chamados revisionistas recusaram taxativamente transformar Karl Marx no chefe de uma seita repousando em fundamentos religiosos. Ao chamar a atenção para a necessidade de seguir o curso real do desenvolvimento econômico – com a sua obra clássica *A*

questão agrária (1898) – Kautsky abriu caminho para o estudo de situações concretas. Assim, estiveram em condições de reconhecer que, apesar do caráter perverso e assustador para as classes trabalhadoras, do fenômeno das chamadas *crises cíclicas* que acompanhavam o capitalismo, este revelou-se capaz, ao longo do tempo, de proporcionar razoável distribuição de renda, ao contrário dos pólos de riqueza e pobreza, separados por um abismo cada vez mais profundo, prognosticados por Marx. Advertências e análises provenientes do *revisionismo* permitiram à social democracia alemã compreender o significado do *keinesianismo*, na atenuação dos efeitos e na própria eliminação das crises cíclicas. E embora esse resultado não tenha erradicado circunstâncias negativas no plano econômico – sobrevivendo o que contemporaneamente se denomina de *recessão* – serviu para demonstrar que a sociedade resultante do capitalismo na Europa Ocidental merecia ser abraçada, com o correspondente abandono da utopia socialista, sendo este desenlace que caracteriza precisamente o surgimento da *social democracia*, como é entendida presentemente.

O terceiro elemento da crítica *revisionista* tem conseqüências ainda mais sérias. A experiência da social democracia no Ocidente serviu para evidenciar que o fenômeno do surgimento de grandes empresas e da concentração da produção em unidades econômicas gigantescas não se fez acompanhar, como imaginava Marx, da concentração do poder político em mãos dos grandes capitalistas. Ao contrário disto, com a adesão da doutrina liberal ao ideário democrático, institucionalizaram-se nos países capitalistas sistemas eleitorais que facultaram a existência de poderosos Partidos Socialistas (e até de inimigos tão rancorosos do sistema representativo como os comunistas). No período subsequente ao primeiro pós-guerra, os socialistas começaram a sua ascensão em direção ao poder nos principais países europeus. A par disto, o surgimento do nazismo e do estalinismo evidenciaram para os socialistas o significado do Estado Liberal de Direito. De maneira que no segundo pós-guerra o combate dos socialistas democráticos volta-se crescentemente contra os comunistas, evidenciando-se um amplo campo de entendimento com os liberais, no tocante à defesa e aprimoramento do sistema democrático-representativo.

Como se vê, o *revisionismo* minou as bases do marxismo como doutrina filosófica geral, como referencial para análises econômicas e igualmente no plano da evolução política. Sendo assim, como se explica que seus representantes mais expressivos fizessem questão de considerar-se marxistas?

Talvez o fato decorresse da circunstância de que todos se tivessem empenhado em tornar vitoriosa a facção marxista no seio da social democracia alemã. Consumada esta nos anos noventa, notadamente quando os marxistas conquistam a hegemonia na Segunda Internacional, talvez não lhes parecesse adequado renunciar à condição de marxistas e preservar a hegemonia em seu nome.

A par disto, talvez os dirigentes mais velhos não quisessem abdicar do apelo revolucionário como elemento capaz de atrair aos jovens e, desta forma, assegurar a perenidade do movimento. Bernstein, Kautsky e os demais fundadores das agremiações socialistas, na Alemanha e na Europa Ocidental, tinham vivido anos de perseguição sob Bismarck e reconheciam que o entusiasmo revolucionário das novas gerações havia desempenhado papel decisivo na capacidade dos sociais democratas de enfrentar e superar as adversidades.

Ao mesmo tempo, haviam mantido laços fraternos tanto com Marx como com Engels. Pouco antes da morte de Marx (1883), Bernstein tivera oportunidade de ir a Londres

visitá-lo, tendo se incumbido diretamente de muitos de seus assuntos pessoais depois que faleceu. A par disto, devido a perseguições políticas no continente, trasladou-se a Londres em 1888, ocasião em que passaria a conviver longos anos com Engels (faleceu em 1895). Além de amigos, os dois tinham laços comuns e Engels dizia que Bernstein puxara ao tio – Aaron Bernstein, liberal proeminente. Kautsky por sua vez fora secretário de Engels entre 1881 e 1883, isto é, ainda em vida de Marx. Engels confiou a Bernstein e a August Bebel (1840-1913) fundador e dirigente do PSD alemão – a sua obra teórica.

Assim, é possível que o conjunto descrito de circunstâncias os tenha inibido a consumir o rompimento com o marxismo, embora o hajam virtualmente demolido do ponto de vista teórico. Contudo, prepararam o terreno para que o rompimento afinal se consumasse neste pós-guerra.

Pelo extraordinário significado de que se reveste a sua obra para a estruturação da social democracia, cumpre determo-nos no seu exame.

II. KAUTSKY E A QUESTÃO AGRÁRIA

Karl Kautsky nasceu a 16 de outubro de 1854 em Praga que então era parte integrante do Império Austro-húngaro e frequentou a Universidade da capital (Viena). Filiou-se ao Partido Social Democrata Austríaco e tornou-se marxista sob a influência de Edward Bernstein, embora deste acabasse por divergir em muitos aspectos de sua crítica ao marxismo. Como Bernstein, considerava que a obra de Marx não deveria ser transformada em dogma mas opunha-se ao abandono daqueles pontos em que fosse mais nítido o caráter revolucionário do movimento. Assim, ainda em 1900 considerava que os sociais democratas não deveriam aspirar *a uma participação no poder executivo dentro da sociedade burguesa*. Como a prática política da social democracia enveredasse por outro caminho, deixou de acentuar as suas divergências com o revisionismo. Acabaria mesmo com este identificado, graças entre outras coisas aos brutais ataques que Lenine lhe dirigiu, inclusive batizando-o de *Renegado Kautsky*, com o que, sem sombra de dúvida, atribuía conotação religiosa ao movimento comunista.

Kautsky tornou-se uma das figuras mais representativas da Segunda Internacional Socialista, contribuindo grandemente, com sua decidida condenação da Revolução Russa e do totalitarismo soviético, no sentido de que o socialismo democrático sobrevivesse no Ocidente. Pertenceu ao governo no início da República de Weimar, em 1919, mas a partir de 1924 abandonou as funções que tinha na Internacional passando a dedicar-se à sua obra teórica. É autor de extensa bibliografia voltada para a difusão do marxismo. Contudo, considera-se que suas contribuições mais importantes situem-se no terreno da economia. Editou as notas manuscritas de Marx que formariam o quarto volume de *O Capital*, com o título de *Teorias da mais valia* (1905-1910). No livro *O marxismo e sua crítica* (1900) mostrou como o capitalismo industrial não conduzia, como supusera Marx, à pauperização absoluta do proletariado.

Faleceu em outubro de 1938, como refugiado político em Amsterdã, onde passara a viver, ainda naquele ano, em decorrência da invasão da Áustria pelos nazistas.

Para exemplificar como prefere o curso real dos acontecimentos aos postulados doutrinários, vejamos os principais aspectos considerados em seu livro clássico *A questão agrária* (1898). A tradução brasileira deste livro foi incluída na Coleção *Os economistas*, do grupo editorial Abril, (*A questão agrária*, tradução de Otto Erich Walter Maas, São Paulo, Nova Cultural, 1986, 401 p.).

a) Em que sentido se desenvolve o capitalismo na agricultura

Embora enfatizando desde logo os obstáculos existentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo – que teremos oportunidade de referir especificamente – Kautsky destaca que para compreender o processo em sua inteireza é necessário tomar como referência a unidade produtiva agrícola existente sob o feudalismo. Esta caracterizava-se pela auto-suficiência, inclusive na obtenção dos produtos artesanais requeridos, como roupa e outros utensílios. Na medida em que se desenvolve a civilização urbana sob o impacto da Revolução Industrial, as unidades produtivas rurais são levadas a adequar-se às exigências do

mercado.

Em primeiro lugar, a cidade oferece em condições mais favoráveis os utensílios que tradicionalmente constituem fabricação própria. Além disto, forçam à especialização do produtor rural, levando progressivamente ao abandono das culturas de subsistência. Assim, passa de fornecedor a comprador de tais produtos. Por todos os lados é envolvido na economia monetária. A análise de Kautsky é detalhada e toma por base o processo real ocorrido nos principais países europeus, não sendo o caso de reproduzir nesses detalhes, bastando referir as conclusões mais destacadas. Eis como aparecia o fenômeno da especialização (da divisão do trabalho):

“Somente com o advento da agricultura moderna em que, tanto no grande estabelecimento, quanto no pequeno, o agricultor leva em frente a produção utilizando as próprias ferramentas, seus próprios animais e seus próprios trabalhadores; só então foi possível ao grande estabelecimento desenvolver uma divisão do trabalho essencialmente superior à existente no pequeno estabelecimento agrícola.

Tanto a divisão do trabalho dentro de um mesmo estabelecimento, como a divisão deste nos estabelecimentos, entre si, a diversidade de culturas e a dos respectivos tipos levaria forçosamente a um aperfeiçoamento do trabalhador, das ferramentas e implementos, da sementeira e das raças animais. Iria da mesma forma aumentar também, em alto grau, a dependência do agricultor em relação ao comércio intermediário.

O camponês produz agora não somente na condição de industrial; como agricultor também já não mais produz pessoalmente tudo de que necessita para uso próprio. Vê-se obrigado, agora, a comprar mais ferramentas (mais caras do que antes), inclusive parte dos alimentos que consome, produtos que seu estabelecimento especializado não mais produz, ou não produz em quantidade suficiente. Com a especialização crescente do trabalho de fato cresce o número de agricultores, principalmente dos pequenos que, deixando em segundo plano a plantação de grãos, se vêm obrigados, então, a comprar seus cereais ou a farinha. Vez ou outra também produzem bens de sementeira, mas no geral se dedicam à criação de gado, principalmente de grande porte, se bem que não o fazem no próprio estabelecimento; são as empresas especializadas que se dedicam à produção e à melhoria de sementes, ao desenvolvimento de raças especiais de animais. É dessas empresas que o agricultor adquire o que mais corresponde às necessidades respectivas de seu próprio estabelecimento. Por outro lado, revende animais; estes, em parte, são animais que lhe deixaram de ser úteis, a exemplo de vacas leiteiras que já não produzem o suficiente, ou animais que atingiram o padrão de especificações da finalidade a que se destinam dentro do respectivo ramo especial de produção. Por exemplo, na criação de novilhos, o gado que atingiu a maturidade para o trabalho, ou para a produção de leite. Quanto mais o estabelecimento agrícola se especializa, e quanto mais animais este possa utilizar de uma ou de outra forma, tanto mais rapidamente se processa a comercialização. Mais se desenvolve, igualmente, o comércio praticado pelo intermediário, que, no entanto, torna dependente esse pequeno agricultor que, sem visão alguma do mercado, por isso mesmo cai facilmente em situações difíceis. É dessa maneira, pois, que surge a conhecida e inesgotável fonte de logros e de exploração do camponês.

Cresce a dependência da agricultura em relação ao comércio e isso se verifica à medida que o comércio e os transportes também se desenvolvem, ou à medida, ainda, que a acumulação de capital subverte as condições do intercâmbio”. (Trad. citada, p. 41).

O processo de mecanização agrícola, ao longo do século, é examinado de modo minucioso, bem como a questão da adubação. Até então, a matéria orgânica utilizada na recuperação da fertilidade do solo provinha sobretudo do gado estabulado. A obtenção de fertilizantes químicos apenas se inicia. Kautsky porém dá-se conta plenamente de seu significado. “A agricultura – escreve – outrora a mais conservadora de todas as atividades profissionais, e que durante centenas de anos não acusara nenhum progresso em absoluto, tornou-se, em poucos decênios, a mais revolucionária de todas. Na mesma medida em que a revolução se processava, essa profissão que rotineiramente passava, por herança, de pai para filho, evoluía e se transformava, agora, em uma ciência, ou, melhor dizendo, se transformava em um conjunto de ciências cujo objeto e conclusões teóricas abrangem um campo em rápida expansão. O agricultor que não se encontra familiarizado com essas ciências, o simples *prático* assiste perplexo a todas essas inovações, mas já não pode apegar-se à tradição, pois tornou-se impossível manter o sistema consagrado dos pais e dos avós.

A evolução da agricultura e sua conversão em ciência é claramente atestada pelo sistema do ensino agrícola, principalmente pela escola superior. Essa evolução não se revela apenas pela extensão e pelo currículo dos cursos, a própria história dos institutos de ensino agrícola atestam claramente o progresso que se registrou no âmbito da agronomia científica.”(Trad. cit. p. 53).

Ao procurar evidenciar o caráter capitalista da agricultura moderna, Kautsky não se furta, como diz, “a invadir por um momento o domínio das abstrações econômicas, a fim de poder traçar um rápido perfil de nosso ponto de vista teórico”, remetendo-se às teses de Marx expostas em *O Capital*.

No prosseguimento da análise, Kautsky vai mobilizar os indicadores comprobatórios da superioridade técnica do grande estabelecimento. Para resumir suas vantagens transcreve esta opinião de estudioso da época (Kraemer): “Todos sabem e é perfeitamente explicável que o pequeno estabelecimento se ressinta do peso excepcional de suas despesas de construção, manutenção dos animais de tração e do custo do inventário morto, bem como do custo de manutenção decorrente por exemplo, da calefação e da iluminação. Essas despesas são relativamente bem maiores que as do grande estabelecimento. É inerente à natureza de certos procedimentos ligados à agricultura que estes apenas produzam bons resultados quando desenvolvidos em bases quantitativas bem amplas. Isso sucede com a criação de animais, com o desempenho de atividades técnicas, com a utilização de máquinas, com a execução de melhoramentos, etc. Nesses domínios o grande estabelecimento mostra-se superior ao pequeno. Vantagens semelhantes também beneficiam o grande estabelecimento no concernente ao aproveitamento de seus produtos e à concessão de crédito. Sua vantagem principal é que, em função de sua posição e de seus objetivos, tem condições de estabelecer em seu empreendimento um esquema básico de verificação e de execução ordenada, de aplicar o importante princípio da concentração e divisão do trabalho, de modo a obter um maior rendimento em áreas específicas, mediante treinamento específico. Não resta dúvida, pois, de que o moderno desenvolvimento da agricultura favoreceu precisamente o grande estabelecimento, fornecendo a ele um número maior de meios científicos e técnicos; estes meios colocaram-no em condições de gozar de todos os benefícios mencionados, mediante um treinamento específico do pessoal que emprega.” (Trad. cit., p. 98).

O cooperativismo, que então se desenvolvia, era encarado por Kautsky como

indicador das vantagens da agregação de pequenas e médias unidades produtoras. Essas vantagens aparecem então tanto na comercialização como na aquisição de insumos e serviços técnicos (emprego de maquinaria). Ainda assim, duvida que possam evoluir para formas de incorporação cooperativa das pequenas e médias propriedades (a que chama de cooperativas socialistas) devido ao apego arraigado que o camponês demonstra em relação à propriedade privada. A análise dos verdadeiros obstáculos ao predomínio da grande propriedade merecerá análise mais ampla, que resumiremos a seguir.

b) Limites da exploração capitalista na agricultura

Kautsky parte da análise dos dados estatísticos relativos à propriedade agrícola na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Embora haja certas discrepâncias entre estes países, as informações disponíveis não permitem concluir que se estaria verificando a concentração da propriedade fundiária a exemplo do que se dá com a produção industrial.

Em 1882 havia na Alemanha 5,3 milhões de propriedades agrícolas, das quais cerca de 4 milhões com menos de 5 ha. Em 1895, o total das propriedades se havia elevado em aproximadamente 300 mil, a maioria absoluta (cerca de 200 mil) naquele grupo de pequenas propriedades. Em termos de áreas mobilizadas para fins produtivos, houve naquele período (entre 1882 e 1895) acréscimo da ordem de 800 mil hectares (no total, as propriedades agrícolas na Alemanha, no último ano indicado, detinham 33 milhões de hectares). O acréscimo indicado foi absorvido basicamente pelas propriedades médias (entre 5 e 20 hectares), tendo equivalido a 563 mil hectares (cerca de 70% do total) .

Confrontando essa situação com os dados disponíveis para a França conclui Kautsky: “Enquanto na Alemanha se observa um crescimento maior do médio estabelecimento (em termos de área ocupada), na França vamos notar que o maior aumento se verifica nos dois extremos – os estabelecimentos que acusam maior aumento numérico são os de dimensão bem pequena, ou os de dimensão bem grande. Os estabelecimentos médios vêm diminuindo em área e em número. Essa diminuição é insignificante exceto, aliás, no caso, dos estabelecimentos agrícolas de 10 a 40 hectares. A tendência evolutiva não é, de qualquer forma, rápida.” Prosseguindo no confronto, adianta: “A exemplo do que acontece na Alemanha, também vamos encontrar na Inglaterra um aumento do número de estabelecimentos de tamanho médio. Na Alemanha este aumento estende-se principalmente aos estabelecimentos cuja área se situa entre 5 e 20 hectares, enquanto na Inglaterra o mesmo se estende à faixa dos 40 aos 120 hectares, faixa que, de maneira alguma poderia dizer-se corresponder à dos estabelecimentos de pequeno porte. Na Inglaterra, ao contrário do que acontece na Alemanha, os estabelecimentos de tamanho mínimo diminuíram de forma considerável, verificando-se o mesmo ainda com os de maior área, ou seja, com área acima de 120 hectares.” (Trad. cit., p. 121-122).

Nos Estados Unidos, o fenômeno típico é a redução do tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas, fenômeno que atribui à abolição do trabalho escravo. A situação difere um pouco quando se considera, separadamente o Norte e o Sul (estados que se confrontaram na guerra civil). Os grandes estabelecimentos crescem no Sul em maiores proporções que os pequenos e médios. No Norte houve uma diminuição geral do número e da área das explorações agrícolas, com redução mais acentuada no grupo dos grandes

estabelecimentos. De todos os modos, observa Kautsky, “por mais que na América o desenvolvimento agrícola tenha sido mais rápido que na Europa e não obstante o fato de o desenvolvimento favorecer mais que se supõe, via de regra, o grande estabelecimento, não se pode dizer de modo algum, que os pequenos estabelecimentos estejam sendo substituídos pelos grandes.”

Kautsky entende que seria precipitado concluir que o desenvolvimento da agricultura não venha a repetir o modelo capitalista verificado na indústria. Ainda assim, não se trata de um desenvolvimento linear, como se imaginava. Essa conclusão expressa-a do seguinte modo: “Os dados estatísticos revelam, indiscutivelmente, que a sociedade moderna encontra-se em fase de uma rápida e constante revolução. Familiarizamo-nos com alguns fenômenos gerais superficiais, com sintomas e efeitos. Eles nos fornecem boas indicações sobre as tendências em jogo, mas dificilmente nos revelam as causas fundamentais. Assim, números que não acusam nenhuma diminuição, ou qualquer incremento na quantidade existente de estabelecimentos rurais, esses em si não nos permitem a formação de qualquer juízo sobre as tendências do desenvolvimento capitalista na agricultura; não constituem senão um estímulo à continuação da pesquisa. De imediato eles nos mostram unicamente que o desenvolvimento não se processa de forma tão simples quanto se supunha muitas vezes e que esse processo talvez seja muito mais complicado na agricultura que na própria indústria.” (Trad. cit. p. 126).

Segundo o seu entendimento, o que a análise permite verificar é que a agricultura apresenta alguns óbices naturais ao desenvolvimento da grande empresa capitalista, que a social democracia não pode deixar de levar em conta.

A primeira *tendência contrária* reside no fato de que os meios de produção industrial são passíveis de reprodução ilimitada enquanto o estabelecimento agrícola depende da terra, que apresenta limites naturais intransponíveis.

Nos países civilizados tradicionais, praticamente não existe a possibilidade de incorporar novas áreas ao processo produtivo. Para ampliar sua exploração, a empresa capitalista tem que incorporar áreas menores de explorações existentes. O meio hábil consiste em negociar com os bancos as propriedades hipotecadas. Estas, contudo, teriam que apresentar continuidade espacial, o que dificilmente ocorrerá. Eis como apresenta a questão: “Onde o meio principal de produção agrícola, ou seja, o solo, se converte em propriedade particular e passa a imperar a pequena propriedade, pode-se reunir os pequenos estabelecimentos e fazer deles um grande. É nesse caso específico que o desaparecimento do pequeno estabelecimento serve de pressuposto obrigatório para o estabelecimento da grande empresa. E não é só isso. Para que a centralização resulte efetivamente na formação de um grande estabelecimento, os pequenos estabelecimentos desapropriados têm que constituir uma área contínua, ininterrupta. Um banco hipotecário pode executar centenas de hipotecas de propriedades agrícolas, sem que, com isso, o conjunto forme uma grande empresa, pois normalmente essas pequenas unidades encontram-se espalhadas por localidades várias, bem afastadas umas das outras. Ao banco não resta, então, outra alternativa senão a de vender essas pequenas unidades novamente em separado, da forma que as adquiriu, ou de subdividi-las em parcelas menores ainda, mais aceitáveis por parte dos compradores, daí surgindo um número maior ainda de pequenos estabelecimentos”. (Trad. cit., p. 130).

Em prosseguimento, Kautsky observa que, sob o feudalismo, a expulsão dos camponeses se processava com facilidade. Sob o capitalismo, somente se admite a

desapropriação em casos de insolvência. A propriedade particular do solo tem bases sólidas e embora lhe pareça que não constitui proteção eficaz para o camponês, constitui obstáculo intransponível à formação de grandes empresas agrícolas capitalistas.

Onde atualmente predomina a pequena propriedade fundiária, dificilmente irá formar-se uma grande propriedade fundiária, por piores que sejam as condições de conservação da pequena propriedade, ou por maior que seja a superioridade do grande estabelecimento.

Mesmo nos casos em que a grande propriedade e a pequena forem vizinhas diretas, nem sempre o crescimento da primeira irá processar-se facilmente às custas da última, uma vez que as propriedades convenientes à anexação nem sempre coincidem com as disponíveis por razões de ordem econômica. Em conclusão, escreve o seguinte: “O agricultor que já não acha suficiente o tamanho de sua propriedade, que passa a dispor de meios para explorar uma maior, esse prefere não esperar pela oportunidade de comprar as terras do vizinho, na ocasião que é imprevisível. Ele prefere vender a sua propriedade para comprar, depois, outra maior. É dessa forma que geralmente se processa a expansão das empresas agrícolas particulares. Esta também é uma das razões do grande movimento observado no setor fundiário dos negócios, a explicação do grande número de compras e vendas de propriedades agrícolas que vem se observando na era do capitalismo. A lei que regulamenta a herança e o endividamento, fatores sobre os quais ainda vamos falar mais adiante, também contribuem positivamente para a continuidade desse processo de transferência em que a oferta sempre encontra alguém com interesse de comprar.

Aqui, porém, nós só queremos registrar o fato de que, por mais que o desenvolvimento do grande estabelecimento agrícola seja superior ao do pequeno, a natureza do solo constitui, sob o domínio da propriedade privada, universalmente um entrave enorme ao desenvolvimento do grande estabelecimento agrícola, interferência que a indústria desconhece “. (ibidem).

Kautsky reconhece explicitamente que o estabelecimento maior não é necessariamente o melhor na agricultura.

Na indústria, de um modo geral, a expansão dos empreendimentos geralmente redundam em redução de custos, em que pese o fato de que essa expansão não possa dar-se arbitrariamente, mas levando em conta as condições do mercado, o suprimento de matérias primas bem como a observância de determinados padrões técnicos, que fixam os limites nos quais se preservam as vantagens do crescimento.

No caso da agricultura, pelo contrário, observa Kautsky: “qualquer aumento da empresa significa, em condições iguais (principalmente quando se conservam os mesmos métodos de cultura), uma expansão volumétrica da empresa, um aumento dos prejuízos materiais, emprego maior de força, de meios e de tempo acarretado pelo transporte dos trabalhadores e do material. Esses fatores são de maior importância para a agricultura, porque nela existe o transporte de produtos que, em relação a seu volume ou a seu peso, são de valor reduzido – como é o caso do esterco, do feno, da palha, dos grãos e da batata - e seus métodos de transporte também são bastante primitivos em relação aos da indústria. Quanto maior a extensão do estabelecimento agrícola, tanto maiores são também as dificuldades encontradas no controle dos operários individuais, tarefa que é muito importante para o sistema salarial.

Com a expansão crescente do estabelecimento agrícola crescem também as perdas.” (Trad. cit., p. 132)

As economias florestal e pastoril são as duas formas de exploração que mais se prestam à máxima expansão territorial. Na agricultura propriamente dita, a fixação do tamanho ótimo é muito mais complexa. Os Estados Unidos, devido à presença de enormes extensões de terras devolutas, a exploração agrícola pôde beneficiar-se da fertilidade natural do solo, atuando de forma predatória e praticando o nomadismo. Essa possibilidade encontra também o seu limite, tornando-se imprescindível a prática da agricultura intensiva, como ocorre na Europa. Nesse processo, as empresas muito grandes (denomina-as do tipo *Bonanza*, por ser este o nome de uma propriedade com mais de dez mil hectares) podem perfeitamente desaparecer, vindo a agricultura americana a assumir feição mais parecida com a européia. Escreve textualmente: “Talvez desapareçam, então, as fazendas do tipo *Bonanza* e os grandes estabelecimentos talvez não ultrapassem mais os 1.000 hectares; talvez as empresas camponesas assumam o tamanho médio das pequenas empresas alemãs, caso o desenvolvimento, a exemplo da introdução do uso da eletricidade não crie, na agricultura, novas condições para uma nova expansão dos limites máximos do grande estabelecimento, inclusive no caso da economia intensiva. Essa regressão na extensão das propriedades não significa, de qualquer modo, uma vitória do pequeno estabelecimento sobre o maior; denota simplesmente uma condensação da atividade agrícola em menor área, diminuição que pode ou deve fazer-se acompanhar, no geral, de um aumento de capital investido, do emprego de um número maior de funcionários, o que de fato corresponderia a uma ampliação do estabelecimento.

O que acontece com a transição de uma agricultura predatória para a bem ordenada agricultura orientada para a conservação da fertilidade do solo (uma transição que revela a tendência de redução do tamanho médio das propriedades agrícolas, se conservadas as dimensões do estabelecimento, ou mesmo havendo ampliação), o mesmo também acontece em consequência da substituição da economia pastoril extensiva pela lavoura. Tendência igual se manifesta inclusive na substituição da lavoura titrícola pela criação intensiva que vem sendo observada atualmente, em grande parte, nas mais antigas nações civilizadas”. (Trad. cit. p. 135).

Kautsky enxerga na limitação da oferta de mão-de-obra outro fator impeditivo da concentração da produção agrícola em reduzido número de organizações empresariais. A concorrência dos produtos de subsistência ultramarinos representa também uma circunstância que contribui para tornar singular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

De todos os modos, considera que se verifica a proletarização dos pequenos camponeses, que dificilmente conseguem manter os padrões de vida tradicionais. A economia monetária, levando-o à aquisição de número cada vez maior de produtos, obriga-o a realizar a sua produção ao invés de consumi-la, realização esta, que se daria em condições sempre mais desfavoráveis devido ao fato de que não acompanha os níveis crescentes de produtividade registrados pela agricultura mais capitalizada.

c) A política em relação ao campo preconizada por Kautsky

No seu entendimento do socialismo como passagem da propriedade privada dos meios de produção (grandes empreendimentos) para a propriedade coletiva, Kautsky não revela a menor simpatia com a sua identificação com qualquer forma de estatização da economia. Diz expressamente o seguinte: “Usamos intencionalmente o termo socialização da indústria em vez do termo estatização da indústria. Usamo-lo independente da questão de saber se uma sociedade socialista pode ser um Estado ou não. Em princípio deve sê-lo, sem nenhuma dúvida, pois admitimos que o poder do Estado será, precisamente, a mola propulsora mais poderosa da futura revolução social. Esta revolução não significa, a rigor, nenhuma estatização no sentido estrito da palavra, senão apenas a simples socialização de toda a produção mais a dos respectivos meios de produção; pretende-se que ambos deixem de considerar-se formas de propriedade particular e que se transformem em propriedade da sociedade. Vai depender, no entanto, de seu alcance social, o tipo de sociedade que deles irá apropriar-se para beneficiar-se de seu uso. Meios de produção que visam a satisfação de necessidades locais, tais como padaria, companhias de iluminação, bondes elétricos, por exemplo, devem ser preferencialmente de propriedade da comunidade, pois dificilmente seriam bem administrados pelo Estado. Outros meios de produção, inclusive os de comunicação, que vêm adquirindo uma importância internacional (como acontece com o canal do Panamá e o de Suez, por exemplo), mereceriam, inclusive, a condição de propriedade internacional, ou universal. Quanto aos meios estratégicos de produção, devem os mesmos tornar-se obviamente parte integrante do patrimônio estatal, uma vez que o Estado moderno, por si só, define perfeitamente o quadro da sociedade socialista, sendo, só ele, capaz de criar as condições de conversão das empresas comunais e sindicais em membros da produção de cunho capitalista.” (Trad. cit., p. 266).

No que respeita ao campo, Kautsky entende que o Partido Social Democrata não deveria assumir diretamente o propósito de fomentar o desenvolvimento do capitalismo. Algumas das reivindicações dos partidos agrários parecem-lhe diretamente conservadoras. Assim, a pauta que elaborar tem muito a ver com a situação concreta da Alemanha. Ao enumerá-las, agrupa-as deste modo: 1. *Medidas em favor do proletariado rural* (espécie de extensão ao campo da legislação trabalhista urbana). 2. *Medidas em defesa da agricultura* (eliminação de certas prerrogativas feudais, tipo zonas de caça, ensino rural, etc.) e 3. *Medidas em defesa dos interesses da população rural* (trata-se da eliminação do que considera exploração do campo pela cidade no plano tributário; de assistência judiciária e na prestação de serviço militar).

Em que pese este caráter prático, orientado para a atuação corrente, não se furta a pronunciar-se sobre a questão da propriedade no meio rural numa sociedade que se proponha a implantar o socialismo.

No seu entendimento, o socialismo fomentaria a grande propriedade mas este fato não significa a eliminação dos estabelecimentos menores, salvo aqueles que se apresentassem como exclusivamente parasitários e não tivessem por si mesmos condições de sobrevivência.

Pela magnitude e complexidade da questão, vamos transcrever o inteiro teor de suas considerações:

“Quanto aos pequenos estabelecimentos agrícolas não parasitários, aqueles que dentro da economia ainda preenchem funções importantes, esses estabelecimentos virão a constituir igualmente elementos da produção social, como acontece com as oficinas

artesanais, mesmo que eles se mantenham em seu isolamento aparente. A sociedade terá um poder muito maior ainda sobre eles que sobre as oficinas artesanais em função da estatização das hipotecas e da estatização das indústrias agrícolas das quais dependem os agricultores.

Os camponeses não devem recear, no entanto, que essa dependência venha a prejudicá-los. De qualquer forma, é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzias de tubarões do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhe alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada.

A grande expansão da indústria com vistas ao mercado mundial e a simultânea inundação do mercado de trigo com o produto de fora – dois fenômenos profundamente interligados – vêm empurrando a população rural para a cidade, principalmente os seus representantes mais capacitados. Assim que o mercado interno voltar para o primeiro plano da economia do país, os efeitos dessa volta far-se-ão notar principalmente e na crescente importância adquirida pela agricultura. A capacidade aumentada de consumo das massas populares exigirá mais alimentos; a redução da exportação diminuirá, por sua vez, o afluxo de produtos estrangeiros. Tornar-se-á inevitável, em consequência disso, uma racionalização geral da atividade agrícola que resultará, por sua vez, no maior rendimento possível dessa atividade. Tornar-se-á imperativo canalizar para a agricultura os meios de produção mais perfeitos e o que houver de melhor em termos de força de trabalho. Providenciar esta última não constitui, porém, tarefa muito fácil. O trabalhador rural, qualquer que seja, sempre revela ser aproveitável em um outro tipo de trabalho industrial, enquanto apenas poucos industriários são aproveitáveis, hoje em dia, na atividade agrícola. Contudo, existe a expectativa de se poder capacitar a juventude (mediante treinamento adequado específico) a prestar serviços, tanto agrícolas como industriais, bem como a desenvolver atividades de ordem puramente intelectual, mas este recurso dificilmente irá resolver o problema da falta da mão-de-obra a curto prazo, ao menos no início.

O trabalhador rural e o pequeno lavrador que talvez sejam hoje as classes mais preteridas da sociedade, ambas serão, talvez, bastante solicitadas em tal situação. Poderão galgar inclusive uma posição social bastante vantajosa, em tais circunstâncias. Como admitir, então, que um regime socialista iria expulsar os lavradores de seus campos. Isso seria um absurdo que ultrapassaria tudo aquilo que os nossos próprios inimigos mais inescrupulosos ousariam imputar-nos.

Qualquer regime socialista que se estabeleça terá que criar as melhores condições possíveis de existência para os agricultores já pelo simples fato de zelar pela alimentação do povo. Substituindo a produção mercantil pela simples produção de valores de uso, gera-se a possibilidade de conversão dos juros hipotecários e das demais contribuições do lavrador (quando obrigatórias) que estão sendo pagos em dinheiro atualmente, em fornecimento de produtos naturais, o que facilitaria enormemente as coisas para o lavrador. O regime proletário terá sempre o maior interesse em estruturar o trabalho camponês de forma a torná-lo altamente produtivo, pondo à sua disposição os recursos técnicos indispensáveis para se alcançar essa finalidade. Ao invés de expropriar o homem do campo, a social democracia irá pôr à sua disposição os meios de produção mais perfeitos que esse homem jamais conseguiria obter para si na era capitalista.

Obviamente esses instrumentos mais perfeitos só podem ser utilizados pelo grande estabelecimento, razão pela qual o regime socialista fará de tudo para chegar a uma expansão rápida das empresas. Para induzir os camponeses a reunir suas terras e assim levá-los a integrar o sistema empresarial cooperativo ou comunal, não vai ser necessário recorrer ao método expropriatório. Desde que o grande estabelecimento cooperativo venha a revelar-se vantajoso para os trabalhadores desse estabelecimento, os camponeses serão motivados a imitar o exemplo fornecido pela estatização das empresas de grande porte. Os grandes empecilhos que ainda se apresentam hoje em dia contra o desenvolvimento da agricultura cooperativa, bem como a falta de outros modelos adequados, ou o risco e a escassez de capital necessário à produção, todos esses fatores deixarão de existir. A grande barreira atual, representada pela propriedade fundiária irrestrita, será reduzida, o quanto for possível, pela estatização das hipotecas. Os problemas da crescente dependência do camponês em relação às indústrias estatizadas pela ingerência legal crescente do Estado nos assuntos referentes ao plantio, bem como à saúde do homem e dos animais, serão igualmente reduzidos a um grau mínimo necessário.

Em vista de todos esses fatos e do interesse que o regime socialista, qualquer que seja, terá obrigatoriamente em continuar a produção agrícola ininterrupta, e em vista da grande importância social que a população agrícola irá ter futuramente, seria, pois, inconcebível que se escolhesse um método violento de expropriação para convencer a classe ou de fazê-la crer que outras formas mais perfeitas de empreendimento agrícola sejam mais vantajosas.

Mas em havendo, assim mesmo, ramos agrícolas ou regiões agrícolas em que o pequeno estabelecimento provasse ser mais vantajoso que o grande, não haveria razão alguma para convertê-lo só para satisfazer a exigência de se contar com um padrão geral homogêneo de transformação, como o acima sugerido. Esses ramos, ou essas regiões, não serão, provavelmente, de grande importância para a produção agrícola nacional, pois os grandes estabelecimentos já contribuem atualmente com a parte principal da produção nos ramos decisivos. O deslocamento do centro de gravidade econômico, passando do mercado internacional para o mercado interno, irá trazer precisamente estes ramos (e o da produção de grãos, mais do que outro qualquer) de novo para o primeiro plano.

Pequenos estabelecimentos agrícolas são tão incompatíveis com a sociedade socialista quanto o são os pequenos estabelecimentos artesanais. O que vale para uns, também vale para outros. Se as terras cultiváveis são de propriedade particular ou estatal, isso, no caso, pouco importa. O que importa é a coisa, mas não o nome dela. Interessam os seus efeitos econômicos e não as categorias jurídicas em que a coisa se enquadra.

De qualquer forma estamos aqui lançando uma hipótese e não fazendo uma profecia. O quadro aqui descrito não diz o que irá acontecer. Sugere apenas como os fatos poderiam desenvolver-se. O que realmente vai acontecer, nem os nossos oponentes sabem, nem mesmo nós sabemos com certeza. Nós só podemos basear-nos em fatos já conhecidos perfeitamente. Se projetarmos, no entanto, a ação desses fatos com vistas ao futuro, teremos provavelmente uma evolução de fatos equivalente à já descrita linhas acima.

Os objetivos e as intenções da social democracia oficialmente manifestados em atos públicos oficiais, ou, expressos em trabalhos teóricos de seus representantes mais ilustres, não estão em contradição, de modo algum, com os resultados aos quais aqui também

chegamos. Nesse particular, não registramos em nenhum momento ou passagem qualquer referência à necessidade de uma expropriação da classe agrária”. (Trad. cit., p. 390-392).

d) Singularidade do posicionamento do socialismo democrático

A agricultura dos países capitalistas consolidou-se preservando a existência das propriedades familiares. De um modo geral, o fato de que se tenham firmado como grandes economias industriais não impediu que se tornassem, ao mesmo tempo, grandes produtores agrícolas. Os Estados Unidos correspondem não apenas à maior potência industrial do mundo como igualmente ao maior produtor agrícola.

O contingente empregado na agricultura tornou-se a menor parcela. Para impedir que o meio rural se esvaziasse completamente, aqueles países subsidiam a produção agrícola, a fim de manter a renda do setor agrícola em face da tendência à sucessiva redução dos preços em decorrência dos aumentos de produtividade.

A preservação das economias familiares deu-se também pela transformação das cooperativas agrícolas em grandes empresas de serviços, assegurando a incorporação das modernas técnicas sem o imperativo da agregação das propriedades. A aplicação de defensivos, a semeadura, do mesmo modo que a colheita são geralmente realizadas pelas cooperativas com o emprego de formas modernas (p. ex.: a pulverização do campo com o emprego de aviões).

Os métodos de processamento, conservação e armazenagem de produtos agrícolas igualmente aprimoram-se sobremaneira. Movimentando bilhões de dólares, a atividade agrícola passou a dispor de seus próprios meios de financiamento, representado pelas bolsas de mercadorias e mercados futuros.

São notáveis e ininterruptos os progressos registrados naquela atividade, inclusive pela introdução de melhorias genéticas obtidas pelos mais avançados meios científicos.

De modo que a suposição nutrida pelos socialistas de que os homens do campo seriam conservadores e inadaptados ao progresso, sobretudo pelo fato de que nunca nutriram simpatias pelo socialismo, não resistiu à prova da história.

O grande mérito da social democracia, sobretudo graças à trilha aberta por Kautsky, consistiu no fato de acompanhar o processo real e recusar todo dogmatismo. Assim, a passagem dos sociais democratas pelo poder nos países europeus não criou qualquer obstáculo à consolidação da agricultura segundo as linhas descritas, embora estas consistissem num franco desmentido às previsões de Marx.

É interessante confrontar essa atitude realista e antidogmática, do socialismo democrático europeu, ao caminho seguido pelos comunistas.

Na Rússia, os camponeses eram não só a maioria da população como constituíam os contingentes fundamentais das Forças Armadas em que os *bolcheviques* se apoiaram para promover a tomada do poder em 1917. Além disto, dispunham de partido político próprio (o Partido Social Revolucionário).

O Czar foi derrubado em fevereiro de 1917. O regime consistia na monarquia absoluta. Sob a direção do Partido Constitucionalista Democrata (cuja sigla em russo dava a palavra *Kadjet*) começou o trabalho de constituição do sistema representativo, tendo sido eleita a representação parlamentar (o Parlamento denominava-se então, como atualmente, *Duma*). A Duma convocou eleições para a Assembléia Constituinte a serem realizadas no mês de novembro.

Enquanto isto, os comunistas tratavam de constituir uma forma paralela de organização governamental, que depois ficou conhecida como *sistema cooptativo*, isto é, cuja direção era efetivada por indicação dos partidos (sob o regime soviético todos proibidos, podendo atuar apenas o Partido Comunista). O *sistema cooptativo* baseava-se nos Conselhos (*Soviets*, em russo, donde o nome do regime posterior) que existiam nas Forças Armadas (o país estava em guerra com a Alemanha e havia mais de 5 milhões de homens em armas), nas cidades e no meio rural. Em outubro (pelo antigo calendário; início de novembro pelo que foi posteriormente adotado para compatibilizar com o Ocidente) foi convocado um Congresso dos *Soviets* que, sob a liderança dos comunistas, promoveu um golpe de Estado e tomou o poder.

Apesar de estar de posse do aparelho governamental, os comunistas não tiveram força para impedir as eleições para a Assembléia Constituinte, que tiveram lugar ainda em novembro. Compareceram 36,3 milhões de eleitores. O grande vitorioso foi o Partido Social Revolucionário, que era forte em todo país, predominantemente rural, enquanto os comunistas só tinham prestígio nas cidades. O PSR fez 267 deputados (num total de 520, maioria de 52%). Os *bolcheviques* tiveram 25% dos votos e os liberais (*cadetes*) 15%. A Constituinte chegou a instalar-se, aprovando a realização da reforma agrária, que era uma aspiração dos camponeses. Os *bolcheviques* preferiam estatizar as grandes propriedades. No dia seguinte à instalação os comunistas dissolveram a Constituinte. Ainda assim, tiveram que realizar a reforma agrária. O PSR era forte militarmente. Dos 4,5 milhões de votantes para a Constituinte, no Exército e na Armada, os sociais revolucionários tiveram 1,9 milhão de votos e os *bolcheviques* 1,8 milhão.

Com a distribuição da terra e a formação de pequenas propriedades, apareceram naturalmente os empresários com capacidade de liderança, constituindo um grupo de camponeses ricos, chamados em russo de *kulaks*.

Ainda na década de vinte, sob a liderança de Stalin, o governo comunista resolveu liquidar os *kulaks* e o fez fisicamente, simplesmente matando-os. Dessa matança o Ocidente tomou conhecimento graças às famílias que conseguiram fugir. Estima-se que foram fuzilados sem qualquer preocupação com processos judiciais, nada menos que oito milhões de pessoas. Os camponeses foram obrigados a ingressar em organizações coletivas (*kolkoes*). O governo também criou fazendas estatais (*sovkojes*).

O certo é que a agricultura soviética tornou-se uma das mais atrasadas do mundo. Antes dos soviéticos, a Rússia era exportadora de trigo. Sob os comunistas passou a depender de importações. As empresas estatais não se revelaram capazes de incorporar aumentos de produtividade. Somente em fins dos anos cinquenta, depois da morte de Stalin, graças à visita que o novo chefe de governo (*Krushov*) fez aos Estados Unidos, é que os russos ficaram sabendo da existência do milho híbrido. Nessa época havia 26 milhões de economias familiares (ao aderir aos *kolkoes*, as famílias recebiam para plantio próprio em média dois

hectares) totalizando 50 milhões de hectares, de baixíssima produtividade mas que respondiam pelo abastecimento das cidades.

De sorte que, à luz da evolução da agricultura nos países capitalistas do Ocidente e da tragédia representada pela experiência soviética, pode-se aquilatar o significado da obra de Kautsky ao encaminhar o socialismo ocidental no sentido da recusa das previsões de Marx no tocante ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

III. BERNSTEIN E A ATIVIDADE PARLAMENTAR

Edward Bernstein nasceu em Berlim a seis de janeiro de 1850 numa família judia. Concluiu o bacharelado no Ginásio e estudou Contabilidade e Economia. Ingressou muito jovem, aos 22 anos, no Partido Social Democrata. Trabalhava então num banco. Devido à vigência das leis anti-socialistas, sob Bismarck, emigrou para a Suíça. Ali trabalhou numa revista socialista. Mais tarde tornou-se o responsável pela revista teórica da social democracia também editada na Suíça. Em 1888, devido às exigências de Bismarck ao governo suíço, mudou-se para Londres onde permaneceu até 1901. Na capital britânica mantinha estreito contato com Engels, até sua morte em 1895. Ainda que sua crítica às teses centrais do marxismo se tenham desenvolvido sob as vistas de Engels, o fato não abalou a confiança e a amizade entre os dois.

Bernstein apresentava suas idéias em forma de artigos, inclusive na revista editada por Kautsky. O primeiro livro em que sistematiza sua crítica ao marxismo - e propugna pela adequação dos princípios teóricos da social democracia à prática reformista que vinha seguindo - apareceu em 1901 e tinha por título *As premissas do socialismo e as tarefas da social democracia*.

A crítica de Bernstein - como veremos - é suficientemente ampla e diz respeito a vários aspectos do marxismo. Contudo o mais relevante é que se haja detido no exame das crises cíclicas do capitalismo para concluir que aos sociais democratas não cabia esperar por uma catástrofe que criasse premissas revolucionárias capazes de levá-los ao poder. Competia à social democracia seguir o caminho parlamentar, promover alianças com outras agremiações e formular um programa de reformas que assegurasse a melhoria da situação da classe trabalhadora.

Embora a prática da social democracia seguisse esse caminho, a linha reformista proposta por Bernstein foi condenada no Congresso do PSD de 1903. Essa condenação não impediu que os sociais democratas seguissem o franco caminho reformista e que os sindicatos, sob sua liderança, abandonassem a fraseologia revolucionária e tratassem de obter acordos vantajosos para seus filiados.

De modo que, embora a análise do marxismo, efetivada por Bernstein, revista-se de grande amplitude, a sua contribuição fundamental é no sentido de atribuir o devido relevo à atuação parlamentar. Graças à sua grande competência é que esse caminho não se revestiu do caráter de simples pragmatismo, alcançando o merecido *status* teórico. Somente no Congresso do Partido Social Democrata Alemão de 1921 (o chamado Programa de Gorlitz) é que as idéias de Bernstein são consagradas. Ainda assim, como não merecessem a clara adesão da Internacional e Kautsky, em pleno confronto com os comunistas, não desejasse desviar-se desse curso principal, a superação do abismo entre a prática e a teoria ainda tardaria muito. Como veremos mais detidamente no capítulo seguinte (IV), apenas em 1959, com o Programa de Bad Godsberg, a social democracia assume feição própria renunciando à utopia socialista e desistindo de todo empenho de salvar o marxismo, através do revisionismo, simplesmente deixando de atribuir-lhe qualquer primazia.

A par da atividade teórica Bernstein foi deputado ao *Reichstag* de 1903 a 1906, de 1912 a 1918 e de 1920 a 1928. Faleceu em 1932, aos 82 anos de idade.

Para bem compreender o sentido da análise que o leva a condenar a pretensão marxista de associar o socialismo à chamada *ditadura do proletariado*, optando francamente pelo sistema democrático-representativo, passaremos em revista a linha de argumentação seguida por Bernstein na crítica ao marxismo.

As principais obras de Bernstein foram traduzidas ao espanhol, havendo também uma antologia em português, editada pela Zahar. Seguiremos aqui a antologia preparada pelo conhecido estudioso espanhol do pensamento alemão, Joaquim Abellan, catedrático de ciência política na Universidade Complutense de Madrid (Edward Bernstein. *Socialismo democrático*. Madrid, Tecnos, 1990, XXXVIII 180 p.).

a) Não pode haver socialismo científico

O texto em que examina a questão apareceu com o título em forma interrogativa: *E possível o socialismo científico?* (Berlim, 1901) .

Bernstein começa por indicar que não só Marx e Engels pretendiam que seu socialismo tivesse bases científicas. O mesmo aspiravam muitos outros inclusive aqueles aos quais denominaram de socialistas utópicos. Também os críticos de Marx do mesmo período viram sua doutrina como simples utopia. De todos os modos, não pairam dúvidas de que Marx e Engels acreditavam na possibilidade do socialismo científico.

Para Bernstein não basta constatar que muitas das teses ditas científicas se tenham revelado falsas. Enumera-as a começar da hipótese de que o socialismo seguir-se-ia necessariamente a uma catástrofe que afetaria o capitalismo. Escreve a este propósito: "Toda experiência histórica e também muitos fenômenos do tempo presente testemunham que o modo capitalista de produção é tão passageiro como qualquer outro modo de produção anterior. Mas o que aqui devemos elucidar é se o seu final será uma catástrofe, se se deve esperar que esta ocorra num futuro próximo e se conduzirá *necessariamente* ao socialismo. As respostas dadas a esta pergunta - ou perguntas - de parte dos socialistas diferem não pouco entre si. Outras hipóteses que não mais se aceitam: a idéia da pauperização crescente da classe trabalhadora; a do paralelismo entre o desenvolvimento da indústria e da agricultura; da fusão da classe capitalista; do desaparecimento das diferenças entre as ocupações toda uma lista de teses que passavam por estar cientificamente demonstradas, e todas elas resultaram ser falsas; bem, não exageremos, e digamos que se revelaram *verdades parciais*". Não escapa deste descrédito a própria concepção materialista da história.

Em que pese essa situação no tocante à teoria, os partidos socialistas alcançam êxitos expressivos, aproximam-se cada vez mais da consecução das metas que se têm proposto, ao mesmo tempo em que formulam com clareza crescente as suas reivindicações. Paralelamente, o que está se apoderando dos representantes teóricos do socialismo, em lugar de segurança, é dúvida e confusão. Nesse contexto - e como um aspecto é obstáculo ao outro resulta absolutamente lógico que surja a pergunta se existe verdadeiramente um nexo intrínseco entre socialismo e ciência, se é possível um *socialismo científico* ou ainda se é necessário.

Para responder a esta pergunta Bernstein irá tomar por modelo a *Crítica da Razão Pura*, de Kant, que aborda estas questões: É possível realmente a metafísica; e mais: é possível a metafísica como ciência? Adianta:

“Creio que esta forma de proceder do grande filósofo nos pode servir de guia para saber como devemos proceder a fim de solucionar satisfatoriamente o problema com que nos defrontamos. Naturalmente, não é preciso que nos sujeitemos ao pé da letra ao modo de colocar as perguntas do próprio Kant, senão que devemos adaptar-nos à natureza distinta do objeto de nossas reflexões; mas sem dúvida devemos colocá-los com o mesmo espírito crítico adotado por Kant, com o espírito que, com igual decisão, se pronuncia contra o *ceticismo* - que obstará todo pensamento teórico- como contra o *dogmatismo* que dá tudo por concluído de uma vez para sempre. Primeiro que tudo devemos esclarecer o que entendemos, em verdade, por socialismo quando falamos de uma vinculação do mesmo com a ciência, para logo passar à questão de se é possível um socialismo científico e em que consiste.”

No entendimento de Bernstein a raiz que denota o sentido do socialismo é *socius* (sócio, cooperador, de onde deriva associação cooperativa) e não de *societas* (sociedade). Social, no sentido derivado de sociedade, pode ser muitas coisas. Vincular o socialismo a essa idéia é distanciá-lo das aspirações dos partidos socialistas operários. Ao mesmo tempo, não há nenhuma de suas reivindicações que não possa ser abarcada nos marcos conceituais do associativo. O socialismo é pois um *movimento em busca da associação cooperativa*.

O socialismo moderno é produto da luta de classes, existente na sociedade entre possuidores e despossuídos, entre burgueses e assalariados. A luta de classes é uma luta de interesses. E ainda que pressuponha um conhecimento bastante avançado da realidade social, trata-se de uma luta em que estão em jogo os interesses de uma classe ou de um partido e não umas quantas proposições teóricas. E somente se considera estas últimas quando associadas àqueles interesses.

Objetiva-se a transformação da ordem social capitalista numa economia regulada coletivamente. E acrescenta: “A meta não é, entretanto, um fato simplesmente determinado de antemão pela teoria, cuja realização se espera que ocorra de modo mais ou menos fatalista, senão que se trata predominantemente de meta desejada, ou seja, pela qual se luta. E claro que na medida em que se fixa esta imagem futura como meta e na medida também em que faz depender sua atuação presente da mencionada meta, o socialismo tem necessariamente algo de utopia. Ao dizê-lo não quero significar que aspira a algo impossível ou improvável, mas apenas indicar que leva em si uma certa porção de idealismo especulativo, que contém um elemento não demonstrado cientificamente, ou que não é cientificamente verificável. A ciência aqui em questão, a sociologia, não pode prever com a mesma segurança com que as ciências exatas podem prognosticar determinados fenômenos, se inevitavelmente se tornará realidade um dia a forma de sociedade a que aspira o socialismo. O único que pode estabelecer são condições que poderiam levar à sua realização e calcular aproximadamente seu grau de possibilidade.”

Bernstein explicita que não se trata de um defeito inerente ao socialismo mas de uma limitação da própria ciência social. Confronta a doutrina marxista com a daqueles socialistas que foram chamados de *utópicos* (Owen, Saint-Simon e Fourier) e mostra como na verdade não se distinguem no tocante ao caráter do ideal acalentado.

A liderança social democrata procura naturalmente acompanhar os fenômenos sociais com o rigor próprio das análises científicas. Contudo, afirma: “O título de socialismo científico incita a pensar que o socialismo, como teoria, quer e deve ser pura ciência. Esta idéia é não somente errada como envolve também um grande perigo para o socialismo. Pois se presta facilmente a roubar-lhe aquilo que precisamente constitui um dos requisitos principais do juízo científico: a *imparcialidade científica*.” Envolve portanto grave risco de dogmatismo porquanto pode vir a ser considerado, a partir de dado momento, como cientificamente concluído. O nome mais adequado seria, a seu ver, o de socialismo crítico para aproximá-lo do criticismo kantiano. Conclui do seguinte modo: “A ciência é neutra, enquanto conhecimento do real não é propriedade de nenhum partido nem de nenhuma classe. O socialismo, pelo contrário, é tendência e, por sua condição de doutrina de um partido que luta pelo novo, não pode ater-se, sem mais, ao já constatado. Mas porque a meta que se propõe alcançar está em consonância com o desenvolvimento social, tal como se põe de manifesto pela exploração científica das forças motrizes da sociedade moderna, a doutrina socialista é mais capaz, que qualquer outra, a satisfazer às exigências do método científico, é mais capaz o partido do socialismo, a social democracia, que qualquer outro de adequar seus fins e reivindicações aos ensinamentos e exigências da ciência que para ele vêm ao caso. Quisera acabar sintetizando as minhas idéias do seguinte modo: o socialismo científico é tão possível, como necessário, isto é, tanto quanto sensatamente se pode exigir da doutrina de um movimento que aspira fazer algo radicalmente novo.”

b) Repúdio à idéia de ditadura do proletariado

Em seus estudos sobre a evolução da sociedade industrial capitalista, Bernstein destaca o fato de não se ter verificado, como imaginava Marx, a concentração do poder político em mãos da elite representativa do grande capital. A própria experiência do Partido Social Democrata Alemão vinha em reforço de sua tese. O PSD conquistou 1,4 milhão de votos em 1890 e 4,2 milhões em 1912. O número de cadeiras no Parlamento passou de 35, naquele primeiro ano, para 110 no último. Qualquer forma de despreço à democracia parecia-lhe, portanto, uma brutal incoerência.

A democratização progressiva das instituições políticas corresponde ao instrumento adequado à realização do programa da social democracia. Ainda mais: o socialismo somente pode realizar-se de modo autêntico nos marcos do sistema democrático-representativo.

Bernstein repudia a idéia da *ditadura do proletariado* como *atavismo político*, pertencente a um nível de civilização mais atrasado. A transição da sociedade capitalista à socialista não tem porque fazer-se de forma revolucionária. Com antecipação de algumas décadas do que ocorreu na Rússia, vaticinou que a ditadura do proletariado, onde a classe operária não dispõe todavia de organizações autônomas de caráter reivindicativo muito fortes e não haja alcançado alto grau de autonomia espiritual, deverá consistir numa ditadura dos oradores de clubes ou dos literatos. A defesa expressa da ditadura do proletariado, por Lenine, explicitando ainda que seria exercida pelo partido, em nome do proletariado, e por um líder reconhecido, em nome do partido, levou a uma das ditaduras mais sanguinárias conhecidas pela história. De sorte que a veemência de Bernstein no combate a essa idéia acabou plenamente justificada.

Embora evitasse explicitar o seu verdadeiro conteúdo, Kautsky relutava em acompanhar a Bernstein no combate à idéia da ditadura do proletariado. A esse propósito produziu evasivas desse tipo, na oportunidade da discussão do programa do PSD no começo do século: Quando Bernstein diz que devemos ter primeiramente a democracia para conduzir passo a passo o proletariado à vitória, eu digo que para nós a questão é inversa. A vitória da democracia está condicionada pela vitória do proletariado. De todos os modos, contribuiu decisivamente para a consolidação dos Partidos Sociais Democratas europeus como organizações inteiramente afeiçoadas ao sistema democrático-representativo. E foi um combatente sem tréguas da contrafação representada pelo bolchevismo, logrando evidenciar que se tratava de algo inteiramente alheio ao caminho evolutivo percorrido pelo socialismo ocidental.

Além de haver vinculado, em definitivo o ideal socialista ao aprimoramento do sistema democrático-representativo, Bernstein procedeu à reavaliação do significado histórico do liberalismo, tendo a esse propósito afirmado o seguinte: “No que respeita ao liberalismo como movimento histórico universal o socialismo é seu herdeiro legítimo, não apenas do ponto de vista cronológico como também do ponto de vista do conteúdo social.” Bateu-se sempre por uma aliança entre sociais democratas e liberais, que de certa forma foi alcançado quando se tratou da sustentação da República de Weimar.

c) A evolução do capitalismo

Bernstein acompanhou permanentemente o comportamento da economia capitalista.

Em relação à grande indústria, registra o fato de que sua escala de produção cresceu em proporções inusitadas. No caso da grande indústria alemã, adquiriu uma característica que inviabiliza a hipótese de estatizá-la: tornou-se mundial. Num dos escritos dedicados a esta análise pergunta: “Pode o Estado encarregar-se de empresas que se apresentam como competidores no mercado mundial com seus produtos e possibilidades de exportação e que desenvolve todas as boas qualidades da competição moderna em sua luta por vendas e encomendas?” Grande parte do bem-estar social alcançado por contingentes cada vez mais expressivos da sociedade depende diretamente dessas grandes indústrias, que empregam verdadeiros exércitos de trabalhadores. Colocá-los sob controle social tornou-se uma questão extremamente complexa.

Bernstein deu continuidade aos estudos de Kautsky acerca da agricultura. Estatísticas posteriores à obra de Kautsky comprovam a consolidação das economias pequenas e médias. “Na agricultura, escreve, tanto a empresa pequena como a média revelaram-se como mais eficazes e mais resistentes do que supunha a social democracia anteriormente sob a influência da teoria econômica marxista.” De suas análises retira a convicção de que as vantagens das economias menores tornavam-se patentes mesmo na pecuária.

Do curso concreto seguido pela economia capitalista resultou o aumento numérico da classe proprietária, embora as grandes fortunas tenham aumentado de forma extraordinária. A elevação geral dos padrões de vida tampouco exclui a massa trabalhadora. “Para a classe operária a situação não está pior do que antes,” afirma.

Bernstein ocupou-se especialmente da medida das denominadas *crises cíclicas*. No programa da social democracia afirmava-se que seriam cada vez mais amplas e devastadoras. Também aqui o curso histórico não comprovou essa expectativa. A crise de 1873/74 durou seis anos. Novo ciclo ascendente inicia-se em 1881, que, entretanto, durou muito pouco iniciando-se nova depressão em 1884, que também durou menos (três anos). Em 1888 começa novo ciclo de expansão que resiste três anos. A crise de 1891, em contrapartida, dura apenas dois anos. Segue-se uma fase de expansão que leva a economia alemã a patamares muito superiores aos precedentes, fase esta que dura de 1894 a 1900 (sete anos). Seguindo-se uma crise de curta duração (dois anos), ao que se sucede cinco anos de crescimento.

A sociedade tornou-se mais rica surgindo fatores contrários à frequência e duração das crises. É certo, entende, que não desapareceu a insegurança entre os trabalhadores e o receio do desemprego. Prossegue: “Não se pode esquecer este aspecto se não se quer que a realidade – que fez com que o velho esquema de evolução das crises já não se possa sustentar – nos induza a um otimismo enganoso. Mas cumpre abandonar aquele esquema e com ele cairão as expectativas de futuro que haviam sido formuladas, tomando-se por base, sobretudo a idéia de uma gigantesca catástrofe econômica, que colocaria a sociedade moderna diante da ruína imediata, em face de sua derrocada total. Esta idéia além de não ter ganho em probabilidade, perde-a progressivamente. Todas as especulações que se urdiram a partir desse esquema das crises tornaram-se caducas e só podem causar-nos prejuízos.”

Como se vê, o propósito de Bernstein é fazer com que a atuação da social democracia seja capaz de adequar-se continuamente à realidade, se quer corresponder à confiança crescente que tem merecido de parte das camadas trabalhadoras. Como referimos precedentemente, em 1912 o Partido Social Democrata conquistara 4,2 milhões de votos, 35% do total.

d) A questão do revisionismo

O próprio Bernstein procurou explicar o sentido do seu revisionismo. Na verdade, sua obra constitui uma demonstração cabal de que as teses fundamentais do marxismo estavam erradas. Não há socialismo científico nem materialismo histórico. O socialismo é um ideal moral. Não haverá nenhuma crise catastrófica que fará desaparecer do mapa o capitalismo. O partido da classe trabalhadora deve empenhar-se por obter transformações que resultem na melhoria concreta das suas condições de vida e trabalho. Tampouco deve furtar-se a exercer o poder na sociedade industrial capitalista. O desdobramento natural desta crítica teria que ser o abandono expresso do marxismo, sobretudo porque a social democracia não sabia explicar que tivesse uma base teórica comum com os comunistas, que acabaram por se transformar nos seus principais inimigos.

Bernstein aceitou a denominação de revisionista lembrando que grande número de denominações consagradas tinham originalmente caráter pejorativo. Lembra: “Na grande revolução inglesa, o nome da importante seita dos *quakers* era no começo um apelido injurioso. O mesmo ocorre com a denominação dos dois grandes partidos históricos da Inglaterra, os *whigs* e os *tories*. *Tory* significava originalmente *ladrão*; *whig* significava *leite ácido*. Com estes nomes os partidos se insultavam mutuamente de início mas logo cada um aceitou tranquilamente a denominação que lhe havia atribuído o inimigo e o nome revisionista

não é certamente tão terrível como *leite ácido*.” Indica também que embora tivesse sido empregado anteriormente, veio a consagrar-se nos debates ocorridos no seio da social democracia alemã nos anos de 1896-1897. Naquela oportunidade os mais exaltados criticavam a Bernstein e Kautsky por atribuir maior importância ao movimento socialista em curso que à meta final. Essa discussão desembocou no Congresso de Stutgard de 1898. Para dar conta dessa discussão, Bernstein escreveu então o livro *Premissas do socialismo e as tendências da social democracia*, que considera expressaria adequadamente o sentido das propostas revisionistas. Voltaria ao tema num texto de 1909 que intitulou de *O revisionismo na social democracia*.

Embora considere que Marx corresponde a uma personalidade destacada do movimento socialista e muito haja contribuído para dar-lhe a feição que veio a assumir, Bernstein entende que é parte de uma concepção de processo histórico e natural compreendida nos marcos do conceito de evolução. Pergunta: “Qual é a concepção básica que distingue a teoria marxista das teorias socialistas que precederam a Marx?” E responde: “É a concepção, mais profunda e intensa, da *idéia de desenvolvimento*, o *conceito de evolução* aplicado de maneira mais fundamental que qualquer outro socialista antes de Marx e de sua época. Os socialistas precedentes, prossegue, queriam uma sociedade melhor, eram reformadores que aproveitavam qualquer reforma social que lhes parecia oportuna e a situavam num primeiro plano, mas sem uma análise profunda e fundamental da sociedade existente, sem poder deduzir aquelas reformas diretamente das necessidades dadas, sem perguntar-se como se adequavam à marcha do desenvolvimento de toda a sociedade.” Em oposição a isto, Marx avança a idéia de que a sociedade moderna é um organismo em desenvolvimento, que não se pode mudar arbitrariamente nem tampouco se pode petrificar arbitrariamente.

A *Crítica da economia política*, onde Marx apresenta aquela idéia, apareceu em 1859, coincidentemente no mesmo ano de *A origem das espécies*, em que Darwin fundamenta a tese de que as transformações dos seres vivos podem ser explicadas por meio de causas reconhecidas de modo científico. Ambos inauguram assim uma nova fase na compreensão do processo histórico e natural. Marx indicou também o papel dos meios técnicos no desenvolvimento da sociedade. Estes fazem surgir novas classes que entram em choque com as existentes e acabam transformando-o numa luta pelo poder. “A história das sociedades humanas é uma história das lutas de classes, que continuam tendo lugar de vez em quando e que se revestem cada vez de novas formas. Esta é a idéia básica da teoria marxista.” Por vezes exagerou-se o poder determinante dos fatores técnico-econômicos, esquecendo-se que os homens têm cabeças que pensam, que as idéias e as ideologias, a moral e os conceitos jurídicos têm em certa medida a sua própria evolução, que são também fatores determinantes do desenvolvimento da produção e da cultura. Em que pese tais exageros equivocados, acredita que o núcleo central da teoria marxista, da forma como a apresentou, encontra aceitação universal na social democracia e é isto que mantém unidas as suas lideranças, apesar da diversidade de interpretações em aspectos menos relevantes. O mérito de Marx reside pois no fato de haver trazido o movimento socialista para o duro solo da realidade, forçando-o a abandonar a dedução especulativa e a adotar a indução realista.

Muitas pessoas na Alemanha consideram que semelhante postura equivalia ao aniquilamento do socialismo. E não só na Alemanha, escreve: “Faz pouco tempo o marxista russo Plakhanov contou num número comemorativo da revista berlinense *Vorwärts* como na Rússia, nos anos oitenta, aqueles que sustentavam a teoria na forma em que esbocei brevemente foram atacados, pelos populistas e pelos socialistas revolucionários de orientação

especulativa, como ajudantes ou servidores voluntários do capital, porque aceitavam a necessidade do desenvolvimento capitalista para o desenvolvimento da classe operária, como também havia dito Marx. Mas o que então sucedeu na Rússia ocorreu igualmente em outros lugares. Uma coisa é característica em tudo isto. Quando eu publiquei a minha frase sobre a reduzida importância da meta final, o próprio Plakhanov atacou-me violentamente, embora o destino não o tenha salvo de ser qualificado como o *Bernstein russo*, pelos revolucionários russos. A tradução na prática da teoria marxista – tal como a desenvolvo aqui – pareceu a muitos socialistas como renúncia à meta final do socialismo, e em certo sentido *com razão*. Pois, segundo minha opinião, a teoria marxista eliminou realmente a idéia do *objetivo final*. Para uma teoria social baseada na idéia da evolução, não pode haver nenhum objetivo final. Segundo ela, a sociedade humana estará continuamente submetida ao processo de evolução; com base nesta teoria pode haver grandes *linhas diretrizes* e *objetivos* mas não pode haver um objetivo final. Inclusive o que poderia denominar-se objetivo final não deve constituir *a priori* com a cabeça, senão que deve elaborar-se a partir das lutas práticas do próprio movimento.”

É certo que Marx procurou esboçar uma imagem do futuro, ao dizer por exemplo, no final do Manifesto Comunista, que após apoderar-se do poder político, os operários mudarão a sociedade atual e erigirão uma nova sociedade de caráter cooperativo. Mas esta idéia geral afeiçoa-se tanto com as características da classe operária que perde toda feição especulativa. Expressa melhor o seu ponto de vista o que escreveu em 1866: “A sociedade atual não é um cristal sólido senão um organismo capaz de transformar-se e que deve ser entendida num contínuo processo de transformação”. Conclui Bernstein: “O conceito de revolução socialista recebe também aqui uma limitação muito precisa.” Ainda mais: tanto Marx como Engels reconheceram o erro cometido no *Manifesto Comunista* quando acena com a possibilidade de uma evolução veloz e unilateral da sociedade moderna.

Bernstein enfatiza que não são antimarxistas suas conclusões quanto à evolução da sociedade, embora o próprio Marx não haja a elas chegado, mas seriam inferência legítima do cerne do seu pensamento. Adianta: “Uma sociedade cujas instituições e costumes repousam em milênios de evolução não pode transformar-se da noite para o dia numa direção totalmente diferente. E não pode, em concreto, porque o capitalismo não trouxe os efeitos que dele se esperou durante muito tempo: que simplificaria a sociedade em sua estrutura e organização, que criaria relações simples. Não; a sociedade tornou-se mais complicada, a organização em classes diversificou-se mais, ramificou-se cada vez mais. As pequenas empresas na indústria e no comércio não foram destruídas, somente ampliaram-se e mudaram sua natureza e posição econômica... Todavia maior é a permanência das empresas pequenas na agricultura.”

Bernstein proclama o princípio básico pelo qual orienta suas análises: “Não tenho interesse algum em fechar os olhos ante os fatos em virtude de alguma teoria preconcebida”. Foi precisamente esta capacidade de acompanhar o curso história real que permitiu à liderança da social democracia contribuir para a melhoria da situação da classe trabalhadora. E quando se tornou patente que a sociedade capitalista industrial era capaz de suportar razoável distribuição de renda, respeitadas as garantias fundamentais dos cidadãos, aquela liderança sentiu-se à vontade para renunciar à utopia socialista e apostar no sucessivo aprimoramento da sociedade existente. O que já vinham praticando com sucesso, graças à clarividência e à coragem de homens como Bernstein, que não se acomodaram ao dogmatismo e souberam guardar fidelidade às exigências morais presentes ao ideário socialista e que constituem

justamente o aspecto imorredouro da contribuição da intelectualidade que alçou essa bandeira no século XIX.

IV. NASCEDOURO DA SOCIAL DEMOCRACIA: CONGRESSO DE BAD GODSBERG DE 1959

Embora sob a República de Weimar (1919/1933) se haja aprofundado o rompimento entre os sociais democratas e os chamados marxistas ortodoxos (comunistas), o PSD não se decidia a consumir esse afastamento, que de certa forma a mantinha vinculado. pela comunidade de base teórica, àquela agremiação totalitária. Os anos trinta são dramáticos, com a ascensão de Hitler ao poder.

Ainda que os acontecimentos mais marcantes da história do PSD alemão devam ser referidas na Parte II (Em especial no Capítulo II), cabe mencionar nesta oportunidade alguns elementos que permitem compreender a inevitabilidade da decisão histórica adotada no Congresso de Bad Godsberg (1959) quando afinal o PSD consuma o seu rompimento com o marxismo.

Em 1932, Hitler lançou-se candidato a Chanceler tendo a chamada *coalizão de Weimar* (sociais democratas, católicos e liberais) que sustentava a República, considerada a ameaça representada pelo nazismo, decidido apoiar a reeleição do velho marechal Hindenburg (tinha então 85 anos), somente se consumando a sua vitória no segundo escrutínio. Neste, setecentos mil eleitores comunistas (que tiveram candidato próprio no primeiro escrutínio), *desesperançados de eleger seu candidato no segundo turno votaram diretamente em Hitler*⁽¹⁾. Mais tarde, o *Pacto Molotov-Ribentrop* consuma o parentesco entre os dois totalitarismos.

Com o término da guerra, a derrota da Alemanha acarreta a divisão do país em zonas de ocupação, dando origem, em 1949, à República Federal Alemã (Alemanha Ocidental) e à República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), esta submetida ao regime comunista, garantido sobretudo pelas tropas soviéticas.

Ascende à liderança do PSD Kurt Schumacher, que passara longos anos em campos de concentração nazistas. Embora não deixasse de ser uma incoerência, mantinha-se marxista se bem que não nutrisse quaisquer ilusões quanto aos comunistas. Segundo o conhecido especialista francês em história alemã, Joseph Rovin, autor de obra dedicada à social democracia, Schumacher entendia que, “as responsabilidades principais predominantes na escalada do nazismo pertenciam à direita burguesa, por um lado, e aos comunistas por outro. Schumacher nutria uma execração profunda por essas duas forças adversárias, mas, no seio da direita, eram possíveis e necessárias distinções: a direita moderada, os liberais e o antigo *Zentrum* (católicos) comportavam elementos sinceramente afeiçoados à democracia, ao passo que todos os comunistas que não tinham rejeitado a dominação soviética, obedeciam ao mesmo julgamento implacável. Íntegro, fanático, Schumacher dispunha assim de uma visão perfeitamente coerente, simples e sedutora dos acontecimentos e da história. Entre os sobreviventes que partilharam o destino do povo no próprio país, a sua própria vocação de chefe não lhe suscitava a mínima dúvida: a Alemanha era representada pelo seu povo, o povo pelo proletariado, o proletariado pelo PSD e este por Kurt Schumacher”.⁽²⁾ Na Alemanha Ocidental não foi permitida a reorganização política nem dos nazistas nem dos comunistas.

Em que pese a avaliação negativa da experiência soviética e dos próprios comunistas, Schumacher não compreendia as grandes transformações sociais acarretadas pelo

capitalismo e a impossibilidade do proletariado manufatureiro liderar o aprofundamento dessas transformações. Para não falar na incongruência que representava a fidelidade ao marxismo, na prática radicalmente repudiado, e na incapacidade de perceber o apoio que a República Federal encontrava para o seu projeto de reconstrução, não manifestando o menor interesse no regime socialista prometido por Schumacher. De modo que, sob a sua liderança, consumou-se o isolamento da social democracia. A sua morte em agosto de 1952 permitiu afinal que uma nova liderança, mais afinada com a realidade, realizasse as grandes mudanças exigidas no Programa do PSD.

Pela importância de que se reveste o acontecimento, vamos transcrever pequeno trecho da mencionada obra, em que Rovin descreve as circunstâncias que levaram à decisão adotada no Congresso de Godsberg (1959) bem como as mudanças programáticas ali introduzidas. Segue-se a transcrição:

“Em setembro de 1957, o Partido Social Democrata enfrentava pela terceira vez as eleições gerais para renovação do *Bundestag*, primeira câmara do parlamento da República Federal. Uma vez mais, as esperanças acalentadas pelos dirigentes do SPD foram desiludidas. É certo que, em percentagem dos votos obtidos, o partido presidido por Eric Allenhauer (que substituiu a Schumacher) passava de 28 para 31% e o número dos seus eleitos se elevava agora para 169 (151 durante a segunda legislatura), mas, longe de conhecer a usura normal do poder que exercia havia oito anos, a CDU CSU de Konrad Adenauer conseguia alcançar a maioria absoluta, com 50,2% dos votos (45,2% em 1953 e 31,0% em 1949). Em relação ao primeiro Bundestag, a CDU progredira 19,2% e o SPD apenas 2,6%. O partido do chanceler dispunha agora de 270 lugares dos 497. A distância entre os dois grandes da política alemã, longe de se extinguir, não parava de se intensificar. Adenauer conduzira sua campanha com o *slogan* simplista mas eficaz de *nada de experiências (Keine Experimente)*. A maioria da população continuava a confiar num homem que presidira ao restabelecimento da economia e garantia com a sua política externa, contra as ameaças soviéticas e comunistas, as liberdades e a prosperidade restabelecidas. Em face desses êxitos, a propaganda eleitoral dos sociais democratas parecia velha e ultrapassada. Uma vez mais, o SPD só conseguira chamar a si os eleitores que adquirira antecipadamente, não em virtude do seu programa eleitoral, mas apesar dele, por uma fidelidade quase automática. O desaparecimento do partido comunista, interdito pela lei constitucional em 1956, e o insucesso do *partido popular para toda a Alemanha (Gesamtdeutsche Volkspartei)* do ex-ministro CDU Gustav Heinemann, futuro presidente federal dos anos 1969/1974, deveriam, porém, provocar um aumento muito mais sensível dos votos SPD. A principal força de oposição não conseguira sequer maioria nos votos oposicionistas.

O Partido só podia sair do *ghetto* do seu eleitorado tradicional próximo de 30% e composto essencialmente por operários e pequenos empregados, se os homens novos, mais realistas e menos apegados aos velhos dogmas, conseguissem abalar o imobilismo dos funcionários do *Apparat do Parteiburo*. Os primeiros esforços significativos nesse sentido manifestaram-se no congresso realizado em Stutgard de 18 a 23 de maio de 1958, onde propostas reformistas originais foram apoiadas por homens como Heinrich Deist, principal teórico do Partido em matéria econômica, e um jovem economista de Hamburgo, enérgico e eloquente, Helmut Schmidt.⁽³⁾

Foi em Stutgard que se adotou, em primeira leitura, um projeto renovador do programa fundamental (*Grundsatzprogramm*) do Partido, texto que representava finalmente o

corolário dos trabalhos da comissão Eichler, constituída em março de 1955. A decisão de princípio tendente a substituir o *Aktionprogramm* adotado em Dortmund em 1952, e depois modificado em 1954 em Berlim, fora tomada nesse ano pelo mesmo congresso de Berlim. Mas os trabalhos, retardados pela resistência da burocracia, foram extremamente prolongados, sendo Olenhauer quem, após a derrota de 1957 acabou por lhe acelerar o ritmo. Convencera-se de que o Partido, para transpor a encosta e ascender ao poder, devia adotar uma pele nova e adaptar-se aos tempos atuais e diferentes. Procedendo assim, ao impor a elaboração de um texto fundamental, levantar seriamente as questões de princípio e demonstrar que o SPD estava decidido pela mudança, mesmo em pontos essenciais da sua doutrina, Olenhauer prestava um último grande serviço ao seu partido e revelava-se mais perspicaz que os homens novos que agora o impeliam para a saída. Precisamente porque queriam mudanças e eram *reformistas* dispostos a abandonar as litanias e amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico. *Godsberg* já não era, sem dúvida, as referências revolucionárias e marxistas que atemorizavam os novos eleitores potenciais de que o SPD carecia, os Brandt, Erler, Schmidt e Wehner pensavam que seria preferível evitar debates e confrontações de doutrina suscetíveis de agitar a *base*.

Olenhauer tinha razão: só a profundidade das mudanças doutrinárias proporcionadas pelo novo programa e a importância das discussões que precederam e se seguiram à sua adoção convenceram uma grande parte do eleitorado da seriedade da mutação no velho partido.⁽⁴⁾

Além do projeto de programa da comissão Eichler, foram submetidos ao Congresso de Stutgard e votados por ele dois importantes textos de atualidade política: uma *Resolução respeitante à política de defesa* e uma *Resolução sobre a ordem econômica fundada na liberdade (freiheitliche Wirtschaftsordnung)*. A primeira foi apresentada por Fritz Erler, seu principal inspirador e autor: reafirmando os velhos princípios do Partido em matéria de defesa, preconizava *in fine* uma atitude positiva para com esta. Tomava posição a favor de uma exército de voluntários e continuava a rejeitar o recrutamento.⁽⁵⁾ Guardava silêncio sobre a Aliança Atlântica, mas reconhecia-a implicitamente. Acerca deste ponto essencial que mobilizara, durante tantos anos, as energias opositoristas do Partido, a resolução Erler ativava um processo de revisão que se previa não ficar por aí.

Esse espírito novo desprendia-se, de uma forma ainda mais evidente, do texto sobre os princípios da ordem econômica apresentada por Heinrich Deist, onde já não se falava de medidas de socialização nem de economia planificada, e apenas a indústria do carvão, em crise desde longa data, devia ser transferida para a coletividade. A iniciativa privada era reconhecida como um dos principais motores dos progressos econômicos. As disposições concretas previstas pelo texto já nada tinham de especificamente socialista, nada indicava que procediam de um partido operário, a exigência para o consumidor da livre escolha dos seus consumos ou a liberdade econômica para as pequenas e médias empresas nada apresentava de ameaçador para a ordem econômica criada depois de 1945, mesmo que a resolução preconizasse um certo controle do Estado sobre as grandes empresas, *truts* ou *Konzerne*.

Como não se podia pensar em despedir brutalmente o corajoso Ollenhauer, cuja dedicação, méritos antigos e fidelidade a Schumacher, ninguém contestava, o Congresso ladeou-o de dois novos vice-presidentes: Herbert Wehner, excelente organizador e homem de pulso, cujo longo passado comunista fazia então aparecer como chefe de fila da esquerda do Partido, e Waldemar von Knoeringen, o dirigente mais destacado da social democracia

bávvara, grande burguês intelectual, outrora membro do grupo *Neubeginnen*, antigo emigrado, que passava justificadamente por um social democrata muito liberal.

O novo *Vorstand* abarcava um longo espectro político com homens novos; várias personalidades do *Apparat* que eram ao mesmo tempo membros do *Vorstand* não foram reeleitas. Uma importante modificação do estatuto da organização colocava à testa do *Vorstand* um *Parteiprasidium*, eleito no seu seio, ao qual passou a estar reservada a condução cotidiana dos assuntos.

Era significativo da orientação verdadeira do Partido que Knoeringen, considerado direitista, recebeu um número de votos muito superior ao realizado por Wehner. Mas Knoeringen não tinha nada de organizador. Na verdade, seria Wehner quem iria desempenhar um papel decisivo à testa do Partido.

Os efeitos das mudanças empreendidas em Stutgard não se fizeram sentir imediatamente. Em julho de 1958 a CDU ganhava facilmente as eleições para o *Landtag* do maior Land da Federação: a Renânia Norte Vestefália. Por conseqüência a coligação SPD-FDP perdia lá o poder. Outras derrotas, mais normais, por assim dizer, dadas as posições dos dois partidos, seguiram-se no Schleswig-Hoistein e na Baviera, mas, em dezembro de 1958 a social democracia triunfava em Berlim, com 52% e excedia mesmo o limiar da maioria absoluta. Na antiga capital, a nova ofensiva desencadeada por Khruchov contra as posições ocidentais beneficiou o Partido, que passava por ser, com justificação, depois de Schumacher e Reuter, o partido da resistência ao comunismo por excelência. Foi igualmente e acima de tudo, um êxito para Willy Brandt, o presidente da câmara governante, herdeiro político de Reuter. Em Stutgard, Brandt fora finalmente eleito membro do *Parteivorstand*, após várias tentativas infrutíferas. O seu duplo triunfo era o das idéias *revisionistas* que sempre apoiara com Reuter contra Schumacher e seus herdeiros.

No congresso regional berlinense que preparava o congresso nacional de Stutgard, o presidente da Câmara governante definira as suas posições: para aprender a lição de uma longa série de desastres impunha-se rever não os princípios fundamentais, mas os objetivos fundamentais da social democracia, desenvolvendo a democracia interna contra as tendências para a burocratização e o centralismo autoritário, renunciando às visões *apocalípticas* que identificavam Adenauer com uma escalada para o fascismo e estabelecendo uma síntese entre a teoria socialista e as necessidades práticas dos meios privilegiados, daqueles que, aproveitando a prosperidade, beneficiavam menos que uma minoria mais rica e poderosa. Com semelhantes idéias, Brandt enfileirava ao lado de um homem como Carl Schmid, que falava da necessidade de uma *abertura à direita* para conquistar uma parte das classes médias e assumiria um papel importante na preparação do congresso extraordinário de 1959, convocado em Bad Godsberg e encarregado de renovar e rejuvenescer o programa e a direção do Partido. Após o êxito eleitoral do Inverno de 1958, devido à sua pessoa e idéias assim como à ofensiva soviética, Willy Brandt pôde finalmente, em princípios de 1959, triunfar do seu velho adversário schumacheriano Franz Neumann, que, até então conservara solidamente a direção do partido berlinense. O *presidente da câmara governante*, por outro lado, fez-se conhecer fora, em 1958 e 1959, através de numerosas viagens ao estrangeiro. Tornava-se uma figura política de dimensões nacionais, servida por uma reputação de vencedor. Ora, no verão de 1959, Ollenhauer resignou-se a deixar de dirigir a campanha eleitoral de 1961 como *candidato a chanceler* do SPD, o que constituía na realidade uma maneira de anunciar uma retirada progressiva geral.

Para preparar a escolha de um novo chefe de fila e a eleição de uma nova tática, Schmidt, Erler, Zinn, Brauer e Brandt foram designados membros de uma comissão de estudo no seio da qual o presidente em exercício se encontrava na verdade isolado. Os *pragmáticos*, os homens decididos a conferir à ação do Partido uma base política e ideológica nova, estavam em grande maioria. Herbert Wehner, relator perante essa comissão de um grupo de estudos preparatórios, foi na realidade o homem-sustentáculo da grande viragem que se preparava e Willy Brandt, sem jamais se unir ao antigo militante comunista, organizador duro e hábil, pessimista, sensível e clarividente, concordou com ele em numerosos pontos concretos sobre o que se tornaria o programa de Godsberg. Para evitar cair na categoria de uma *seita sem influência política*, o SPD abandonava os modelos ideológicos históricos, para *prever um Estado alemão melhor, proporcionava-se os meios de conquista do poder político*.⁽⁶⁾ Foi criada uma comissão de redação pelo *Parteivorstand*, em maio de 1959, com a missão de elaborar um segundo projeto de programa. Devia tornar mais claros e incisivos os textos examinados em Stutgard, tendo em conta a abundante e viva discussão que se verificara depois de Stutgard nas fileiras do Partido. Eichler, presidente da comissão preparatória e Heinrich Deist, principal autor das partes econômicas do projeto de programa, participaram em centenas de reuniões durante as quais tiveram de enfrentar e acalmar com freqüência as reservas e lamentos dos militantes mais antigos e da nova *jovem esquerda*. A segunda comissão de redação, composta por Allenhauer, Deist e Eichler, assim como por *especialistas em redação*, como Fritz Sanger, diretor-geral da agência de imprensa do novo programa que o partido socialista austríaco elaborara em 1958, assim como Adolf Arndt, *jurista* do Partido, pôde ser considerada a verdadeira autora coletiva do programa de Godsberg.⁽⁷⁾ Depois de todos estes preparativos, reuniu um congresso extraordinário de 13 a 15 de novembro de 1959 em Bad Godsberg, que teve de se pronunciar sobre mais de 200 propostas de emenda. Na sua maioria, foram rejeitadas e o projeto resultante de tantos esforços convergentes adotado pela quase unanimidade: de entre 340 votantes, apenas se registraram 16 contra.

Pelo seu novo programa de Godsberg, o principal partido de oposição reconhecia o valor humano e social pelo menos relativo do sistema que fora edificado na República Federal desde 1949 e renunciava a proclamar a necessidade de uma abolição total desse sistema em nome da doutrina marxista. A nova base ideológica do novo *partido das reformas* apresentava-se de uma forma muito eclética e sem caráter autoritário como um conjunto de referência à moral cristã, ao humanismo liberal, à filosofia idealista clássica e a um socialismo *aberto*. A resistência da *velha esquerda*, apegada ao marxismo e à idéia de classes, estava enfraquecida pela longa série de derrotas eleitorais, pela aparição de fenômenos econômicos e sociológicos cujas teorias centenárias os *pais* não podiam dar conta sem serem sujeitas a solicitações e deformações penosas e, sobretudo, pela necessidade de distinguir constantemente e de um modo tão apoiado e claro quanto possível a sua própria interpretação do marxismo da do adversário comunista. O fato de partilhar com estes a mesma doutrina fundamental, embora interpretada diferentemente, constituía um óbice terrível para a social democracia. É divertido para o historiador, ou pelo menos curioso, observar como esse inconveniente se voltou a favor dos novos ideólogos da esquerda social democrata apenas no espaço de quinze anos: não se afirmar marxista tornou-se, a partir dos anos sessenta, um óbice quase paralisante nas discussões internas do SPD dominadas pelas manifestações de uma, ou antes, de várias minorias radicais e intolerantes.

O primeiro capítulo do novo programa traduzia, sem dúvida, os sentimentos que eram então, e ainda são, os da grande maioria dos eleitores sociais democratas e dos que o SPD se propunha atrair a si, quando afirmava:

‘O socialismo democrático, que cria raízes na Europa, na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica, não pretende anunciar verdades últimas – não por falta de compreensão ou por indiferença para com as concepções do mundo ou as verdades religiosas – mas em virtude da estima pelas decisões que o homem toma em matéria de fé, das quais nem um partido político nem o Estado têm de determinar o conteúdo. O partido social democrata da Alemanha é o partido da liberdade do espírito. É uma comunidade de homens provenientes de diferentes direções de fé e de pensamento.’⁽⁸⁾

Toda a referência ao marxismo e à luta de classes estava formalmente afastada, pormenor que a esquerda não deixou de salientar com indignação. Marx nem sequer era citado como uma das fontes do socialismo. O novo programa reconhecia a Lei fundamental de 1949 como base do Estado democrático, sem exigir que fosse modificados os pontos que até então o tinham tornado inaceitável aos olhos de Schumacher. O novo programa dizia *sim* à defesa nacional no âmbito da OTAN. Em face das estruturas económicas e sociais, mantinha uma crítica socioliberal,⁽⁹⁾ interior na ordem construída ou reconstruída depois de 1949, *system-immanent* (interior no sistema), como hoje dizem os neomarxistas dos *Jusos*. Na realidade, o novo programa não se revestia de um carácter tão renovador como então parecia, sobretudo aos olhos dos jornalistas e cidadãos pouco ao corrente da evolução interna do SPD. A maior parte das fórmulas conservadas em Godsberg havia vários anos que circulava nos congressos. A oposição fundamental reformista fora tomada em 1945, por ocasião da recusa de unificação com o Partido Comunista dirigido por homens da União Soviética. Mas a continuidade que o historiador pode realçar representa igualmente uma ilusão em mais de um ponto de vista: o partido de Godsberg, Brandt e Wehner não era, evidentemente, o de Schumacher. O novo programa era um resultado que traduzia mudanças de pensamento e de convicção, a aceitação de fatos até então desconhecidos ou despercebidos, a resignação de alguns perante o inevitável. Foi uma vitória para uns e uma derrota para outros. Foi a consequência do fato de que, na sociedade de 1959, a situação dos trabalhadores era menos isolada e menos minoritária que na época de Bebel, que os operários se sentiam menos excluídos e alienados; implicava a convicção de que, através de reformas, seriam possíveis novos progressos e que a tomada do poder pela via parlamentar, tal como Lassalle outrora preconizava, se tornara possível, se possível sem rupturas revolucionárias. A ruptura verificara-se na realidade, mas com o radicalismo revolucionário: operara-se em várias ocasiões, ou melhor em várias épocas – 1914, 1918, 1932 e 1945. Nesse sentido, Godsberg punha termo à tradição social democrata.

Entre as *novidades* de Godsberg, a referência à ética cristã como uma das bases do socialismo, assim como a renúncia a um fundamento filosófico único (na verdade, o materialismo dialético), revestiam-se de particular importância. A social democracia, tomando em consideração a variedade de convicções e crenças dos seus membros, derrubava um dos principais obstáculos que a impediam de progredir no eleitorado católico. A vontade de conquistar uma parte desse terreno até então interdito figurava igualmente nas fórmulas do programa relativas ao aspecto da *missão particular* das Igrejas e da sua *autonomia*. Seria impensável encontrar idéias similares nos programas sociais democratas anteriores a 1933.⁽¹⁰⁾ Outra parte essencial do texto, tão vivamente discutida como o preâmbulo

ideológico, relacionava-se com os problemas econômicos. Se a idéia e expressão das socializações ou nacionalizações desapareciam e a importância positiva da concorrência e livre empreendimento era plenamente reconhecida, havia um parágrafo inteiro consagrado à função e legitimidade da *propriedade comum* (Gemeineigentum), forma de controle público que se podia tornar necessário e útil *onde não era possível garantir por outros meios uma ordem sã das condições em que se exercia o poder econômico* (der Wirtschaftlichen Machtverhältnisse).⁽¹¹⁾ Esta formulação pesada e obscura reintroduzia, em certa medida, com muitas reservas e rodeios, a velha noção de coletivização de alguns meios de produção (e de outras empresas, eventualmente, no setor de serviços). O livre empreendimento era, sem dúvida, reconhecido e enaltecido, mas apenas no aspecto em que *se orientava na necessidade e não na vontade do lucro privado*. O programa afirmava igualmente a necessidade do controle público da economia, pelo controle dos investimentos e publicidade das operações, suscetível de *permitir à população que tomasse conhecimento da estrutura de poder na economia e na gestão econômica das empresas, a fim de se mobilizar contra os abusos*.⁽¹²⁾

Dominar o poder da macroeconomia (ou seja, das grandes sociedades) constituía, para o programa de Godsberg, *uma tarefa central de uma política econômica de liberdade*.⁽¹³⁾ O programa de Godsberg exigia igualmente uma repartição mais sã e mais justa dos rendimentos e o desenvolvimento da co-gestão, início de uma nova ordem econômica que se tornaria *a base de uma constituição democrática das empresas da macroeconomia*.⁽¹⁴⁾ Todos estes pontos revelavam, em última análise, uma estrutura profundamente contraditória do Programa e, atrás dele, do Partido. Na altura e durante muito tempo, *Godsberg* impressionou sobretudo pela audácia das suas rupturas, pela rejeição do marxismo ideológico e, nomeadamente, da luta de classes, pelo abandono de toda a definição do socialismo e pela amplitude das concessões feitas ao liberalismo econômico. *Godsberg* já não era, sem dúvida, o programa de um partido revolucionário (havia um parágrafo inteiro dedicado à denúncia dos crimes e erros do comunismo). A longo prazo, porém, à medida que nascia e se afirmava no seio do SPD uma nova esquerda, verificava-se que o Programa de Godsberg continha numerosas formulações, claras ou ambíguas, em que se podia apoiar uma vontade política de *modificar o sistema*. Uma reinterpretação marxista dogmática do Programa de Godsberg é certamente abusiva, em relação à vontade do partido em 1959, e às tendências da imensa maioria dos eleitores sociais democratas de 1978, mas, nos primeiros anos subseqüentes à sua adoção, o aspecto *ruptura* do texto foi sem dúvida exagerado em relação ao aspecto *continuidade*.”

**PARTE II - EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO
SOCIALISTA E AMPLITUDE DA ADESÃO À
SOCIAL-DEMOCRACIA**

I. O MOVIMENTO OPERÁRIO EM SEUS PRIMÓRDIOS

a) Os antecedentes marcantes

A primeira manifestação do proletariado industrial corresponde ao *ludismo* – Ludd chamava-se o seu líder – e tinha por objetivo destruir as máquinas, tendo eclodido na Inglaterra em 1810 e ganho muito impulso no ano seguinte. A produção industrial fora precedida pela manufatura, que, embora apoiada no trabalho manual, incorporava a divisão do trabalho e resultara em substancial incremento da produtividade. Em fins do século anterior, foi inventada a máquina a vapor e o tear mecânico, além de terem sido introduzidos significativos aperfeiçoamentos na produção de ferro e aço, possibilitando a fabricação em série das novas máquinas. Assim como a manufatura tornara antieconômica a fabricação artesanal, a indústria apoiada em máquinas levava à extinção das manufaturas. Os operários manufatureiros ingleses, liderados por Ludd, reagiam à inovação.

Esse primeiro movimento ilustra quanto ao grau de obstinação de que estava possuído o empresariado inglês. Optou pelo seguinte: exigiu e obteve do Parlamento uma lei que punia com a pena de morte a destruição de máquinas, aprovada em março de 1812. As primeiras execuções tiveram lugar em janeiro de 1813 e seguiram-se muitas outras. Esmagado o ludismo, cuidou-se de impedir o funcionamento das associações de operários nas novas indústrias.

Selvagemmente, como se diz hoje, o capitalismo abria seu caminho. A extração de carvão elevou-se, na Inglaterra, de 10 milhões de toneladas, no começo do século, para 57 milhões de toneladas, em 1851. A produção de aço em lingotes passa de 250 mil toneladas, em 1810, para 2,3 milhões de toneladas em 1850. Os demais países europeus achavam-se então muito atrasados em relação à Inglaterra. Nos meados do século, a França produzia 570 mil toneladas de aço e a Alemanha 402 mil toneladas. Em 1850, a Inglaterra possuía cerca de duas mil fábricas de tecidos. Em 1830, os teares a vapor eram 55 mil e os manuais 240 mil. Em 1850, a situação se inverte: 250 mil teares a vapor contra 40 mil manuais. Nasce a civilização urbana. Londres que tinha 959 mil habitantes em 1801 registra a presença de 2,8 milhões de pessoas em 1861. No mesmo período Liverpool passa de 82 para 444 mil; Manchester de 77 para 358 mil.

A situação do operariado era então lamentável. Dando notícia dos levantamentos - alguns privados e outros oficiais, que então se fizeram - os historiadores portenhos Ellauri e Baridon escrevem: “Na cidade inglesa de Manchester, mais da metade habitava em sótãos. Na França, os operários têxteis trabalhavam de 16 a 17 horas por dia e recebiam um salário miserável. Nas minas de carvão da Inglaterra, as crianças arrastavam vagonetes pelas galerias nas quais era difícil passar um adulto, em troca de pagamento ínfimo. Na Alemanha, algumas indústrias utilizavam os serviços de menores de até cinco anos de idade. Em toda parte, as mulheres recebiam remuneração extremamente reduzida. A mortalidade dos proletários assumiu caráter alarmante.”(1)

Quando da repressão ao ludismo, ergueu sua voz para condená-lo o grande poeta inglês Byron. Atendendo a uma inspiração exclusivamente moral, a intelectualidade reivindica melhores condições de trabalho para a nova classe de operários da indústria. Robert Owen

(1771-1858), rico industrial, melhorou por sua própria conta as condições de trabalho em suas fábricas de New Lanark: diminuiu a jornada de trabalho, aumentou os salários, criou escolas para manutenção dos filhos, facilitou a construção de moradias. Além disto, sustentou que a questão operária poderia ser solucionada mediante o estabelecimento de pequenas comunidades, organizadas em torno de uma fábrica e do trabalho agrícola, repartindo entre si o produto do trabalho. Sob essa inspiração, criaram-se sete comunidades, uma das quais nos Estados Unidos. A experiência de Owen fracassou, mas de seu bojo nasceu a idéia das cooperativas de consumo e de produção, que chegariam a alcançar grande desenvolvimento na sociedade industrial futura.

O movimento iniciado por Owen encontraria respaldo no continente, na pregação de Saint-Simon (1760-1825) e Fourier (1772-1837). Esse movimento é que seria batizado de socialismo, nome que, segundo se supõe, aparece pela primeira vez numa carta enviada a um diário inglês, em 1835, por um discípulo de Robert Owen. Tomar-se-ia o mais célebre de tais reformadores Pierre Proudhon (1809-1865), que publicou, em 1840, um livro intitulado *Qu'és-ce que la propriété?* Responde desta forma à pergunta:

“A propriedade é um roubo; confere ao proprietário o direito de receber uma renda sem trabalhar; o capitalista recebe algo em troca de nada. A propriedade é o direito a desfrutar e dispor à vontade do bem alheio, do fruto da indústria e do trabalho alheios; é um efeito sem causa.”

Outra fórmula simplificatória que granjeou enorme popularidade seria devida a Louis Blanc (1811-1882), no livro *Organização do trabalho*, onde enxerga na concorrência capitalista o grande mal. Esta, a seu ver, explicaria a miséria dos operários, sua degradação moral, o aumento da criminalidade, da prostituição, das crises industriais, das guerras entre os povos. Gide e Rist na *História das Doutrinas Econômicas* assinalariam que a *Organização do trabalho* foi lida, discutida por todos e reeditada um grande número de vezes. Ao que acrescentam: “O título, extraído do vocabulário saint-simoniano, deu uma destas fórmulas populares com que os operários de 1848 resumiam suas reivindicações e seu autor seria apontado pela revolução de fevereiro como o mais qualificado representante da classe operária.” Foi, aliás, nessa condição de representante do operariado que Blanc fez parte do governo saído da revolução.

Esse governo acabaria, entretanto, dominado pela tendência conservadora, exilando-se Blanc na Inglaterra, só regressando à França em 1871, depois da queda de Napoleão III.

Na segunda metade do século vão assumir forma cada vez mais definida dois grandes eixos: o movimento sindical sustentado pelas novas indústrias⁽²⁾ e o movimento socialista liderado pelos intelectuais. Esses dois movimentos confluíram para a formação de partidos políticos.

Esclareça-se que os partidos políticos como se estruturam na atualidade somente começam a aparecer na segunda metade do século passado. Até 1850, existiam e funcionavam os blocos parlamentares, cujo processo de formação não obedeceu a nenhum componente racional, como demonstra Maurice Duverger em sua arguta análise (*Les partis politiques*, Paris, Armand Colin, 1976), bastando mencionar que a corrupção fomentada pelos elementos do poder, naquela fase dos regimes de gabinete, seria fator destacado de aglutinação. Os

partidos políticos nascem sobretudo da fusão entre os grupos parlamentares e os comitês eleitorais. Estes últimos somente aparecem depois das reformas eleitorais inglesas.

O sistema eleitoral saído da *Bill of Rights* (1689) exigia que eleitores e representantes possuíssem determinados níveis de renda, sistema que seria adotado na *Carta Brasileira* de 1824. A rigor, somente os proprietários se faziam representar (essa espécie de liberalismo é que Mac Pherson denominaria de possessivo). Até 1832 manteve-se na Inglaterra a mesma composição dos distritos eleitorais, então divididos em burgos e condados, estabelecida no século XVIII, assegurando o predomínio da classe proprietária rural. Naquele ano aprovar-se-ia lei eleitoral suprimindo-se a representação dos burgos com menos de 2 mil habitantes e rebaixando a um único deputado a representação daqueles com até 4 mil habitantes. Além disto, outorgou-se representação a 43 cidades importantes até então excluídas. Mantinha-se a exigência de renda, mas reduzindo-a significativamente. O eleitorado triplicou, passando de 220 mil para 670 mil. Outras reformas tiveram lugar em 1867, 1872 e 1884. Na primeira, ampliou-se a representação dos condados e cidades, suprimindo-se a dos burgos com menos de 5 mil habitantes. Em 1872 é estabelecido o voto secreto. Em 1884, finalmente, elimina-se a antiga distribuição de mandatos entre burgos e condados, criando-se distritos eleitorais de importância equiparável, elegendo um deputado cada. Ampliou-se o direito de voto e o eleitorado chega a 4 milhões. Na democratização do sistema representativo, o continente e os Estados Unidos acompanham a Inglaterra.

A disseminação do voto teria inevitavelmente como conseqüência o aumento da importância do movimento sindical. As *trade unions* inglesas são legalmente reconhecidas em 1871, sendo toleradas desde os meados do século, unificando-se no plano nacional em 1868. Na França, a livre organização sindical é tornada lei em 1884. Em 1894 organiza-se a *Confederação Geral do Trabalho*.

Em fins do século estão asseguradas em lei algumas conquistas fundamentais do novo grupo social, como jornada de trabalho de oito horas, limitação ao trabalho feminino e juvenil, salário mínimo, regulamento do trabalho noturno, descanso semanal remunerado, etc.

Na segunda metade do século, enquanto o movimento sindical conquista significativas vitórias e organiza-se não apenas nos locais de trabalho mas unifica-se nacionalmente, o movimento socialista subdivide-se em múltiplas facções: blanquistas, proudonistas, anarquistas, etc. Nessa fase não passam de pequenas seitas de intelectuais, entre as quais não se pode dizer que a marxista fosse a mais importante. A ascendência dessa corrente deve-se a outras circunstâncias, como indicaremos.

Aproveitando uma exposição internacional realizada em Londres, em 1864, os socialistas combinam um congresso, realizado em Genebra em 1866, onde se funda a Associação Internacional dos Trabalhadores, que passou à história com a denominação de Primeira Internacional. Os estatutos da nova entidade diziam que a emancipação dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores, cabendo ao seu movimento político ter como objetivo alcançar aquela emancipação. Na verdade, contudo, a AIT não se voltava para os trabalhadores, ocupada com a luta pelo seu próprio controle. Os anarquistas, que eram uma grande força em seu interior, lutavam para que não se reconhecesse nenhuma forma de Estado e fosse repudiada toda ação revolucionária que não tivesse por objetivo *o direto e imediato triunfo da causa dos trabalhadores contra o capital*. Semelhante radicalismo é que

transformaria o movimento espontâneo das camadas populares da capital francesa, conhecido como Comuna de Paris (1871), numa aventura logo derrotada.

O clima que se seguiu ao esmagamento da Comuna de Paris permitiu à AIT, no Congresso de Haia de 1872, aprovar a recomendação no sentido de que se formassem partidos políticos socialistas para participar da luta parlamentar. Semelhante posição seria sustentada pelos marxistas e reformistas, transitoriamente majoritários. Embora não tivesse força para fazer valer semelhante orientação entre os socialistas da maioria dos países, essa resolução permitiu que se constituísse a social democracia alemã. Este fato é, que facultaria a preservação do marxismo, que por essa época não chegara a interessar aos adeptos do socialismo na Inglaterra e nos demais países do continente.⁽³⁾

b) A cronologia de eventos

Século XIX (primeiras décadas)

- Proibida a existência de associações ou sindicatos.
- Dissolvida, na Inglaterra, a *Grand National Consolidated Trade Union*, de Owen, que reuniu 500 mil adeptos.⁽⁴⁾

1851-1867

- O governo inglês tolera as trade unions, organizando-se conselhos nas grandes cidades (Londres, Liverpool, etc.).

1866

- Fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores, posteriormente conhecida como Primeira Internacional.

1868

- Realização do 1º Congresso Anual das *Trade Unions* na Inglaterra.

1871-1876

- Aprovação da legislação inglesa que regula o funcionamento das *Trade Unions*.

1875

- Criação do Partido Social Democrata Alemão.⁽⁵⁾

1884

- Aprovação na França da lei que permite a livre organização sindical.
- Fundação da *Fabian Society* em Londres.

1889

- O Congresso da AIT escolhe o dia 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho e convoca manifestações para esse dia, em torno da bandeira da jornada de 8 horas de trabalho.

1894

- Organização da CGT francesa.

1899

- O Congresso das *Trade Unions* inglesas adota a decisão de criar uma organização eleitoral e parlamentar.

1900

- Criação do Partido Trabalhista Inglês.

II. O TRABALHISMO INGLÊS

a) Os elementos impulsionadores

Em 1900, as *Trade Unions* criaram o *Labour Representation Committee*, com o propósito de ter atuação eleitoral voltada para a designação de representantes próprios. Quando tal se deu, o movimento sindical na Inglaterra era uma força atuante e respeitada.

Entre os elementos que levaram as *Trade Unions* ao reconhecimento da necessidade (e das vantagens) de dispor de representação parlamentar própria, podem ser apontados a Sociedade Fabiana e o Partido Trabalhista Independente (*Independent Labour Party*).

A Sociedade Fabiana foi criada em 1883-1884 por um grupo de intelectuais, entre os quais Bernard Shaw (1856-1950), à época, jovem escritor de menos de trinta anos e que iria tornar-se um dos maiores nomes da literatura universal, criador de personagens imortais, ganhador do Prêmio Nobel de 1925. Outro fundador da Sociedade Fabiana que igualmente adquiriria renome internacional seria Sidney Webb (1858-1947).

A Sociedade Fabiana formulou com clareza seu ideário político na obra *Fabian Essays in Socialism*, editada por Bernard Shaw em 1889. A entidade manifesta-se a favor do socialismo, rejeitando o revolucionário e optando pelo evolucionista. Prefere Stuart Mill aos teóricos continentais do socialismo (Carlos Marx, Bakunin, Proudhon). Proclama que o bem-estar da maioria exige o intervencionismo estatal. Os fabianos consideram a máquina estatal como o elemento apropriado à promoção do bem-estar social.

A Sociedade Fabiana pretendia, de início, atuar como uma espécie de fermento no seio dos grandes partidos tradicionais: o Conservador e o Liberal. Evoluiu, contudo, para apoiar a criação de um partido dos trabalhadores. E embora não possa ser considerada como a mola mestra da estruturação do Partido Trabalhista, é fora de dúvida que influenciou sobremaneira no sentido de que a nova agremiação acabasse por incluir o ideal socialista em seu programa.

O principal elemento impulsionador da evolução do sindicalismo inglês no sentido da organização de uma representação parlamentar foi James Keir Hardie (1856-1915). Hardie era operário e tradeunionista, tendo se destacado no sindicalismo graças à edição de jornais sindicais. Tornou-se o primeiro operário a ter assento na Câmara dos Comuns e, em 1893, organizou o Partido Trabalhista Independente (ILP). Hardie queria que os sindicatos influíssem no processo legislativo e tivessem, no Parlamento, uma atuação independente do Partido Liberal, que abrigava elementos contando com as simpatias do sindicalismo. Suas teses acabariam tornando-se vitoriosas no Congresso Anual das *Trade Unions* de 1899. É então aprovada a decisão de instituir uma organização eleitoral e parlamentar.

b) os fatos marcantes nas primeiras décadas

O órgão criado pelo Congresso de 1899 e estruturado em 1900 denominou-se de *Labour Representation Committee*. Somente em 1906 adotaria a denominação de *Labour Party*.

Em sua fase inicial de atuação parlamentar os trabalhistas estão muito vinculados aos liberais. Na eleição de 1910 obtêm uma representação significativa, constituída de 42 deputados. Hardie é o líder da bancada mas acabaria isolando-se de seus companheiros devido à tensa situação na Europa, de que resultaria a *Primeira Guerra Mundial*. Tanto a política oficial do *Independent Labour Party* como as convicções pessoais de muitos dos líderes do tradeunionismo eram de índole pacifista. Contudo, a maioria inclinar-se-ia pelo apoio à entrada da Inglaterra na Guerra. Os trabalhistas ingressam na coalizão formada por Lloyd George (1863-1944), chefe do Partido Liberal, que governou a Inglaterra durante a conflagração e teve papel destacado nas negociações que levaram ao Tratado de Versalhes, considerado como o germe da Segunda Guerra, pelas pesadas reparações que impôs à Alemanha.

Deprimido com a adesão dos trabalhistas à coalizão governamental de Lloyd George, Hardie afasta-se do Parlamento e morre logo depois. Iríamos assistir à ascensão de Ramsay Mac Donald (1866-1937), que marca um tipo de liderança diversa da exercida por Hardie. Para Mac Donald o socialismo é quase um puritanismo moralizador da sociedade (*Socialism and Society*, 5a ed., London, 1907) e para mostrar todas as suas virtualidades deve chegar ao poder.

Hardie imaginava algo de mais modesto e concebia a atuação partidária voltada para a obtenção de uma legislação social favorável aos trabalhadores. Para isto, entendia, era imprescindível atuar de forma independente dos liberais. Conduziu vitoriosamente os trabalhistas a constituir-se autonomamente, em relação ao Partido Liberal, como organização. Mas não teve êxito no que concerne à liderança efetiva, que continuou em mãos dos liberais. Ramsay tem outros propósitos: mostrar que o Partido Trabalhista está maduro para o exercício do poder. Levaria os trabalhistas a grandes vitórias parlamentares colocando-os, como queria, no poder. Mas não logrou dar passos efetivos no cumprimento do programa partidário, o que somente seria alcançado com a liderança que o substituiu, como indicaremos a seguir.

Em 1918 o Partido Trabalhista incluiu em seu programa o princípio da posse coletiva dos meios de produção. Embora pertencesse à Segunda Internacional, até então não havia adotado expressamente o ideário socialista. Formara-se como um partido destinado a atuar preferentemente na esfera da legislação trabalhista e social.

Nesse mesmo ano de 1918, emerge como o segundo partido. Nas eleições de 1924 conquista 192 cadeiras e suplanta a bancada liberal (159 cadeiras), formando-se, então, o primeiro governo trabalhista, chefiado por Ramsay Mac Donald. A aliança com os liberais revelou-se entretanto precária e a permanência no poder limitar-se-ia a dez meses. Em seguida à crise de 1929, Mac Donald consegue formar ampla coalizão governamental. Nos anos trinta, entretanto, perderia a liderança trabalhista. Durante curto período o líder é George Lansbury.

Em 1935, é eleito líder do Partido Trabalhista Inglês, Clement Attlee (1881-1967). Os trabalhistas ingleses abandonam a linha pacifista e pregam uma política de contraposição à ascendência do nazismo.

O Partido Trabalhista integrou a coalizão que sustentou o governo de Winston Churchill (1874-1965), chefe do Partido Conservador, durante a guerra.

c) A adesão ao socialismo

A adesão dos trabalhistas ao socialismo dá-se em 1918. Traduz esse fato a inclusão no Programa da chamada *Cláusula IV*, segundo a qual o Partido Trabalhista passou a advogar a posse coletiva (estatal) dos meios de produção. Essa Cláusula somente seria revogada na década de noventa, sob a liderança de Tony Blair, circunstância que, conforme veremos no momento oportuno, consoma a transformação do Partido Trabalhista numa agremiação social democrata.

O Programa aprovado em 1918 mereceu análise circunstanciada no livro deste pós-guerra de Clement Attlee, *The Labour Party in perspective* (1949) traduzido para o português com o título de *Bases e fundamentos do trabalhismo* (Trad. de Eneas Marzano, Rio de Janeiro, Editora A Noite, s/d.). Attlee (1881-1967) foi líder do Partido Trabalhista de 1935 a 1955 e Primeiro Ministro de julho/1945 a outubro/1957. São resumidas adiante as principais teses contidas no capítulo VII - *O Programa Mínimo*.

O objetivo geral do Partido Trabalhista é o estabelecimento da Comunidade Britânica Socialista.

Para alcançá-lo, considera que o aparelho estatal constituído na Inglaterra tem realizado satisfatoriamente suas funções e pode servir de ponto de apoio para a realização das transformações fundamentais desejadas, desde que o Partido Trabalhista continue a respeitar a vontade da maioria e a praticar os princípios democráticos.

O Partido Trabalhista abomina os sistemas de governo que só permitem uma opinião e cuja administração não esteja sujeita à crítica saudável de uma oposição. Está por conseguinte, determinado a preservar o tecido essencial do sistema de governo britânico, embora preconize reforma no processo legislativo para eliminar a obstrução facciosa e assegurar maior eficiência aos seus trabalhos. Admite que a experiência possa sugerir a extinção da Câmara dos Lordes, se esta se transformar num obstáculo à execução do programa trabalhista, desde que tenha recebido mandato para exercer o poder. A realização do seu programa exigirá igualmente a reforma do Poder Executivo.

O Plano Geral do Partido Trabalhista baseia-se no princípio de que compete ao governo providenciar para que os recursos do país, materiais e humanos, sejam utilizados de maneira a produzirem o máximo de bem-estar para todos. A expressão bem-estar engloba não apenas a riqueza material, mas tudo quanto contribui para tornar boa a existência. Ter em vista alcançá-los para todos distingue o planejamento socialista do planejamento capitalista.

Os socialistas não se equiparam aos que aconselham um sistema organizado e planejado, para substituir a anarquia do industrialismo competidor, porque aqueles preservam a crença na sociedade em classes enquanto os socialistas acreditam na sociedade sem classes. Seu plano de governo tem em vista o rápido avanço no sentido da maior equidade da riqueza.

O Plano baseado nos princípios indicados envolve quatro rumos principais: 1) o planejamento da indústria; 2) a disciplina de localização das atividades produtivas, com vistas à descentralização e ao aproveitamento ao adequado das vantagens naturais; 3) assegurar que serão utilizados, para a realização das diversas tarefas, os mais aptos e os mais indicados; e, 4)

fixação do padrão de vida que o país pode estabelecer para os seus cidadãos e da política de investimentos a ser observada.

Para a consecução de semelhantes objetivos o governo trabalhista já dispõe de diversos instrumentos. Mas apesar disto, as rédeas do sistema econômico continuam nas mãos daqueles cujo móvel predominantemente é o lucro. O governo trabalhista quer que o sistema econômico funcione principalmente em benefício da sociedade.

Reconhecendo que o poder financeiro (a City de Londres) tem força bastante para opor-se ao governo do país, o Partido Trabalhista apresenta, como primeiro passo para anular este poder, a conversão do Banco da Inglaterra numa instituição do Estado. Ao assumir a direção do Banco da Inglaterra o governo trabalhista tomará as providências necessárias ao encaminhamento do crédito e das inversões para os pontos em que possa ser mais útil à coletividade.

O Partido Trabalhista preconiza a eliminação da propriedade privada da terra. Os proprietários merecerão a requerida compensação, tanto porque o Partido Trabalhista se opõe a qualquer forma de confisco como pela circunstância de que numerosos trabalhadores são pequenos proprietários e seria uma insensatez antagonizá-los.

O Partido Trabalhista preconiza nacionalizar toda a indústria carbonífera e a manutenção do controle do Estado sobre os combustíveis.

O Partido Trabalhista advoga a transformação dos transportes em serviço público.

Conquanto considere prioritários os problemas da propriedade e da direção da indústria e das finanças, o trabalhismo não pretende retardar a introdução de medidas destinadas a promover melhoramentos imediatos, de longo alcance, nos serviços de assistência social (desemprego, aposentadoria, redução da jornada de trabalho e lazer).

O Partido Trabalhista preconiza, ainda, a efetivação de um gigantesco programa de desenvolvimento da agricultura e da alteração radical das condições de vida existentes nas áreas empobrecidas.

d) A estatização da economia e domínio das trade unions

A oportunidade para o cumprimento do Programa do Partido Trabalhista no plano econômico ocorreria com a vitória eleitoral do pós-guerra, sendo Clemente Attlee o seu líder. Os trabalhistas estatizam o Banco da Inglaterra, as telecomunicações, a geração de energia elétrica, a indústria petrolífera e a produção de carvão, o sistema ferroviário, parte das empresas aéreas, da indústria automobilística e da siderurgia, e a construção naval em sua inteireza.

As reformas keinesianas haviam levado a economia europeia a um período de crescimento ininterrupto. A partir dos anos setenta, contudo, observa-se não só o decréscimo das taxas de crescimento, como o aparecimento de inflação persistente. Na Inglaterra, a taxa de crescimento cai a 2%.

As principais análises passaram a indicar que o fenômeno decorreria da

generalizada estatização da economia, ocorrida na Europa, e da excessiva regulamentação levada a cabo nos Estados Unidos. O método anti-recessivo keinesiano perde eficácia.

Na Inglaterra, o Partido Conservador, sob a liderança de Mme. Thatcher, ergue a bandeira da privatização. O Partido Trabalhista experimenta sucessivo isolamento, ao mesmo tempo em que aumenta a influência das *Trade Unions* na organização partidária.

Sob a chefia de Attlee os trabalhistas mantêm-se no poder até 1951. As eleições de 1950 asseguraram-lhe maioria precária (315 cadeiras contra 298 do Partido Conservador). Convocadas as novas eleições em 1951, os conservadores alcançam maioria.

Os trabalhistas somente voltariam ao poder em meados da década de sessenta (entre 1966 e 1970), agora sob a liderança de Harold Wilson (nasc. 1916). Perdem o poder neste último ano e voltam a ganhá-lo em 1974. Em maio de 1979, reassume o Partido Conservador.

Nos Quadros I e II são apresentados os principais resultados eleitorais do período indicado na Inglaterra. A nota singular é o virtual desaparecimento de outrora poderoso Partido Liberal.

INGLATERRA- Resultado das Eleições parlamentares após 1945

(Quadro I)

Eleições	Trabalhista		%	Conservador e Ass.		%
	Cadeiras	Votos (1)		Cadeiras	Votos (1)	
1945	393	12	48	212	9,9	39,8
1950	315	13,3	46,4	298	12,5	43,5
1951	295	13,9	48,8	321	13,7	48
1955	277	12,4	46,3	344	13,3	49,7
1959	258	12,2	43,8	365	13,8	49,4
1964	317	12,2	44,1	303	12	43,3
1966	363	13,1	47,9	253	11,4	41,9
1970	287	12,2	43	330	13,1	46,4
1974 (Fev.)	301	11,7	37,2	296	11,9	38,1
1974 (Out.)	319	11,5	39,3	276	10,4	35,7
1979	268	11,5	36,9	339	13,7	43,9

(Quadro II)

<i>Eleições</i>	<i>Liberal</i>		<i>%</i>	<i>Outros.</i>		<i>%</i>
	<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>		<i>Cadeiras</i>	<i>Votos (1)</i>	
1945	12	2,2	9	23	1	3,2
1950	9	2,6	9,1	3	0,4	1
1951	6	1	2,5	3	0,2	0,7
1955	6	1	2,7	3	0,3	1,3
1959	6	1,6	5,9	1	0,3	0,9
1964	9	3,1	11,2	1	0,4	1,4
1966	12	2,3	8,6	2	0,5	1,6
1970	6	2,1	7,5	7	1	3,1
1974 (Fev.)	14	6,1	19,3	24	1,7	5,4
1974 (Out.)	13	5,3	18,3	27	1,9	6,6
1979	11	4,3	13,3	17	1,7	5,4

(1) Milhões

Fonte: The Times. *Guides to the House of Commons*

Para compreender o significado da reforma estatutária de 1981 e a longa crise dos anos oitenta que se abateu sobre o Partido Trabalhista, cumpre conhecer a forma de organização que adotou tradicionalmente.

O Partido Trabalhista estruturou-se como uma confederação destas entidades: *Trade Unions*, Movimento Cooperativo e Sociedades Socialistas. Durante longo período, somente organizações podiam integrá-lo. A partir de 1929 são admitidas adesões individuais. Também a forma de participação das *Trade Unions* variou no tempo. Durante certo período eram as próprias instituições que o faziam. Posteriormente, a legislação estabeleceu que a filiação deveria processar-se através de seus membros. Essa circunstância impede que se possam efetivar comparações entre os efetivos daquele Partido, ao longo de sua existência, que variam muito segundo as circunstâncias.

Na época em que se dá a reforma de 1981, de certa forma desencadeadora de longa crise, o *Parliamentary Labour Party* (PLP) abrigava cerca de um milhão de membros, seiscentos mil dos quais oriundos das *Trade Unions*. Estas, por sua vez, são uma confederação de aproximadamente 700 sindicatos com cerca de 12 milhões de membros. O Conselho Geral

das *Trade Unions* não tem ingerência direta na vida dos Sindicatos, mas preserva uma grande influência. A filiação ao PLP é opcional.

O Partido Trabalhista realiza uma Conferência Anual, oportunidade em que tem lugar a eleição do Comitê Executivo Nacional (NEC) . A partir de 1973, esta era a composição do Comitê: para um total de 27 integrantes, as *Trade Unions* elegiam 12, as Sociedades Socialistas, 1, as mulheres, 5, as circunscrições eleitorais, 7,⁽⁶⁾ um tesoureiro e o líder. O líder indicado pela Conferência Anual é apenas do *Parliamentary Labour Party*.

A Sociedade Fabiana continua existindo e é a mais importante das organizações socialistas com direito a indicar representantes no Comitê Executivo.

Tradicionalmente, seu eleitorado é constituído basicamente por trabalhadores, que correspondem a pelo menos 80%, situação que se mantém inalterada ao longo do tempo. No que respeita à composição da bancada parlamentar observa-se, entretanto, ascendência crescente dos intelectuais. Os profissionais liberais de nível universitário correspondem, na década de setenta, a 68% do total, enquanto os operários eram apenas 14%. A participação dos operários na bancada, nos começos da década de cinqüenta, oscilava em torno dos 40%.

A substituição de James Callaghan - que foi chefe do último governo trabalhista, entre 1974 e 1979 - na liderança do Partido Trabalhista, no segundo semestre de 1980, acirrou as divergências no seio da organização. Aparentemente tratava-se de uma luta entre a *direita* e a *esquerda* mas, na verdade do confronto entre o que se poderia denominar de *exclusivismo sindical* - defesa unilateral dos interesses do operariado mesmo quando se contrapõem frontalmente às aspirações das demais camadas não-proprietárias, como parece ser o caso dos serviços de assistência social - e a preocupação em evitar exclusivismos, buscando pontos de convergência com outros segmentos da sociedade. Semelhante disputa, diga-se de passagem, sempre emergiu na história da organização.

A disputa em apreço levou, entretanto, a um desfecho sem precedentes, consagrado na reforma estatutária aprovada no Congresso extraordinário de janeiro de 1981. Segundo essa reforma, a escolha do líder parlamentar, que se torna automaticamente candidato a primeiro ministro, desde que o partido vença as eleições gerais, deixa de ser uma atribuição da bancada, referendada pela Conferência Anual. Corresponde desde então à prerrogativa de uma conferência específica para a qual os delegados serão eleitos nesta proporção: 40% de representantes dos sindicatos, 30% de representantes das circunscrições eleitorais e os 30% restantes correspondem a votos do grupo parlamentar na Câmara dos Comuns.

A reforma foi considerada como uma tentativa de reforçar o poder dos mecanismos burocráticos e cooptativos, ao invés dos vínculos diretos com a massa de votantes nas eleições. A proeminência do grupo parlamentar na escolha do líder levaria em consideração o último vínculo, enquanto o sistema novo aumenta a influência das máquinas burocráticas dos sindicatos e dos comitês eleitorais. Expressando essa opinião, Jean François Revel, articulista do periódico francês *L'express*, teria oportunidade de afirmar: “Na Grã-Bretanha, os sindicatos inscrevem automaticamente no Partido Trabalhista uma proporção variável de seus associados, pagando suas contribuições. É a maneira de eles contribuírem para o financiamento dos trabalhistas. O volume dessas filiações nada tem a ver com a decisão individual dos sindicatos, que aliás, a título pessoal podem ser ou não trabalhistas. Aumentando, no papel, o número de seus filiados, isto é, aumentando de fato sua

ajuda financeira ao Partido Trabalhista, um sindicato, por exemplo, o dos motoristas de caminhão ou o dos funcionários municipais, aumenta também, na mesma proporção, a parte que lhe toca nos 40 % do futuro Primeiro Ministro. Por outra parte, quando se sabe que os sindicatos ingleses há muito tempo deixaram de lado a prática do voto secreto, que seus líderes são adeptos do *voto bloqueado*, isto é, chegam às reuniões trazendo no bolso e a seu critério as centenas de milhares de votos de seus partidários, quando se sabe finalmente que os dirigentes dos 13 mais poderosos sindicatos britânicos, exceto dois deles, ocupam seus cargos vitaliciamente, pode-se muito bem concluir que um punhado de potentados inamovíveis recebeu os meios e a missão de delimitar o campo de ação do sufrágio universal e do povo soberano.

Restrições análogas devem ser feitas a respeito dos 30 % de votos recebidos, no novo colégio eleitoral, pelos delegados das seções locais do Partido Trabalhista. Ninguém ignora que entre os 100 ou 200 mil militantes de um partido político e os cinco, dez ou doze milhões de eleitores que dão seus votos a esse partido, há às vezes uma enorme distância ideológica. A explicação é simples: são os cidadãos que determinam os resultados das eleições gerais, mas são os políticos profissionais que promovem os congressos e manobram as seções. Ninguém ignora também que a fraca participação nas reuniões locais de militantes permite a uma minoria de assíduos fazer que seja adotado por votação o que ela deseja. A diferença entre um regime totalitário e um regime democrático é precisamente que, no segundo, o que se decide no partido não é automaticamente o que se decide para o país.

Contudo, só o futuro dirá se o trabalhismo inglês perderá de fato seus vínculos com as aspirações humanistas e democráticas da sociedade, para tornar se exclusivamente “porta-voz do segmento representado pelos sindicatos.” (7)

e) A longa crise dos anos oitenta

Como resultado da decisão anteriormente indicada, adotada no Congresso Extraordinário de 1981, que acabava com a independência da bancada parlamentar, deixando a escolha de seu líder (e portanto de eventual Primeiro Ministro) em mãos das *Trade Unions*, afastaram-se do Partido Trabalhista quatro líderes de grande prestígio: David Owen, Shirley Williams, Roy Jenkins e William Rodgers - então apelidados de *gangue dos quatro*, denominação que se tornou muito popular desde o período imediatamente subsequente à morte de Mao Tse Tung (1976), por terem sido assim chamados os dirigentes que pretenderam empolgar o poder naquele país, aparentemente para manter a linha totalitária imposta por Mao, mas foram eliminados. A *gangue* inglesa estava mais próxima do que seria batizado de *revisionismo* no contexto tanto chinês como do Partido Trabalhista britânico.

Os líderes mencionados criaram o Partido Social Democrata e publicaram então alguns livros que merecem ser considerados porquanto marcam um posicionamento que, como veremos, acabariam por prosperar no próprio Partido Trabalhista, no começo da década de noventa.

São os seguintes: David Owen - *Face the future*, Oxford University Press, Shirley Williams - *Politics is for people*, Penguin Books, e Ian Bradley - *Breaking the mould? The birth and prospects of The Social Democratic Party*, ed. Martin Robertson, Oxford. Este

último corresponde a um relato dos antecedentes e dos primeiros passos do novo partido. Os dois outros são da lavra de fundadores da agremiação.

David Owen (nasc. em 1938), médico, elegeu-se deputado pelo Partido Trabalhista em 1966, antes de completar 30 anos, mandato para o qual seria reeleito. No governo trabalhista resultante das eleições para 1974, exerceu as Funções de Ministro da Saúde (1974/1976), integrando posteriormente a equipe do Ministério do Exterior, responsável pelos negócios da Comunidade Européia (1977). É autor destes livros: *The politics of defense*, *Human rights* e editor e colaborador em dois outros dedicados a serviços de saúde e assistência social. David Owen participou de um seminário na Universidade de Brasília, em 1980, e teve oportunidade de consignar que as discussões ali travadas muito ajudaram a decidir-se pelo afastamento do Partido Trabalhista.

Shirley Williams (nasc. em 1930), foi eleita para Câmara dos Comuns pelo Partido Trabalhista em 1964, reelegendo-se subsequente. Pertenceu ao Ministério então organizado, responsável pelo Departamento de Educação e Ciência (1967) e Habitação (1969-1970). Com a vitória trabalhista de 1974, foi Secretária de Estado para assuntos de preços e proteção aos consumidores (1974-1976) e novamente do Departamento de Educação e Ciência (1976/1979). Ensinou em Oxford, Harvard e Cambridge.

Os livros anteriormente mencionados permitem compreender a questão nuclear. Costuma-se apontar a Inglaterra como aquele país onde a sociedade civil alcançou o processo mais nítido de diferenciação, sendo talvez o exemplo único, por sua nitidez, onde se realiza a predição das teorias contratualistas: o poder nos últimos séculos passa sucessivamente das mãos da aristocracia rural para as da burguesia industrial, posteriormente para o proletariado industrial. A oposição burguesia *versus* proletariado, sobretudo a partir dos anos vinte deste século, acabou afeiçoando a luta política inglesa a essa dicotomia. Shirley Williams indica que tal se deu não apenas em relação aos partidos políticos mas no próprio aparelho estatal. Assim escreve: “O caráter dos Departamentos Governamentais não é estabelecido, certamente, apenas por suas grandes realizações. É formado igualmente pelas relações que mantêm com os grupos de interesses particulares com os quais trabalham. O Departamento de Emprego, por exemplo, tende a fechar-se naquela direção favorável às *trade unions*. O Departamento de Indústria ouve demasiado à Confederação da Indústria Inglesa em matéria de negócios”. (Obra citada, p. 184). A seu ver criou-se autêntico Estado Corporativo, que tem a ver com as máquinas partidárias enquanto deveria ter evoluído no sentido do Estado-Nação.

Tanto David Owen como Shirley Williams insistem em que a Inglaterra não estancou no momento em que o proletariado industrial passou a assumir posição destacada no conjunto social mas prosseguiu diferenciando-se. O país tende a configurar-se segundo o modelo pós-industrial (sociedade de serviços), impondo-se adequar as estruturas políticas à nova circunstância. Owen mostra como os trabalhadores alhearam-se dessa situação e, ao longo da década de setenta, chegaram a ponto de “advogar a intervenção do Estado nas atividades dos outros mas recusando qualquer ingerência estatal nas atividades das *trade unions*” (p. 37), ignorando a configuração social em emergência que apontava justamente no sentido da eliminação de exclusivismos. Da política trabalhista resultou o que denomina de crescimento do corporativismo.

O Partido Social Democrata pretendia inverter essa tendência. A esse propósito escreve David Owen: “Ocorreu uma confusão básica acerca da natureza da democracia, que explica a tendência corporativista do passado. A virtude da democracia consiste em ser um

processo decisório efetivo, apesar de demorado e custoso. O estabelecimento da decisão recai sobre o voto, prevalecendo o ponto de vista da maioria. Ao colocar a ênfase no consenso, na consulta e votação nos comitês supera-se a demora e os custos do processo decisório democrático mas priva-o de efetividade. O corporativismo é uma fórmula para encontrar o denominador comum que sufoca a iniciativa e a inovação. A Inglaterra não pode reviver enquanto não for rejeitado o corporativismo, permitindo que a democracia floresça em seu lugar” (p. 45/46) .

Para o Partido Social Democrata, Owen reivindica a retomada da tradição descentralizadora, que esteve na base da criação do Partido Trabalhista e que seria posteriormente sufocada. Por isto, reclama e pretende ser o herdeiro de muitos valores socialistas, mas recusa sua burocratização e esclerose. Semelhante passo, como diz, exige programa detalhado de reformas administrativas e legislativas para difundir o poder na Inglaterra. A descentralização envolve o risco de tornar desiguais as situações das regiões, desde que as fontes de recursos deixariam de ser equiparáveis ou distribuídas preferentemente de forma centralizada. Contudo, acreditam os autores da proposta social democrata que este é um risco digno de correr-se.

Na opinião de David Owen, a discussão acerca do conceito de sociedade pós-industrial avançou mais nos Estados Unidos que na Inglaterra. Esta seria, contudo, uma realidade flagrante. Na atualidade, o emprego industrial equivale a 30% do total, enquanto a parcela restante é absorvida pelos serviços, incluindo o governo.⁽⁸⁾ É ainda Owen quem indica que o emprego industrial reduziu-se em 17% nos quinze anos anteriores dispensando cerca de um milhão e meio de pessoas, em decorrência sobretudo de avanços tecnológicos.

O Partido Social Democrata preconiza a manutenção do que denomina economia mista (*mixed economy*).

Em seu programa - que se intitula *12 Tarefas para os Sociais Democratas* - publicado a 26 de março de 1981, dia do lançamento oficial da nova agremiação, diz, a respeito, o seguinte:

“Deve ser mantida a economia mista, livre das constantes investidas conservadoras contra o setor público bem como das repetidas ameaças trabalhistas à livre iniciativa. As firmas públicas e as privadas podem florescer em conjunto sem a freqüente mudança de fronteiras. Deve ser assegurada a democracia no trabalho, a participação nos lucros e a manutenção de empresas locais e cooperativas. Precisamos de *trade unions* que representem seus membros na totalidade e administrações responsável , abertas à informação e à consulta da força de trabalho. Ambos, *trade unions* e administrações, devem estar plenamente conscientes de suas responsabilidades diante de toda a comunidade.”

Para alcançar semelhante resultado, os sociais democratas comprometem-se a lutar por minimizar os conflitos de classe que o bipartidarismo exacerbou.

Em matéria econômica, o novo partido não pretendia opor-se ao processo de desenvolvimento tecnológico, que se reputa como a mola mestra do desemprego. Mas enfatiza que não se trata de assisti-lo como meros espectadores. O programa do Partido Social Democrata parte da premissa geral de que a feição que a economia veio a assumir no século

XIX foi delineada no século passado. Assim, formulam uma política de emprego compatível com a nova realidade.

A esse respeito, Shirley Williams faz uma analogia interessante com base na teoria de Thomas Khun acerca das revoluções científicas. Segundo esta, os cientistas operam a partir de um paradigma, aceito universalmente e que determina o tipo de questões que se propõem. Na medida em que fenômenos anômalos deixam de ser abarcados pelo paradigma vigente, estabelecem-se as condições para que seja revogado e substituído por novo paradigma. A inadequação do paradigma é um pré-requisito para a revolução científica e, em geral, é percebido por um pequeno segmento da sociedade, a exemplo dos fenômenos que precedem as revoluções políticas. Após assim resumir o ponto de vista de Khun, e dizer que a analogia pode ser invertida, isto é, ao invés de tomar a política por modelo para a ciência, partir da ciência para iluminar aquela, escreve: “Os governos das sociedades industriais avançadas comportam-se como autênticos alquimistas. Os alquimistas trabalhavam denodadamente na busca da fórmula que conseguisse transformar outros materiais em ouro. Tendo uma compreensão distorcida da química, não podiam entender que o ouro não resultaria daqueles materiais; em síntese, eles trabalhavam com a perspectiva falsa, vale dizer, com o paradigma errado. Parece-me que os governos das sociedades industriais avançadas partem de uma perspectiva errada. Não encontrando no passado pleno emprego, serviços sociais humanizados ou adequadas relações industriais, como os alquimistas, supõem que nenhum esforço cuidadoso transformará escória em ouro” (obra citada, p. 171/172). A seu ver, aos governantes de tais países cabe voltar-se para o futuro, colocando-se na perspectiva correta, abrindo caminho para o novo paradigma.

No ponto 3 do Programa (“Por uma consistente estratégia econômica”), aponta-se a possibilidade de canalizar os lucros da exploração petrolífera para a criação de novas indústrias e serviços bem como para a reabilitação regional. Tanto David Owen como Shirley Williams analisam a maneira desigual como o desemprego afeta as diversas regiões do país, penalizando as mais industrializadas. Esperam que de uma conseqüente política de descentralização possa ter lugar o florescimento de áreas em processo de decadência. Atribuem também papel importante às iniciativas de pequeno porte, sobretudo no âmbito dos serviços locais, mencionando expressamente o movimento com esse objetivo e que obedece à consigna *small is beautiful*. Em matéria de política econômica o Programa indica ainda o seguinte: “De igual modo, um programa de investimentos em áreas vitais da indústria, comunicações, transportes públicos e meio ambiente, apoiado numa política tributária flexível, contribuirá para reduzir o conflito entre as altas taxas de emprego e a ameaça de inflação.”

Em vários campos o Partido Social Democrata deseja liberar forças de mercado, manietadas por regulamentação burocrática exacerbada durante largo período, justamente o que denominam de transformação do aparelho governamental em Estado Corporativo. O ponto 6 do Programa declara taxativamente: “Reconhecemos a capacidade das forças de mercado para criar nova prosperidade, embora reconheçamos igualmente que, entregues a si mesmas, as forças de mercado conduzem a uma distribuição extremamente desigual.” Ao Estado cabe uma ação corretiva mas que não deve converter-se em opressora.

O Partido Social Democrata é a favor do aprimoramento (e não da eliminação) dos serviços sociais de saúde e habitação, embora reconheça que experimentam processo de burocratização (e, portanto, de perda de eficiência).

O Partido Social Democrata manifesta-se em prol da cooperação internacional e condena o isolamento, o desarmamento unilateral e o desconhecimento dos problemas do Terceiro Mundo.

O Programa coloca o tema da descentralização como devendo expressar-se sobretudo na eliminação do controle das máquinas partidárias sobre o Parlamento, que deve exercer maior poder sobre os Departamentos Governamentais, aliada ao reconhecimento de que os cidadãos devem ser chamados a opinar sobre as decisões executivas. Em seu livro, Owen indica que as máquinas de processamento de dados atualmente disponíveis permitem que não só os Partidos como o próprio Parlamento inaugurem novas praxes de consulta à opinião. Os sociais democratas são a favor da manutenção e reforma da Câmara dos Lordes (cuja abolição acha-se prevista no programa do Partido Trabalhista). O Partido Social Democrata deseja a devolução prática e em bases aceitáveis de poderes e competências às nações e regiões.

Constam ainda do programa a proteção ao meio ambiente (ponto 9), a igualdade da mulher (ponto 10) e a eliminação de toda forma de discriminação (ponto 9). Diz-se na comentada *Declaração*, resumindo o Programa, “que a tarefa dos sociais democratas é tornar a Inglaterra bem sucedida e tolerante, internamente, autoconfiante e grandiosa no exterior.”

O Partido Social Democrata (com exceção de uma pequena facção liderada por David Owen), em março de 1988, decidiu fundir-se com o Partido Liberal. Tratou-se, na verdade, de capitulação dessa agremiação - que durante largo período expressou os valores do liberalismo - diante do ideário socialista, a que os sociais democratas ingleses continuavam apegados. De todos os modos, a renovação do trabalhismo no sentido da social democracia seria obra da própria liderança trabalhista, que termina por superar a crise dos anos oitenta, como veremos no tópico adiante.

A crise desencadeada pela reforma estatutária de 1981 não se circunscreveu, entretanto, à saída de parte da liderança para constituir o Partido Social Democrata, tendo outros desdobramentos que incumbe caracterizar, ainda que brevemente.

Com o afastamento da chamada *gangue dos quatro*, a liderança do Partido Trabalhista passou às mãos de Tony Benn (Conferência de Wembley, 1981), seguindo-se extrema radicalização entre as alas que os ingleses denominaram de *hard left* e *soft left*. A primeira tinha inspiração nitidamente trotskista e passou a atuar de modo a dominar o conjunto das organizações distritais. A divisão na agremiação leva a fragorosa derrota nas eleições de 1983, passando a liderança a ser exercida por Michael Foot, que logo é substituído por Neil Kinnock.

Donald Sassoon⁽⁹⁾ escreve o seguinte a esse propósito: “A história do *Labour* entre 1983 e 1987 é essencialmente a história da luta vitoriosa de Neil Kinnock contra a *hard left*.” Nessa fase Mme. Thatcher enfrenta e derrota os mineiros, cuja liderança (Arthur Scargill) levou-os ao mais completo isolamento. O desfecho dessa luta abriu os olhos da liderança trabalhista quanto aos riscos de ter seu destino vinculado a interesses de segmentos da classe trabalhadora, nitidamente corporativos, de que se valeu Kinnock para o seu contra-ataque à extrema esquerda.

De todos os modos, nas eleições de 1987 o Partido Trabalhista ainda se apresenta perante o eleitorado com as palavras-de-ordem tradicionais: esquema unilateral de defesa, desconfiança em relação à unificação europeia, taxaço dos ricos e recuperação industrial sob a égide do Estado. A opinião pública havia sido ganha, entretanto, para as propostas conservadoras, de que resulta nova derrota trabalhista.

Entre 1987 e 1992, a marcha do *Labour* é no sentido de aceitar progressivamente a agenda proposta pelos conservadores. O desejo inicial era de renovar a imagem do socialismo, defendendo contudo a agenda tradicional, insistência que a liderança acabaria por abandonar. Compreendeu que se impunha ir ao encontro da opinião pública, dispondo-se a enfrentar os temas em torno dos quais os conservadores haviam conseguido congrega a opinião. Sucessivamente, a nova agenda passa a ser adotada, embora tratando de considerá-la não mais do ângulo do socialismo estatal, mas buscando inspirar-se no socialismo moral de onde o movimento se originou. Assim, o canto do cisne socialista seria o documento *Democratic Socialist Aims and Values*, de 1988.

Já em *Looking to the Future* (1980), aparece claramente a tese de que a situação existente na Inglaterra não era resultado inevitável do capitalismo mas da má gestão conservadora. O que distingue o *Labour* dos conservadores era a estratégia para tornar a Inglaterra mais competitiva. Diz-se expressamente: “A diferença entre nós e os conservadores não reside em que aceitam o mercado e nós não, mas em que nós reconhecemos os limites do mercado e eles não.”⁽¹⁰⁾ De todos os modos, a ruptura completa somente se daria em meados dos anos noventa, sob a liderança de Tony Blair. A decisão de empreender mudanças radicais estava não obstante mais ou menos decidida depois da quarta derrota eleitoral consecutiva (1992). Compreender o seu sentido será objeto do próximo tópico.

f) A reviravolta provocada por Tony Blair

Durante a prolongada crise vivida pelo Partido Trabalhista em seguida à reforma de 1981, que deu grande predominância às *Trade Unions* nos órgãos de direção partidária, fracassaram sucessivamente as diversas tentativas de reorientar a agremiação. Contudo, depois de mais um insucesso eleitoral em 1992 e da morte do líder (John Smith) em 1994, procede-se à escolha de novo líder que, afinal, consegue promover autêntica reviravolta. Tony Blair é essa personalidade vitoriosa. Nasceu em 1953, tendo em 1993 completado 40 anos, sendo assim um dos mais jovens líderes políticos europeus.

Sintetizando o que denominam de *The Blair Revolution*,⁽¹¹⁾ Peter Mandelson e Roger Liddle escrevem o seguinte: “Alguns partidos socialistas como o PSD na Alemanha ou o Partido Trabalhista Australiano, resolveram há uma geração que eles, sem sombra de dúvida, acreditavam naquela espécie de socialismo isto é, num socialismo de índole moral. O PSD renunciou ao marxismo no Congresso de Bad Godsberg, em 1959, e abraçou uma forma de social democracia que lhe proporcionou clareza e visão para dirigir uma Alemanha em rápido processo de modernização e economicamente bem sucedida. Com o Partido Trabalhista Inglês os fatos se passaram de modo diferente. Até 1995 nunca se havia disposto a definir de modo inequívoco em que tipo de socialismo acreditava. Ao fim das contas, seus líderes evitaram a escolha, até que Tony Blair conseguiu revogar a Cláusula IV.”⁽¹²⁾

E mais adiante: “Desde que ingressou no Parlamento, Blair dedicou-se à elaboração de uma nova agenda radical para a esquerda na Inglaterra, agora personificada pelo novo trabalhismo. Era isto que vinham fazendo os partidos sociais democráticos, isto é, estabelecendo uma nova identidade ao despertar de sua incapacidade para apresentar uma alternativa intelectual coerente para a expressão do pensamento de direita. Esta é a chave para tudo compreender acerca de Blair e sua determinação de transformar o Partido Trabalhista. Ele deseja que o trabalhismo redescubra sua identidade apoiando-se em seus valores fundantes e não em qualquer rígida ideologia ou teoria econômica desde fora enxertada. Extraindo aqueles valores da tradição partidária e em torno deles estruturando tudo mais - eis a revolução patrocinada por Blair.” (p. 31)

Tony Blair concluiu o curso superior na Universidade de Oxford. Ingressou no Partido Trabalhista em 1975, tendo sido escolhido para integrar a chapa de candidatos ao Parlamento em 1983, no distrito de Duham. Eleito naquela oportunidade e passando a fazer parte da Câmara dos Comuns tem sido reeleito desde então. Integra a partir dessa época o grupo que se propunha à reforma do trabalhismo, sem cogitar de uma nova agremiação, a exemplo dos que se afastaram para fundar o Partido Social Democrático.

Com a morte do líder John Smith, em 1994, suscitou-se o nome de Blair para substituí-lo. Sabendo que encontraria a oposição da liderança das *Trade Unions*, o grupo de Blair suscitou a antiga proposta de submeter a escolha a todos os membros da agremiação, tendo conseguido impor tal procedimento. O nome de Tony Blair foi aprovado por 57% dos militantes e com a oposição de apenas 24%. Com esse resultado, o Partido Trabalhista dava uma clara demonstração do seu desejo de mudança. Segue-se uma grande disputa para mudar a mensagem dos trabalhistas. A primeira batalha travou-se em 1995 em prol da revogação do princípio que identificava o socialismo com estatização da economia. Ao invés disto, Tony Blair pretende associar o trabalhismo a um conjunto de valores. Na introdução ao livro *What Needs to Change*⁽¹³⁾ teria oportunidade de escrever: “Meus princípios políticos são essencialmente muito simples: radicam em meus valores. Os valores fornecem uma bússola para orientar-se na selva política. Ajudam a definir os objetivos e o caráter não apenas dos partidos políticos mas de toda a sociedade.

Meu sistema de valores baseia-se numa crença acerca dos indivíduos e da sociedade em que vivem. Somente numa convivência forte e ativa pode o indivíduo prosperar. As pessoas devem encontrar um suporte na sociedade - eis a essência da justiça social. Devem trabalhar juntos para alcançar aquilo que não podem obter sozinhos. E todos devem cumprir com suas responsabilidades para com toda comunidade. Tais são os princípios do socialismo prático e popular defendidos por Keir Hardie e Clement Attlee. E são a fonte do duradouro apelo do Partido Trabalhista.”⁽¹⁴⁾

Deste modo, no entendimento de Blair, o trabalhismo deixa de ser o representante de um segmento da sociedade, a classe operária, as *Trade Unions*. Para usar a sua própria expressão deixa de ser uma agremiação de esquerda, aspirando tornar-se de *centro-esquerda*.

Peter Mandelson e Roger Liddle, no livro citado, estabelecem esta diferenciação entre o antigo e o novo partido: 1º) enquanto a esquerda desejava a igualdade de resultados e a liberdade individual para cada um alcançar o que lhe aprouver, o novo Partido Trabalhista deseja verdadeira igualdade de oportunidades para todos e privilégios especiais para ninguém, 2º) enquanto a esquerda lutava por direitos sem a contrapartida da

responsabilidade, e a direita que cada um fosse responsável por si mesmo, o Partido Trabalhista destaca a importância das obrigações mútuas, 3º) enquanto a esquerda favorecia maior consumo e investimentos públicos e a direita mais consumo e investimentos privados, o Partido Trabalhista atribui prioridade ao investimento, tanto público quanto privado, 4º) enquanto segmentos da esquerda desejam a centralização e poderosas burocracias, e a direita deseja privatizar tudo quanto seja público, deixando o resto ao mercado, o Partido Trabalhista advoga diversidade e descentralização, com soluções públicas mais das vezes configuradas por meio do mercado, e, 5º) enquanto a velha esquerda diz que pretende representar as *Trade Unions*, os grupos de pressão e a classe trabalhadora, e a direita mostra seu papel como protetora dos ricos, juntamente com poderosas corporações de interesses, o novo trabalhismo empenha-se pelas famílias simples que trabalham duro.

III. A SOCIAL DEMOCRACIA ALEMÃ

a) A fase inicial sob forte repressão

O nome de social democracia apareceu na Alemanha durante a Revolução de 1848. Nesse ano a Europa foi sacudida por uma onda de insurreições, iniciadas com a derrubada da monarquia liberal na França. Seguem-se a derrocada do absolutismo na Áustria, a saída da Hungria do Império Austro-Húngaro e a adoção da República, finalmente, levantes na Itália contra a dominação estrangeira. A Rússia czarista intervém na Europa.

Na Alemanha, que continuava dividida em múltiplos principados, o movimento insurrecional obteve a eleição, por sufrágio universal, do Parlamento de Frankfurt, que preserva a união com a Áustria.

Em toda parte, ao lado da reivindicação de um sistema constitucional, a exemplo do que se consolidara na Inglaterra, aparecem bandeiras ligadas à melhoria da sorte dos trabalhadores. Para designar tais facções os alemães adotam a expressão *social democracia*.

Mais tarde, em 1869, os socialistas criam uma organização partidária, e aparece de novo essa denominação, abandonada em 1875 quando os diversos grupos congregam-se no Partido Socialista. Por fim, em 1890, firma-se como nome definitivo o de Partido Social Democrata da Alemanha.

O país conseguiu unificar-se sob a hegemonia da Prússia, em 1871. A liderança desse processo foi exercida por Bismarck, chanceler da Prússia de 1862 a 1871, que manteria o posto na Alemanha unificada até 1890. Bismarck pretendia que as reformas de caráter social fossem empreendidas pelo próprio Estado. Nessa altura, os socialistas não se interessavam por tais reformas, preocupados que estavam com a tomada do poder através do emprego da violência. Ainda em 1878 eram cometidos dois atentados contra o Imperador. Embora os grupos que pugnavam pela atividade parlamentar tivessem força crescente, a maneira indiscriminada como o Governo prosseguia ao movimento sindical dificultava enormemente a sua atuação.

b) As conseqüências da unificação. Derrota na guerra e fim da monarquia

A principal tradição alemã consistia na ausência de Estado central forte e vigência de acentuada descentralização, sendo os pequenos principados a nota dominante. O Sacro Império Germânico-Romano, que sobreviveu à Idade Média, não lançou as bases de Estado central. Em decorrência da Reforma Protestante e das guerras religiosas, surgiram duas grandes Confederações, sem que isto se traduzisse numa unificação efetiva. Esta seria decorrência do surgimento de um autêntico Estado Moderno na Prússia (antiga Brandeburgo). Desde o século XVIII os prussianos assumem sucessivamente a liderança, consumando-se a unificação sob Otto von Bismarck (1815-1898), em 1871, conforme se referiu. Chefe do governo prussiano, manteve o posto no Império até 1890.

A Constituição imperial de 1871 consistiu, na verdade, na generalização do sistema existente na Prússia. Mantinha-se o Parlamento (*Reichstag*), eleito por sufrágio

universal - que não se efetivava na prática desde que as mulheres só votaram em 1919. O sistema era proporcional.

O *Reichstag* não tinha a atribuição de escolher ou destituir o Chanceler (chefe do governo), nomeado pelo Kaiser: A prerrogativa de votar o orçamento vinha sendo ignorada por Bismarck, na Prússia, sem provocar maior reação. O Kaiser tinha o poder de dissolvê-lo e convocar novas eleições. De modo que a instituição não teve maior significado durante o Império.

O Imperador governava através do chanceler, apoiando-se na *Dieta (Bundesrath)*, que era o órgão da representação dos estados e dos principados. A *Dieta* tinha uma larga tradição. Nas confederações de que participaram, os principados dispunham da prerrogativa de escolher o Imperador. Por isto mesmo, os príncipes alemães também eram chamados de eleitores.

Nos estados e territórios correspondentes a menores agregações, os órgãos da representação preservaram configurações diferenciadas. Em consequência das guerras religiosas, tendo os súditos que seguir a religião dos governantes, foram verificados deslocamentos populacionais significativos, acentuados por outras conflagrações, formando-se minorias étnicas por toda parte. A representação devia dar conta dessa singularidade. Em algumas áreas consagrou-se ainda a representação profissional.

A Alemanha realizou tardiamente a sua Revolução Industrial. Mas, na época de Bismarck, já empreendera esse caminho, emergindo expressivas regiões industriais. Temeroso do sindicalismo revolucionário - de que vivenciara amostra com a Comuna de Paris, pois esta se dera em meio à guerra franco-prussiana - Bismarck tratou de promover legislação protecionista do trabalho e de fazê-la observar pela indústria, ao mesmo tempo em que, pela Lei de Proibição dos Socialistas, promulgada em 1878, obstava a ação dos sociais democratas.

c) A República de Weimar

Com o afastamento de Bismarck e a revogação da legislação discriminatória, o Partido Social Democrata participa das eleições de 1890, obtendo 20% da votação. Esse resultado expressivo fortaleceu a facção que se contrapunha ao socialismo revolucionário. Figuras representativas desse partido - como Karl Kautsky (1854-1938) ou Edward Bernstein (1850-1932) - iriam elaborar a doutrina do socialismo democrático, que repercutiria enormemente em outros países da Europa, já que obtiveram a liderança na II Internacional Socialista (1904-1914). Paradoxalmente, resolveram proclamar-se marxistas, embora seu ideário fosse a mais cabal refutação de Marx, de que se valeriam os comunistas, mais tarde, para denominá-los de revisionistas. Desse modo, não foi por consistência teórica que se preservou a obra de Marx, porém graças a essa circunstância histórica fortuita. Na I Internacional (1866-1876), o marxismo não conquistou qualquer hegemonia, sendo mais influentes outras facções, a exemplo do blanquismo, do anarquismo ou do socialismo de Proudhon.

O Império mobilizou em seu favor a idéia nacional e fundiu-a com a ambição de tornar a Alemanha a nação mais poderosa, apta a ditar regras à Europa, política que levaria inexoravelmente à Primeira Guerra Mundial.

O nacionalismo revelou-se uma força extremamente mobilizadora, acabando a intelectualidade por ser atraída para sua órbita. Mesmo os liberais trataram de afeiçoar-se à idéia da *Grande Alemanha*.

Na condição de minoria, os católicos cuidaram de organizar-se politicamente.

A rigor, todos procuraram adaptar-se às circunstâncias do Estado Autoritário. Não apareceu uma plataforma liberal nitidamente diferenciadora. O movimento pacifista era tênue. E, quando eclodiu a guerra, desapareceu toda oposição.

Com reduzidíssimas exceções, os intelectuais foram para a frente de batalha ou dedicar-se a tarefas vinculadas à guerra.

Com a derrota militar, a monarquia é derrubada em fins de 1918. A circunstância seria aproveitada pelos socialistas revolucionários (ainda não existia o Partido Comunista) para tentar conduzir o movimento até à implantação de uma República soviética, segundo o modelo russo, apoiada em conselhos de soldados e marinheiros. Para se contrapor à ameaça, formou-se uma coalizão de sociais democratas, liberais e católicos, organizando-se governo provisório que conseguiu esmagar os insurretos e dar curso às providências para instaurar regime constitucional.

Instalou-se em fevereiro de 1919 a Assembléia Nacional Constituinte, eleita com grande participação popular. Votaram 36,8 milhões, pouco mais de 60% da população. Os trabalhos constituintes encerram-se em agosto, sendo a nova Carta promulgada no dia 11. Tendo a Assembléia se reunido em Weimar, esta seria a denominação da nova República.

O sistema adotado era presidencialista, mas com algumas distinções entre as atribuições do Presidente e do Chefe do Governo. O Presidente era eleito pelo voto direto com mandato de sete anos, podendo ser reeleito. Exercia a suprema chefia das Forças Armadas e lidava diretamente com os seus assuntos (promoções, nomeações etc.). Incumbia-lhe firmar tratados e selar alianças externas. Tinha ainda a prerrogativa de dissolver a Assembléia (*Reichstag*) e de suspender as garantias constitucionais.

Quando a Assembléia se reuniu, o país mal saíra da guerra civil. E ainda que a maioria esmagadora da população tivesse feito uma opção clara pela convivência democrática, os comunistas não se tinham desmobilizado e continuavam pregando soluções de força, se bem que participando das eleições. Mas o dispositivo acabaria beneficiando os nazistas, facilitando o seu trânsito para o totalitarismo.

A Assembléia Nacional também seria eleita por voto direto, sendo de quatro anos o mandato de seus membros, distribuídas as cadeiras pelo sistema proporcional. Essa preferência seria desastrosa para a República de Weimar, desde que impediu o estabelecimento de linhas nítidas. Para manter-se no poder os governos eram levados a fazer concessões que terminavam por impedir que correspondessem a opções claras. As questões eram muito candentes - reparações e revanchismo francês nutrido os nacionalistas extremados, de um lado, e, de outro, a ameaça permanente de insurreições comunistas, fazendo com que os nazistas ganhassem força entre os nacionalistas.

Constituído por indicação do Presidente, o governo tinha, entretanto, que alcançar a confiança do *Reichstag*. O voto de desconfiança da Assembléia derrubava o governo.

Finalmente, a Constituição mantinha a Dieta, com nova denominação (*Reichsret*), composta por representantes dos estados. Suas atribuições estavam, entretanto, limitadas às questões diretamente vinculadas a Federação.

As eleições de junho de 1920 registraram comparecimento inferior ao observado no ano anterior (28,4 milhões de votantes), apurando-se os seguintes resultados:

Agremiações	% dos votos Comunistas
Comunistas	2
Socialistas independentes	18
Sociais democratas	22
Centro	14
Partido Popular da Bavária	4
Democratas	8
Partido Popular	14
Nacionalistas	15
Outros	3
Total	100

Os socialistas independentes desapareceram em dezembro de 1920, juntando-se a ala esquerda aos que haviam fundado o Partido Comunista, no início daquele ano, e, a parcela restante, aos sociais democratas. Coerente com a doutrina estalinista de que o golpe principal devia ser dirigido não contra o inimigo principal, mas contra aquela força com a qual estivesse em disputa pela liderança do movimento operário, o Partido Comunista combateu sem trégua tanto o Partido Social Democrata como a República de Weimar. Com a sua atuação golpista, muito contribuiu para a ascensão dos nazistas, favorecendo-os abertamente em pleitos eleitorais decisivos, como se deu nas eleições de 1932. E, quando Stalin firmou com Hitler o *Pacto de não-Agressão*, em 1939, estava selada a sorte dos comunistas alemães, que não mais se recuperaram perante a opinião pública.

Eram dois os partidos católicos: o Centro (*Zentrum*) e o Partido Popular da Bavária. A hierarquia católica mantinha grandes reservas em relação à República, inclinando-se francamente por formas autoritárias de governo. Porém essa postura achava-se mais presente apenas no Partido Popular da Bavária. O Centro sustentou a República.

O Partido Democrata Alemão representava a agremiação liberal mais nítida. Fora o grande artífice da Constituição, que assegurou ao país uma opção nitidamente capitalista no plano econômico. Max Weber (1864-1920) tivera presença marcante em sua estruturação.

O Partido Popular contava com uma ala devotada à organização liberal do Estado e ao capitalismo no plano econômico, embora em seu seio convivessem facções sem maiores compromissos com a República e suas instituições.

Os nacionalistas, que se congregavam majoritariamente no *Deutsche - nationale Volkspartei* (DNPV), eram sustentados por grupos econômicos influentes e não tinham efetivamente qualquer interesse na sobrevivência da República. Sua liderança acabou afinada com os pontos de vista do Partido Nacional Socialista (nazista).

A República de Weimar durou até 1933, quando os hitleristas ascenderam ao poder. Era sustentada por uma coalizão, liderada pelo Partido Social Democrata, e integrada pelo Centro (católico) e pelos liberais (congregados no Partido Democrata e no Partido Popular). Nas duas eleições realizadas no ano de 1924 (maio e dezembro) obtiveram, respectivamente, 49% e 56% das cadeiras do Parlamento. Essa maioria manteve-se nas eleições de 1928 (56%). A coalizão entra em crise com a derrocada da economia mundial ocorrida em 1929.

Dependendo em grande medida do comércio exterior, a prosperidade alemã entrou em bancarrota. Em decorrência da falência de bancos e do fechamento de indústrias, o número de desempregados chega a 4,3 milhões em setembro de 1931. Nos começos de 1932, essa cifra já ultrapassava 6 milhões. O pensamento econômico predominante, da chamada Escola Austríaca, da mais rígida ortodoxia, tendo ignorado solenemente as doutrinas keynesianas, não tinha propostas que dessem conta do quadro. Seguindo a Keynes, nos Estados Unidos, em circunstâncias talvez ainda mais desfavoráveis, o Partido Democrata consegue ganhar as eleições de 1932, implementando logo a seguir o New Deal.

Liderado pelo Centro (católico), o governo tentou fazer passar cortes no orçamento, em prol do equilíbrio, às custas do seguro desemprego - que assumira vulto significativo - seguindo assim a ortodoxia. Como não podia deixar de ser, os sociais democratas opõem-se vigorosamente e derrubam o gabinete (Müller, março de 1920). O Presidente Hindenburg indica para formar o novo governo outro líder do Centro (Heinrich Brüning), que entretanto, não se revelou afinado com o ponto nevrálgico da coalizão, que era a manutenção do sistema democrático. Brüning recorreu aos poderes de emergência de que o Presidente dispunha e promulgou o orçamento por decreto, em julho, ignorando o Parlamento). Em setembro dissolveu a Assembléia, realizando eleições nesse mesmo mês. A bandeira da intervenção econômica para debelar a crise, tratando expressamente de minorar e eliminar o desemprego, preservadas as instituições do sistema representativo, que era o cerne da proposta keynesiana, não apareceu no cenário político. O intervencionismo tornou-se sinônimo de governo autoritário, de que souberam beneficiar-se os inimigos da República.

Nas eleições indicadas (setembro, 1930), a *coalizão de Weimar* obtém apenas 46% das cadeiras. Os agrupamentos totalitários e autoritários conseguem 41% dos votos, sendo de destacar que os nacional-socialistas já correspondem a 18% e caminham francamente para tornar-se o maior partido.

Em 1932, terminava o mandato de Hindenburg, que se candidatou à reeleição. Tiveram que ser realizados dois escrutínios, porquanto apenas no segundo obteve a maioria exigida. Desta vez o velho marechal (tinha então 85 anos) seria apoiado pela *coalizão de Weimar*, desde que o seu oponente era o próprio Adolf Hitler. Mais uma vez os comunistas tiveram candidato próprio, obtendo em torno de 10% da votação. Segundo estudos e análises divulgados naquela época, desesperançados de eleger seu candidato no segundo turno, setecentos mil eleitores comunistas votaram diretamente em Hitler, a tal ponto se tornara evidente o parentesco totalitário de comunistas e nazistas.

Antes de desabar a noite totalitária sobre a Alemanha, realizaram-se eleições em 1932 (julho e novembro) e 1933 (março). Os nacional-socialistas obtêm 37%, 33% e 44% dos votos. Hitler é feito Chanceler e começa a desmontar as várias peças do sistema representativo.

No livro publicado em 1941 com o título *Democracia ou Anarquia? Estudo sobre o sistema proporcional* - que ganharia certa nomeada, tendo sido reeditado pela Johnson Reprint Corporation, de Nova Iorque, em 1972 - Ferdinand A. Hermens responsabiliza o sistema eleitoral vigente pelo fracasso da República de Weimar e a ascensão de Hitler, afirmando expressamente: “A representação proporcional foi um fator essencial no naufrágio da democracia alemã.”. A liderança que emerge neste pós-guerra soube aprender com a lição.

A República de Weimar consistiu na primeira experiência de um governo socialista na Europa Ocidental. Como a sua liderança tinha uma orientação pragmática, o financiamento das conquistas sociais (mais tardes arroladas sob a denominação de *seguridade* ou *previdência social*) foi distribuído proporcionalmente entre patrões e empregados (40% cada) e participação minoritária do Estado (20%). Tornou-se uma tradição do direito constitucional daquele país e de outros da Europa Central e Setentrional, exercendo também grande influência em diversas outras nações. E a partir da República de Weimar que se fala em Estado Social de Direito, sem ser contraposto ao Estado Liberal de Direito, mas uma espécie de extensão deste último, para incorporar as prerrogativas alcançadas pelo mundo do trabalho.

A República de Weimar traduziu-se, também, num grande florescimento cultural na Alemanha, nas diversas esferas da arte e da literatura.

d) A Alemanha dividida. significado do congresso de Godsberg (1959)

Derrotada militarmente, a Alemanha teria revistas as suas fronteiras, sendo o país dividido em quatro zonas de ocupação. Em 1949, França, Inglaterra e Estados Unidos concordaram em que se formasse um governo abrangendo a parte ocidental, o que deu surgimento à República Federal Alemã. Em sua zona de ocupação, os soviéticos organizaram, a República Democrática Alemã, consagrando-se a divisão do país que só terminaria em 1990, como decorrência da virtual dissolução do Pacto de Varsóvia e o abandono por Gorbachov de *doutrina Brejnev* que permitia à União Soviética intervir militarmente em seus satélites.

A consolidação da República Federal Alemã seria resultado de muitos fatores, entre estes, que os vencedores, ao invés de exigir reparações, ajudassem na reconstrução, através do *Plano Marshall*, como preconizava Keynes desde os tempos da Liga das Nações. A par disto, a presença de Konrad Adenauer (1876-1967) à frente do governo durante treze anos (1949-1963) serviu para desarmar prevenções ao Ocidente, tendo conseguido eliminá-las integralmente junto a De Gaulle e outros estadistas ocidentais. Em 1955, a República Federal Alemã foi reconhecida como Estado soberano, tornando-se membro da NATO.

Atuou na mesma direção o fato de que o Partido Social Democrata, através do Programa de Bad Godsberg, aprovado em novembro de 1959, haja rompido com o marxismo e renunciado à utopia da sociedade sem classes, propondo-se ampliar e consolidar as conquistas da sociedade de bem-estar social que o capitalismo permitira erigir.

Contudo, desempenhou igualmente um grande papel o fato de que a liderança haja atoadado no sentido de que o sistema eleitoral contribuisse para afunilar os interesses, assegurando a formação de maiorias sólidas.

Como na tradição alemã, a antiga Dieta era um órgão da representação federal - e não Câmara revisora, a exemplo do Senado ou da Câmara dos Lordes - tendo o Conselho Federal mantido essa característica pela Constituição de 1949, a presença de notáveis na câmara dos Representantes foi assegurada por um sistema que combina voto distrital e proporcional. Além de escolher o representante no distrito, o eleitor vota numa legenda partidária, votação que é tomada por base para a distribuição (proporcional) da metade das cadeiras.

Nas primeiras eleições (agosto, 1949), votaram 23,7 milhões (47,4% da população, então estimada em 50 milhões), obtendo a coalizão liderada por Adenauer (mais tarde denominada de União Democrata Cristã - CDU) 31% dos votos (7,4 milhões) e o Partido Social Democrata 29,2% (6,9 milhões). Além destes, oito partidos obtiveram lugares no Parlamento. Adenauer conseguiu maioria precária, que lograria ampliar sucessivamente, graças ao êxito de sua política. Ainda assim, foram as reformas eleitorais posteriores que eliminaram a dispersão. Dentre estas, a mais importante consistiu em suprimir a representação das agremiações que obtivessem menos de 5% dos votos.

Nas eleições de 1957, os pequenos partidos ainda carrearam 10% dos votos. Desde então, nas eleições de 1976, quando votaram 37,8 milhões (61% da população estimada em 61,5 milhões) mantêm representação parlamentar apenas quatro partidos, consoante se indica adiante:

Resultados eleitorais de 1976

Partidos	Votos (milhões)	%	Cadeiras
Social Democrata	16,1	42,6	214
União Democrata Cristã - CDU	14,4	38,0	190
União Social Cristã - CSU	4,0	10,6	53
Liberal Democrata – FDP	3,0	7,9	39
Outros	0,3	0,9	-
Total	37,8	100,0	496

Os dois partidos cristãos pretendem inovar em relação ao antigo Centro, desde que não mantêm qualquer vinculação com igrejas, dispendo de uma plataforma governamental ligada à economia de mercado.

O Congresso de Godsberg (1959) constitui fato histórico de grandes conseqüências para o movimento socialista em todo o mundo. Marca o nascedouro da *social*

democracia como corrente política inteiramente diferenciada dos socialistas, mesmo porque renuncia a essa utopia e aposta no aprimoramento subsequente do capitalismo.

Embora a liderança do socialismo ocidental sempre tivesse condenado o totalitarismo soviético e tratasse nitidamente de distinguir-se dele, inclusive negando-lhe autenticidade, algumas dessas agremiações tinham uma atitude dúbia em face daquele regime. Ainda que apoiassem sem reservas o sistema democrático-representativo, propugnavam pela estatização da economia - e na medida em que passaram pelo poder na Europa Ocidental trataram de efetivá-lo, o que era uma certa identificação com o socialismo totalitário. Além disto, a estatização, como a experiência européia iria comprová-lo, freava o crescimento e provocava inflação, justamente o que permitiu a vitória dos conservadores na Inglaterra e na própria Alemanha. No caso do Partido Social Democrata Alemão, acrescia a circunstância de que a sua liderança nunca se dispusera a renunciar à sua condição de marxista.

Assim, a social democracia alemã era um partido marxista, embora os comunistas a combatessem frontalmente, a ponto de ter facilitado a ascensão de Hitler ao poder, conforme se referiu. Com a divisão da Alemanha, a diferença entre as duas agremiações tornou-se ainda mais nítida, não tendo o PC sobrevivido na Alemanha Ocidental, contudo, o seu programa reconhecia a legitimidade do uso da luta de classes como recurso para substituição do capitalismo pelo socialismo. Essa linha política levava-a, no pós-guerra, ao sucessivo isolamento e se mantivera sobretudo em decorrência do prestígio da liderança de Kurt Schumacher (1895-1952), que viveu quase dez anos em campos de concentração hitleristas e que após 1945, iria reconstruí-la como agremiação centralizada e atuante. Sua morte, em 1952, facilitou a emergência de nova liderança, aglutinada em torno de Willy Brandt, que graças à reforma estatutária de 1958-1959, abriu o caminho para ascender ao poder, em coalizão com os liberais, em 1969.

O novo programa da social democracia alemã, aprovado em Godsberg, em 1959, reconhecia como propósito o aperfeiçoamento do regime implantado na Alemanha Ocidental a partir da Carta Constitucional de 1949. Vale dizer: pela primeira vez, uma agremiação socialista renuncia ao projeto de apropriar-se do Estado Liberal para transformá-lo em socialista.

O PSD alemão não se retirou da Internacional Socialista. No ciclo imediato (décadas de sessenta e setenta), granjeia poucas adesões, contando apenas com o apoio do Partido Trabalhista Australiano, entre as agremiações mais importantes.

e) O fraco desempenho eleitoral em seu próprio país e a ampla vitória no exterior

A profundidade da mudança experimentada pela social democracia expressou-se na sua decisão de formar, em 1966, uma coalizão com a democracia cristã, tendo em vista o agravamento da guerra fria e os indícios de renascimento do fascismo na Europa e do nazismo, na própria Alemanha. Além disto, serviu para evidenciar à Nação alemã a sinceridade da adesão do Partido Social Democrata ao sistema econômico e político estruturado no país ao longo do pós-guerra.

A coalizão durou o quadriênio 1966-1969. Tendo conseguido 224 cadeiras nas eleições desse último ano (27 de setembro), o PSD logrou formar o governo, em aliança com o Partido Liberal (maioria de 12 votos). Willy Brandt era o novo chefe do governo.

A social democracia permaneceu no governo até 1892. Entre 1969-1974, sob a chefia de Willy Brandt e, a partir de então, de Helmut Schmidt.

Foram proporcionados, pelos governo sociais democratas, aumentos expressivos dos rendimentos dos assalariados e das aposentadorias. A iniciativa acabou por refletir-se no andamento da economia, embora não estivesse clara, na época, a relação entre os dois fenômenos.

A inflação chegou a 5,6% anuais em 1978, o que representava uma enormidade para os hábitos alemães; reduzem-se as taxas de crescimento. Estabeleceu-se uma grande controvérsia quanto às suas causas, muitos atribuindo aqueles resultados ao aumento dos preços do petróleo, outros à redução da produtividade do trabalho (os aumentos caíram a 4% anuais na Alemanha Ocidental contra 8% anuais no Japão).

Mais ou menos nesse período – fins dos anos setenta e início da década de oitenta – os conservadores ingleses elaboram um diagnóstico que, sucessivamente, irá tornar-se consensual, tanto para os liberais como para os sociais democratas: a retomada do crescimento exige recuos na estatização da economia. Os sociais democratas alemães tardaram em compreendê-lo, o que os leva à perda das eleições em 1982.

Os democratas cristãos conseguem quatro mandatos sucessivos, o último em 1994, embora entre 1990 e 1994 hajam perdido cadeiras (de 43,8%, 319 cadeiras, para 41%, 294 deputados). De todos os modos, em aliança com o Partido Liberal teve assegurada maioria para governar. Helmut Kohl acumulou grandes vitórias no processo de constituição do Mercado Comum Europeu, com a unificação da Alemanha e o fim do governo comunista no Leste (consumado em 3/10/1990). Apesar disto, nas eleições de 1948, os sociais democratas voltam ao poder.

Em que pese o fraco desempenho eleitoral nas décadas de oitenta e noventa, os sociais democratas alemães conquistaram ampla adesão para a nova feição que atribuíram ao movimento socialista, como se evidenciará do balanço a ser efetuado em seguida.

f) O aprimoramento da proposta social-democrata sob a liderança de Schroeder

A vitória de Gerhard Schroeder nas eleições parlamentares alemãs de 1998, que o tornou Chanceler da Alemanha reunificada, deve-se a que o PSD compareceu unido ao pleito eleitoral, em que pese as graves divergências de Schroeder com o seu presidente Oskar Lafontaine. Este passou a integrar o ministério, na Pasta das finanças, opondo-se radicalmente à continuidade da política democrata-cristã, de inspiração liberal, tendente a reduzir impostos das empresas e flexibilizar as relações de trabalho. A carga tributária na Alemanha chegou a ser a mais alta da Europa e mesmo com o empenho democrata cristão em reverter essa situação, manteve-se muito elevada.

Em 1999, o PIB alemão alcançou US\$ 2,6 trilhões, equivalentes a pouco menos de 40% do PIB da Comunidade Européia (US\$ 6 trilhões), fazendo jus, deste modo, a que a

designassem como “locomotiva da Europa”. Entretanto, a reunificação traduziu-se em custos maiores que os estimados, dificultando o crescimento devido ao incremento das despesas governamentais. O PIB alemão decaiu no último trimestre de 1998 e a expansão em 1999 ficou em apenas 1,2%. O número de desempregados chegou a 4 milhões, notadamente em decorrência da gravidade da situação na parte oriental.⁽¹⁾

Por ocasião da abertura da Feira de Hanover, no primeiro semestre de 1997, o presidente da Federação das Indústrias Alemãs, Hans Olaf Henkel, resolveu estabelecer certas comparações entre a Inglaterra e a Alemanha. A primeira pergunta é a seguinte: como é possível que, desde 1981, os estrangeiros tenham investido ali dez vezes mais que no mercado alemão, que é duas vezes maior? E prossegue: enquanto os ingleses, nos últimos quatro anos, criaram 600 mil empregos, a taxa de desemprego na Alemanha até aumentou. Como os ingleses conseguiram reverter o desemprego? Na Inglaterra, embora os custos da mão-de-obra sejam metade dos alemães, não há diferenças substanciais entre o poder aquisitivo do trabalhador inglês e do alemão. O segredo, afirma, advém de que o Estado tornou-se mais enxuto, permitindo redução de impostos; a privatização liberou o Estado de encargos, revertendo a situação, desde que passou a auferir rendimentos das antigas empresas estatais deficitárias; e, finalmente, a liberalização melhorou a competição e reduziu a burocracia.⁽²⁾

Dispondo-se a seguir o caminho da Inglaterra – pelo menos no concernente à redução das despesas estatais, pelas resistências às reformas trabalhistas –, Schroeder acabou rompendo com Lafontaine e afastando-o do governo.⁽³⁾ Aberto, assim, o caminho à retomada da política democrata-cristã, Schroeder conseguiu aprovar no Parlamento redução da carga tributária incidente tanto sobre as empresas como sobre as pessoas físicas. Prevê-se que nos exercícios fiscais de 2001 a 2003, a redução de impostos alcance US\$ 120 bilhões (5,3% do PIB), devendo ser encaminhados US\$ 70 bilhões para investimentos, pelas empresas, ficando em mãos das famílias cerca de US\$ 50 bilhões. A expectativa é que venham a ser reduzidos os preços das mercadorias e obtido incremento substancial do consumo pessoal. A fórmula, já experimentada não só na Inglaterra mas também na Espanha, com a ascensão do Partido Popular ao poder, tem provado ser eficaz na redução do desemprego. Sua virtual eliminação, como se dá na Inglaterra e nos Estados Unidos, requer entretanto a reforma das relações de trabalho e da Previdência.⁽⁴⁾

Livre da presença de Lafontaine no governo, Schroeder tem procurado aproximar-se da chamada “terceira via”. Às vésperas das eleições europeias de meados de 1999, Blair e Schroeder divulgaram um manifesto dirigido a “todos os sociais democratas europeus”, concitando-os a aproveitar “à chance histórica de modernizar a Europa atribuindo prioridade à redução das despesas públicas, à redução de impostos, notadamente sobre as empresas e ao fim da *sociedade de assistência*”. A liderança do Partido Socialista Francês, instada a aderir ao pronunciamento, recusou-se. Mesmo assim, os dois líderes publicaram, em seguida, um longo documento intitulado “Europa: a terceira via e o novo centro”, em que procuram demonstrar os efeitos de suas propostas. Denomina-as diretamente de “pacto europeu pelo emprego”. Afirma-se ainda que “um sistema de seguridade social que acaba por entrar as possibilidades de obter emprego deve ser reformado”. É curioso que *Le Monde* haja divulgado o documento com este título “Blair e Schroeder querem converter a esquerda ao social-liberalismo”.

Entretanto, não se acredita que a dupla consiga eliminar a presença socialista na social-democracia europeia. Lafontaine expressava uma tendência forte no PSD Alemão,

razão pela qual era o presidente da agremiação. Além disso, a experiência sugere que o PS Francês dificilmente será convertido à modernização. O PSOE Espanhol, com o afastamento de Felipe Gonzalez de sua liderança, tem recuado das antigas posições renovadoras, chegando mesmo a reaproximar-se do Partido Comunista (Esquerda Unida, na Espanha de hoje). Pesa também a circunstância de que o confronto não se dá com propostas modernas e eficazes, a exemplo daquela defendida pelo PP Espanhol e que tende a configurar a opção do Partido Popular Europeu, que reúne entre outros partidos a DC Alemã. A chamada direita é representada na Itália, na atualidade, por Berlusconi para não falar do crescimento da influência do chamado Partido da Liberdade, na Áustria, sob a liderança de Jorg Heider, um quase-nazista.

IV. A AMPLITUDE DA ADEÇÃO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS AO IDEÁRIO SOCIAL DEMOCRATA

Neste pós-guerra, os socialistas tiveram uma grande ascendência política na Europa. Considerando apenas as décadas de setenta e oitenta formaram o governo nos adiante e pelos períodos indicados:

País	Período
Áustria	1970/1989
Dinamarca	1971/1972 – 1975/1981
França	1981/1985 – 1988/1989
Alemanha	1970/1981
Grécia	1981/1989
Noruega	1973/1980 – 1986/1989
Portugal	1976/1977
Espanha	1982/1989
Suécia	1970/1975 – 1982/1989

Na Bélgica, no mesmo período, obtiveram em torno de 30% dos votos, na Finlândia, cerca de 25% e na Holanda oscilando por volta dos 30%. Na Itália, embora os socialistas fizessem parte da coalizão governamental, na maior parte do tempo a hegemonia esteve com os democrata-cristãos e os comunistas dominavam a esquerda.

A subida do Partido Conservador ao poder na Inglaterra (pela primeira vez em 1979, reelegendo-se sucessivamente), inverteu a situação. Mme. Thatcher lançou o programa de desestatização que acabaria sendo encampado pela burocracia do Mercado Comum. No fim do decênio passado e começos deste sobrevém a derrocada do socialismo soviético. Inverte-se totalmente a situação em quase todos os partidos socialistas europeus.

Tomando os países mais populosos:

Inglaterra – conforme se referiu, depois da quarta derrota eleitoral sucessiva (1992) e da morte do líder em exercício (John Smith) escolhe-se Tony Blair para líder. Este consegue revogar a denominada cláusula IV que definia o Partido Trabalhista como socialista e o socialismo como a posse coletiva (estatal) dos meios de produção. Outros passos foram dados no sentido de abandonar as posições do que chamam de *old left*.

Vinha ganhando nas pesquisas para as eleições parlamentares e, como era esperado, elegeu-se em maio de 1997.

Itália – Os comunistas romperam abertamente com o passado e criaram um novo partido, por sinal com sigla parecida com a social democracia PSD – Partido da *Sinistra*

(esquerda em italiano) Democrática. Conseguiram formar uma ampla coalizão e organizar o governo em 1996.

Espanha – Felipe González encontra-se inteiramente afinado com a social democracia, o que se pode comprovar nas declarações a imprensa brasileira, adiante transcritas. Embora haja perdido as eleições de março DE 1996, continua como uma grande força política no país.

Em sua passagem pelo Brasil, em dezembro de 1996, Felipe González fez à imprensa uma clara profissão de fé social democrata, segundo se pode ver da entrevista adiante transcrita (*O Globo*, 2/12/96):

O GLOBO: *Como o senhor vê o socialismo hoje?*

Felipe González: O socialismo tem que buscar idéias novas. A esquerda tem que enfrentar o desafio da globalização e considerar que o mercado é o único mecanismo de criação de riqueza que se conhece. Não fazer isso é uma estupidez. Não é preciso ser estúpido para ser da esquerda. Infelizmente, o conservadorismo ideológico da esquerda é impressionante. Se nascesse hoje Marx não seria marxista.

. Seria o que? Neoliberal?

González: Evidentemente que não. Não se pode pedir ao Mercado que dê justiça social, que cuide de distribuir renda e de fazer com que todos tenham acesso a serviços educacionais, sanitários, de saúde e outros. O socialismo democrático não é uma meta, é sempre um caminho. E quando se converte em religião é uma catástrofe.

. Não é contraditório ser socialista e defender a privatização de empresas públicas?

González: O socialismo não tem nada a ver com empresa pública. Na Espanha, a nacionalização foi feita por Francisco Franco. O poder público não tem que fazer calças ou carros. Os países socialistas provaram que isso é besteira.

Alemanha – O Partido social Democrata continua aprofundando o seu rompimento com a antiga plataforma socialista. É sintomático que, depois da vitória eleitoral de 1998, Schroeder haja conseguido reafirmar a opção social democrata, afastando La Fontaine, que a isto se opunha, preferindo o socialismo.

Os socialistas da Áustria, Suécia, Noruega e Finlândia renunciaram à velha oposição à União Européia. Certamente darão novos passos na direção da social democracia.

O que precede, pode-se concluir que na segunda metade da década de noventa a situação inverteu-se radicalmente no tocante à adesão dos Partidos Socialistas ao ideário social democrata. Enquanto nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, o Partido Social Democrata Alemão só foi acompanhado pelo Partido Trabalhista da Austrália, às vésperas do fim do século e do milênio a grande maioria das agremiações socialistas alinha-se na social democracia. Dentre os mais importantes, a única exceção corresponde ao Partido Socialista francês.

O Partido Socialista francês ganhou as eleições presidenciais em 1981, com François Mitterrand, e, no segundo escrutínio obteve maioria absoluta no Parlamento. Os socialistas aplicaram rigorosamente o seu programa de nacionalizações (estatização), desta vez para enquadrar o sistema financeiro, já que os outros setores mais importantes encontravam-se em mãos do Estado. Seguiram-se grandes dificuldades financeiras, o que acarretou certo isolamento dos socialistas. disso resultou que os liberais ganhassem as eleições parlamentares de 1987. Coexistiram, assim, durante certo período, a Presidência socialista e o gabinete liberal. Entrementes, Mitterrand recua das nacionalizações e pratica uma política econômica consensual, o que lhe assegura um segundo mandato. Revigorado por tais resultados, dissolve a Assembléia e o Partido socialista obtém maioria parlamentar. Apesar disso, Mitterrand seguiu firmemente a linha pragmática, reforçando a aliança com a Alemanha e atuando decisivamente para consolidar o Mercado Comum.

O longo predomínio socialista na Presidência (Mitterrand exerceu-a por 14 anos) encerrou-se com a vitória de Jacques Chirac no segundo turno das eleições de maio de 1995. Antecipando as eleições em maio de 1997, os socialistas obtêm maioria e formam o governo (Jospin).

O pragmatismo de Mitterrand não se transmitiu ao Partido Socialista. O caminho da sua transformação num ardido social democrata não parece simples, levando em conta as singularidades desse partido, que estão adiante apontadas esquematicamente.

Em primeiro lugar, o Partido Socialista Francês foi arrolado entre aquelas agremiações provenientes de inspiração moral, sustentada basicamente por intelectuais, James Bryce, no livro *As democracias modernas* (1924) estabeleceu a seguinte distinção entre duas categorias de partidos socialistas: “os partidos operários criados pelos sindicatos e os partidos socialistas, criados pelos parlamentares e pelos intelectuais, sendo estes mais teóricos e menos realistas que os primeiros.” O Partido Comunista originou-se de uma cisão do PS e acabou controlando a principal organização sindical do país, a CGT.

Além disto, certas tradições francesas foram francamente assumidas pelos socialistas. Assim, o republicanismo. Os monarquistas tiveram muita força no século passado. E mesmo trinta anos depois da 3ª República (proclamada em 1870), nas eleições de 1898, os monarquistas tiveram 17% dos votos.

Outro componente é o anticlericalismo. Ainda em 1905, as propriedades da Igreja Católica foram confiscadas e doadas a instituições de caridade.

Dessas tradições, resulta que o culto do Estado não está associado propriamente ao marxismo (herdeiro da idéia hegeliana de que seria um ente moral) mas à capacidade que o republicanismo francês revelou de fazer com que o Estado funcionasse. A *École Nationale d'Administration* é uma instituição pela qual passaram os principais líderes políticos, de que a maioria da elite muito se orgulha. Além das *grandes escolas*, os franceses criaram um sistema universal de ensino (bacharelado, 12 anos) que se considera exemplar. O que destoia desse quadro no país é a Universidade, com sua velha tradição participante, dissolvida por Napoleão, e que na verdade nunca se aprumou, hoje, ao que tudo indica, ainda dominada pelos marxistas. O sistema universal de saúde é outro exemplo.

De todos os modos, a evolução do Partido Socialista Francês é muito importante para os destinos da social democracia europeia.

**PARTE III – ELABORAÇÃO TEÓRICA RECENTE E
AVALIAÇÃO CRÍTICA SEGUNDO ÓTICA LIBERAL**

I. A DOCTRINA DA TERCEIRA VIA NA VERSÃO DE ANTHONY GIDDENS

Anthony Giddens é autor de extensa bibliografia incluindo-se, sem favor, no reduzido grupo dos expoentes da sociologia inglesa. Presentemente ocupa o cargo de reitor da London School of Economics. Mereceu, de Philip Cassel, uma ordenação de sua obra imensa (*The Giddens Reader*, publicada simultaneamente em Londres (The Macmillan Press) e nos Estados Unidos (Stanford University Press), em 1993. Segundo esse autor, poderia ser agrupada deste modo: I) Encontros com as tradições clássicas, onde analisa Marx, Weber e Durkheim; II) Problemas de ação e estrutura; III) Tempo e espaço; IV) Teoria crítica, em que enfrenta os temas centrais dos valores e da vida política. Seu compêndio de sociologia (1987), tem sido revisto e sucessivamente reeditado. Assumiu francamente a tarefa de proporcionar ampla fundamentação da chamada terceira via, a que dedicou o livro *A terceira via: renovação da social democracia* (1998) e, mais recentemente, a obra em que nos deteremos *A terceira via e seus críticos*, Londres, Polity Press, 2000.

Logo no primeiro capítulo, Anthony Giddens resume as principais críticas à proposta de Tony Blair, considerando-as de modo autônomo nos quatro capítulos seguintes. Atribui as críticas ao fato de que haja logrado expressivas adesões nos Estados Unidos e na Europa, mencionando documentos que as atestam como aquele editado pela Casa Branca, em 1999, com pronunciamentos de Bill Clinton, Tony Blair, Gerard Schroeder, Win Kok (na época primeiro ministro da Holanda) e Massimo D'Alema; e o livro *Europa: a terceira via* (1999), de Blair e Schroeder. Assinala que as críticas provêm tanto dos conservadores como dos socialistas, dispondo-se a considerá-las todas. Destaca o ensaísta norte-americano Jeff Faux, que focaliza sobretudo os chamados “novos democratas”, aos quais se integra Clinton; o marxista inglês Stuart Hall (a revista *Marxism Today* publicou, em dezembro de 1998, um número especial com Blair na capa e esta legenda gigante: *WRONG*); outro crítico britânico Alan Ryan (diz que a terceira via era viável quando apareceu na Inglaterra nos começos do século XX; porém agora não mais atende à nova circunstância); Oskar Lafontaine, presidente do PSD Alemão que, em disputa com Schroeder, depois da eleição, foi derrotado, afastando-se daquela liderança; o finlandês Erkki Tuomiola e o liberal Ralf Darenhdorf.

Antes de enfrentá-las de per si, Giddens procura agrupá-las de forma a dispor de uma espécie de tipologia. Assim, o primeiro grupo afirma que não dispõe de propostas efetivas. Sabe-se que é contra o socialismo de antigo estilo (estatização da economia; regulamentação excessiva etc.) mas não se sabe de que precisamente é a favor. Os seguintes dizem que não passa de uma forma de conservadorismo; proclama que se desloca na direção do centro, dizendo-se de centro-esquerda, mas na verdade não passa de uma adesão à direita. O terceiro grupo de críticos focaliza o tema da globalização. Os partidários de Blair ao aceitá-la como um fato omitiriam a circunstância de que haveria ganhadores e perdedores. O quarto grupo tipifica-a como uma proposta exclusivamente britânica, que não atenderia às situações em que as dificuldades do sistema do Welfare vieram sendo enfrentadas. O quinto grupo afirma que a terceira via não dispõe de uma política efetiva, que não saberia dar conta dos problemas quando esgotar-se o ciclo de prosperidade. Finalmente, o último tipo de crítico acusa-a de ignorar as conseqüências danosas da globalização para o meio ambiente.

A resposta de Giddens consiste em precisar que avanços a terceira via representa em relação a formulação da social democracia (Bad Godsberg, 1959) – no capítulo segundo

intitulado “A social democracia e a terceira via”; qual a proposta econômica efetiva (capítulo terceiro); o problema das desigualdades (capítulo quarto) e, finalmente, a globalização (capítulo quinto).

O principal progresso em relação à social democracia estruturada desde a década de sessenta, e sobretudo a partir dos êxitos pós-queda do muro, segundo Giddens, consistem na compreensão da natureza do mercado e do caráter falacioso da posição maniqueísta que lhe atribui todos os males e, ao Estado, todo o Bem. É, a partir dessa compreensão, que se torna capaz de propor uma verdadeira renovação, sem renegar o apelo moral do socialismo. Indica que as restrições ao mercado, provenientes da velha esquerda, impedem-na de propor uma política que privilegie os interesses dos menos favorecidos.

Giddens argumenta que o mercado produz desigualdades mas não só isto. Parece-lhes ser essencial compreender que igualmente o Estado pode produzir desigualdades e tem também outros efeitos negativos sobre a vida dos indivíduos. Escreve: “Mesmo em suas formas mais desenvolvidas, o Estado não é um bem absoluto. Todos os Estados de Bem Estar criam problemas de dependência, danos morais, burocracia, formação de grupos de interesses e corrupção”. (p. 33)

Entende ter se tornado arcaica a idéia de que cumpre defender-se do mercado, dos seus perigos e excessos, subordinando-o ao Estado, substituir o mecanismo da formação de preços pela planificação.

Giddens não se furta a proclamar que o mercado estimula a eficiência econômica. A possibilidade da escolha dos consumidores, graças à competição entre produtores, é uma realidade. Tais circunstâncias, acrescenta, favorecem a responsabilidade das pessoas na administração dos seus orçamentos. Diz textualmente: “A economia de mercado bem sucedida é capaz de gerar maior prosperidade que todo outro sistema rival. Na verdade, não há sistema rival”. O sucesso da economia de mercado advém do fato de que sinaliza permanentemente para produtores, comerciantes e consumidores. Está convencido de que a aceitação dessas verdades não implica capitular diante da proposta neoliberal. O mercado atende aos consumidores mas a sociedade não pode orientar-se por este único valor. Por si mesmo, o mercado não dispõe de nenhum elemento limitador, razão pela qual não pode prescindir de controles externos.

“Combinado com a energia empresarial, a economia de mercado é muito mais dinâmica que qualquer outro tipo de sistema econômico”. Em que pese o fato, não é auto-regulável. Tende a flutuações cíclicas bem como a gerar monopólios. Por isto, requer agências externas que reforcem a competitividade e promovam medidas anti-cíclicas.

A terceira via sustenta a luta pela extensão dos mecanismos democráticos, pelo controle do poder das corporações e a proteção das minorias culturais. Ao fazê-lo, diz o nosso autor, mantém-se fiel às tradições da social democracia. Contudo, torna-se necessário distinguir tal posicionamento do que denomina de *política de redenção*, equivalente ao que no Brasil é referido como “passar o país a limpo”. Esta corresponde à visão da velha esquerda, para a qual o mundo está povoado de “inimigos”: os capitalistas, os mercados, as grandes corporações, os ricos e os Estados Unidos com suas ambições imperialistas. A direita também dispõe de “cabeças de turco”: o governo central, os relativistas culturais, os pobres, imigrantes e criminosos. Argumenta Giddens: acontece que no mundo não existem fontes concentradas

do mal. A terceira via rejeita as políticas redentoras.

Esquerda e direita tampouco são as únicas linhas divisórias em política. Certamente que não desaparecerão. Numa visão equilibrada, seria imprescindível partir de posicionamentos relacionados a valores. Lembra que Bobbio define a esquerda como dizendo respeito à busca da redução das desigualdades. Outros valores seriam a proteção social e a defesa das pessoas vulneráveis. Nestes termos, a terceira via pode ser qualificada como esquerda. Ainda assim, não cabe radicalizar a questão, na medida em que aquela divisão reflete um mundo no qual se acreditava que o capitalismo iria desaparecer e o conflito social ocupava o centro da vida política, condições que não mais persistem.

Giddens relaciona numerosos exemplos nos quais não se pode falar em posições de esquerda ou de direita. No Ocidente, é unânime hoje a condenação das grandes burocracias e do clientelismo, do mesmo modo que a preferência pela redução dos poderes centrais em favor de administrações locais. A própria realidade mudou muito: o operariado manufatureiro não passa de 20% da força do trabalho. Conclui: “Muitas políticas que podem ser chamadas de radicais transcendem a divisão esquerda-direita. Exigem e podem alcançar apoios das mais diversas classes sociais, como se dá no âmbito da educação, da reforma da seguridade social, da economia, da ecologia e do controle do crime. Se a social democracia não for capaz de corresponder a essas expectativas - especialmente no contexto da globalização e da mudança tecnológica - suas vitórias eleitorais serão transitórias. É claro que a tudo isto se sobrepõe uma questão básica: aquelas políticas são compatíveis com a melhoria da situação dos desprivilegiados? Creio que sim, pelas razões que aponto logo adiante.” (p.44)

A propósito do posicionamento da terceira via a respeito do crime e da família classificado pelos críticos como “assalto à liberdade e à tolerância”, críticas que alcançam tanto o governo de Blair como o de Clinton –, Anthony Giddens opõe-se firmemente à hipótese, que atribui à velha esquerda, de que a criminalidade proviria da pobreza e das desigualdades, fazendo caso omissivo da responsabilidade pessoal. Combate também a posição neoliberal que, ao contrário do que recomenda em matéria de política econômica, advoga ampla regulamentação nos outros domínios da vida social, com o propósito de “proteger a moralidade tradicional”. Parece-lhe que semelhante combinação acha-se desprovida de qualquer sentido.

Giddens louva-se das pesquisas desenvolvidas durante mais de uma década, nos países industrializados, acerca das famílias dirigidas apenas pela mãe – a maioria dos casos – ou pelo pai.⁽¹⁾ As crianças que cresceram nesse ambiente, em proporções elevadas, tendem à prática de ações criminosas. Onde o contingente de mães solteiras, sustentadas pelo Welfare, é representativo, naquele conjunto, cresce a presença do fator pobreza na delinquência juvenil e adolescente. Na visão de Giddens, a terceira via advoga uma política de fortalecimento das famílias que não se proponha restaurar a família tradicional, sem levar em conta as imensas mudanças ocorridas em nosso tempo.

Em matéria de família, a terceira via adota os mesmos princípios da política econômica denominada de supply-side,⁽²⁾ que, ao invés da intervenção direta, recorre aos incentivos. Assim, o governo deve valer-se das pesquisas sociais, a exemplo da que se referiu precedentemente, com o propósito de promover os valores da família. Os programas concretos deveriam estar voltados diretamente para as comunidades, tentando criar (ou restaurar) ambientes saudáveis para a sobrevivência das famílias. A par do estímulo ao funcionamento

de creches de boa qualidade, cabe igualmente tornar encargo oficial a remuneração às mães que se disponham a deixar o trabalho para cuidar dos filhos. As empresas e as organizações não-governamentais precisam ser atraídas para esse tipo de ação.

No que respeita ao combate à criminalidade, Giddens registra o fato de que, na Inglaterra, o seu grande aumento deu-se entre 1960 e 1975, período de pleno emprego e elevação geral dos padrões de vida. Assim, relacionar o evento a circunstâncias fortuitas representa grave equívoco. Na verdade, escreve, “os registros disponíveis sugerem que o crime é uma parte normal da experiência dos povos muito mais do que evento excepcional. Alguns dos crimes mais sérios – violência e assalto sexuais – são mais comuns do que se acreditava previamente”. (p.49)

Giddens refere especificamente o problema das zonas degradadas em grandes centros do mundo desenvolvido e contesta que a repressão policial, naqueles casos, possa ser considerada como atentatória à liberdade. Aposta no que denomina de policiamento comunitário.

Enfim, a terceira via não representa movimento na direção da direita, enfatiza. Trata-se de acomodar-se às mudanças de que as velhas ideologias não dão conta. Se os sociais democratas não souberem fazê-lo, deve-se esperar o recrudescimento de uma direita agressiva e violenta, como já ocorreria no continente.

Giddens ainda refere um ou outro ponto criticado pelos opositores da terceira via. Contudo, o que se referiu parece suficiente para demonstrar a firmeza das suas convicções e a notável capacidade de argumentação. Entendo que mais importante é deter-se na apresentação que faz das políticas preconizadas por aquela vertente, a começar da questão econômica, a que dedica todo um capítulo de seu livro.

Na abordagem do tema proposto, Giddens parte da premissa de que a globalização representa algo de novo e de dimensões insuspeitadas, valendo-se de exemplos como o seguinte: o movimento financeiro diário, há vinte anos, afora achar-se virtualmente circunscrito ao mundo desenvolvido, correspondia a US\$ 180 milhões. Presentemente, envolve praticamente todos os países e equivale a US\$ 1,5 trilhão.

A circunstância descrita foi influenciada pela revolução tecnológica que, por sua vez, dissolve costumes e tradições. Deste modo, a política econômica deve estar relacionada à reforma do Estado. Nesse particular, advoga o que chama de “pluralismo estrutural”, isto é, ações tendentes a fazer florescer não apenas as instituições estatais mas igualmente a sociedade civil e o próprio mercado. Parece-lhe impossível alcançar a justiça onde qualquer desses elementos seja dominante, requerendo o melhor equilíbrio possível entre eles a fim de que a sociedade plural possa sustentar-se.

Na nova circunstância, a terceira via dispõe de políticas específicas destinadas a assegurar a formação do requerido capital social e o pleno amadurecimento daquilo que seria a economia tecnológica.

Conclui deste modo: “A reforma do governo e do Estado ... acha-se estreitamente vinculada às mudanças na economia, sinalizadas pela economia tecnológica. No mundo contemporâneo, ao contrário do que dizem os neoliberais, precisamos de mais governo e não de menos. ... Ainda assim, as intervenções econômicas do governo precisam ser diferentes

daquelas do passado, quando a velha esquerda insistia na necessidade de regulamentar e regulamentar... Em contrapartida, a desregulamentação pode ser importante nas áreas onde restrições possam inibir inovações, criação de empregos e outros objetivos econômicos básicos. O governo não está aí apenas para constranger os mercados e a mudança tecnológica – tem justamente um papel decisivo em contribuir no sentido de que alcance aqueles objetivos sociais. Para lográ-lo, deve mobilizar os recursos da sociedade civil; recursos que são indispensáveis ao efetivo governo. Todas essas condições são relevantes para a eliminação de desigualdades”. (p. 84)

Para enfrentar as desigualdades, a terceira via começa por recusar a igualdade utópica sustentada pela velha esquerda. Não é possível eliminar a competição entre as pessoas, na disputa por liderança – fonte natural das desigualdades – sem preconizar intervenção verdadeiramente tirânica na vida social. Nesta como em outras matérias, a terceira via quer pautar-se por uma posição realista. Advoga a igualdade de oportunidades mas cogita de proporcionar igualmente a redistribuição da renda. Reconhece a necessidade da reforma do Welfare, encontrando novas formas de sustentar as prerrogativas que faculta, adotando medidas a fim de que não criem dependências inamovíveis, como vem ocorrendo, e também sem que isto implique em custos sociais excessivos. Vale dizer: os dispêndios sociais não podem ser dissociados de suas conseqüências para a economia como um todo.

A fundamentação teórica que Anthony Giddens proporciona à terceira via, em seu último livro, equivale certamente ao desdobramento da linha básica constitutiva da social democracia: a aproximação do socialismo ao liberalismo. Representa aquela facção no seio da social democracia que parece haver perdido inteiramente o receio daquela aproximação.

Contudo, persiste uma diferenciação básica. Giddens não abdica da suposição (ingênua) de que o Estado seria uma instância moral, quando não passa de um polo de interesses igual a qualquer outro agrupamento social. Deste modo, quando fala em mais governo, é inevitável que se traduza em expansão das burocracias e do aumento da participação dos gastos públicos no PIB. A par disto, a prática da política de fomentar o consumo implica persistente redução de impostos, o que não se coaduna com políticas de “mais governo”.

Blair soube beneficiar-se das reformas efetivadas pelos conservadores, sob a liderança de Mme. Thatcher. Graças a isto, a taxa de desemprego na Inglaterra acompanha o que se dá nos Estados Unidos. Contudo, o governo Blair não avançou na reforma do Welfare e está longe de advogar a substituição do sistema atual (taxas cobradas de usuários, complementadas por recursos provenientes do Orçamento) pelos Fundos de Pensões, mecanismo responsável, em última instância, pelo dinamismo da economia norte-americana, na medida em que ao invés de aumentar dispêndios de custeio sustenta taxas altas de investimentos. Sem isto, a afirmativa de que alcançará expressiva reanimação econômica não passará de promessa vã.

Do que precede, Giddens não escapa da crítica que endereçamos à social democracia, de uma ótica liberal, no capítulo seguinte.

II. AVALIAÇÃO LIBERAL DA SOCIAL DEMOCRACIA

Da análise que empreendemos do processo histórico de formação da social democracia – e de seus avanços teóricos mais recentes –, podemos apresentar, no interesse da diferenciação entre aquela corrente e o liberalismo, as seguintes conclusões:

1ª) A exemplo dos socialistas, os sociais democratas continuam pretendendo transformar a sociedade. Na visão liberal, o que compete na matéria é organizar o conflito de interesses. As sociedades são estruturadas com base em arraigadas tradições culturais, nucleadas por determinados valores, de muito difícil reconstituição. O que se pode pretender, quanto a isto, seria elaborar modelos ou “tipos ideais”, capazes de orientar determinada ação dirigida no sentido da pretendida organização do conflito. Assim, por exemplo, no caso brasileiro, parece inquestionável que a moral contrareformista, do mesmo modo que o patrimonialismo, constituem sérios obstáculos à plena estruturação das instituições do sistema representativo. No primeiro caso, é deveras generalizada entre nós liberais a suposição de que, muito provavelmente, aquela moral tão antiga e tão viva em nosso meio somente seria efetivamente combalida no caso de uma esmagadora vitória, no campo religioso, do atual surto de expansão das igrejas evangélicas. E, no tocante ao patrimonialismo, as dificuldades na sua superação aparecem-nos todos os dias, bastando ver a arraigada oposição às privatizações.

Em suma, socialistas e sociais democratas ainda acreditam na possibilidade de mudar a sociedade por decreto, embora essa impossibilidade haja sido demonstrada pelo eminente sociólogo francês Michel Cozier (n. 1922).⁽¹⁾ A proveniência última dessa crença origina-se no menosprezo do significado da base moral da sociedade.

Em contrapartida, os liberais consideram ingênua semelhante postulação. As razões pelas quais dão-se a mudança na escala de valores – e, em consequência, transformações sociais mais profundas – constituem um grande mistério. Todo mundo supunha que o regime comunista somente terminaria em decorrência de derrota militar. Pode-se naturalmente formular hipóteses acerca das causas que levaram ao seu desaparecimento pacífico. De todos os modos, contudo, levando em conta as tradições patrimonialistas e despóticas da velha Rússia, devemos nutrir a certeza de que muito dificilmente transformar-se-á numa nação capitalista, dispondo de forte e consolidado Estado Liberal de Direito.

O reconhecimento da inexistência de uma teoria “científica” acerca da transformação social, obriga os liberais a dar provas de criatividade no sentido de alcançar o objetivo visado: a estruturação, em bases sólidas, do Estado Liberal de Direito, exorcizando de vez, nas nossas circunstâncias, os golpes de Estado e os surtos autoritários. Por isto mesmo não basta, como advertia o Visconde de Uruguai, conhecer de modo adequado a doutrina liberal, importando, além disto, identificar e saber contornar os obstáculos que se interponham à sua vitoriosa implementação.

Reside pois no entendimento do processo social o elemento básico diferenciador entre liberais e sociais democratas, à luz do exame que efetivamos da obra de seus mais insígnis representantes.

2ª) No que se refere especificamente aos direitos sociais e como enfrentar os fenômenos decorrentes do atual ciclo de desenvolvimento da sociedade industrial, a principal conclusão que se impõe, no confronto com a social democracia, é a de que nós liberais sociais estamos de posse de uma doutrina melhor elaborada. Para comprová-lo, basta o que adiante se indica.

No debate ocorrido no século XIX, os liberais buscaram enfrentar aquilo que Tocqueville chamou de “paradoxo da pobreza”, isto é, o fato de que, com o enriquecimento decorrente da Revolução Industrial, a pobreza deixou de corresponder à circunstância existencial de não ter o que comer passando a ser associada à “carência em relação a múltiplas coisas”.

Na mencionada discussão, os liberais estabeleceram uma nítida diferenciação entre indigência e pobreza, definindo-se a primeira como “o estado da pessoa incapaz de obter, em retribuição ao seu trabalho, os meios de subsistência”. E, a segunda, como “o estado daqueles que, para obter a própria subsistência, são obrigados a recorrer ao trabalho”. No tocante à indigência, acrescentaram que não poderia ficar na exclusiva dependência da caridade, devendo merecer assistência pública, sustentada por impostos. A circunstância veio a ser magnificamente analisada por Gertrude Himmelfarb.(2)

Acresce que a situação atual não pode, de modo algum, ser referida aos primórdios da sociedade industrial, porquanto nos países desenvolvidos as situações de indigência foram eliminadas. Os desempregados desses países recebem subsídios que lhes asseguram manter os padrões de vida que chegaram a conquistar no trabalho.

Colocada a questão nesses termos, seriam três os temas a discutir autonomamente - o que nos propomos efetivar adiante –, a saber: Primeiro) A questão dos direitos sociais; Segundo) Causas prováveis do chamado “desemprego estrutural” e como eliminá-las ou reduzir seus efeitos: e, Terceiro) Como organizar, em bases estáveis, o financiamento da seguridade social.

3ª) O fato de que a Organização das Nações Unidas haja adotado, em 1948, a chamada Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual foram incluídos os chamados “direitos sociais”, provocou uma grande celeuma, mesmo entre os liberais, tendo Hayek se insurgido francamente contra a idéia de justiça social.

Para dizer o essencial acerca das discordâncias, dos próprios liberais, com o posicionamento hayekiano, mencione-se os livros *Liberalismo e justiça social*, de Ubiratan Borges de Macedo (São Paulo, Ibrasa, 1995) e *Direitos sociais de cidadania*, de João Carlos Espada (Lisboa, Imprensa Nacional, 1997).

Ubiratan Macedo minimiza a divergência, chamando a atenção de que os liberais não têm porque insurgir-se contra os fatos, havendo em cada sociedade práticas relacionadas àqueles direitos que precisam ser encaradas objetivamente. No caso específico das teses de Hayek, conclui que “admite uma justiça social, a justiça dos comportamentos, dos procedimentos, dos homens livres numa sociedade livre. É a obediência às regras do jogo, ao direito escrito, um tipo de justiça processual desembocando numa igualdade de oportunidades, e não de resultados”. (ed. cit., p.113)

Espada considera que Hayek abandonou progressivamente o entendimento de que o liberalismo, sem pretender qualquer forma de “engenharia social” desde os seus primórdios advoga a imprescindível interferência normativa, essencial ao funcionamento da sociedade em seu conjunto, inclusive do mercado. Assim, no livro *Lei, legislação e liberdade* (1976) entende que a “Common Law” consistiria na espinha dorsal da admitida ingerência normativa. Mais tarde (no livro *The Fatal Conceit: The errors of socialism* -1988) passa a confiar exclusivamente na ordem espontânea. Conclui que, por esse caminho, passa do liberalismo ao evolucionismo, curiosamente admitindo – a exemplo do marxismo mas desta vez com o sinal trocado – que o curso real levará à vitória final do liberalismo.

Tanto Ubiratan Macedo como Espada apresentam o entendimento liberal da questão, negando a possibilidade de considerá-los abstratamente, sem referência aos níveis correspondentes de desenvolvimento econômico de determinada sociedade. Para bem precisar tal entendimento, Espada explicita que se trata de direitos sociais de cidadania, isto é referidos a um território estatal perfeitamente configurado. Escreve a esse propósito: “Os direitos sociais não devem ser associados a qualquer teoria global de justiça de qualquer natureza. Devem ser vistos como algo que dá origem a um chão comum abaixo do qual ninguém deve recear cair, mas acima do qual podem surgir e florescer desigualdades sociais. Este estatuto comum de cidadania poderá portanto ser visto como uma expressão da vontade política de evitar a injustiça e, sobretudo, a exclusão, mas isto não implica de modo algum uma teoria global da justiça ou um padrão comum de distribuição. Só permitindo esta distinção, e só assim, é que os direitos sociais podem ser considerados uma parte integrante dos direitos dos indivíduos, em sintonia com os direitos políticos e civis tradicionais.”

4ª) O chamado “desemprego estrutural” tornou-se uma questão preocupante na Europa Continental. A França registra a presença de três milhões de desempregados ao longo de período dilatado, parecendo uma questão insolúvel, se não existissem países desenvolvidos onde tal não ocorre, isto é, defrontam-se com níveis de desemprego admitidos como normais, levando em conta as novas gerações ingressando no mercado, deslocamentos populacionais, chegada de emigrantes, etc. As nações onde o desemprego não chegou àquelas proporções dramáticas são os Estados Unidos e a Inglaterra, dentre as maiores economias.

O que existe de comum entre as economias norte-americanas e inglesa? Segundo os estudiosos, trata-se da flexibilização das relações de trabalho. A negociação entre as partes foi amplamente desregulamentada, no caso inglês, e nunca chegou a estruturar-se rigidamente nos Estados Unidos, salvo nos contratos coletivos de alguns setores, que também foram instados a torná-los menos rígidos. Entre nós essa tese tem sido amplamente documentada pelo prof. José Pastore, da Faculdade de Economia e Administração da USP.

Num ambiente em que em que se admitem múltiplas formas de contratação do trabalho, nos períodos recessivos (que a experiência indica serem transitórios), as empresas não se vêm obrigadas a dispensar quadros do seu pessoal, em cuja formação, ao longo do tempo, muito terão investido. O mesmo ocorreria quando da introdução de aperfeiçoamentos tecnológicos poupadores de mão-de-obra. Desse modo, o desemprego gerado a partir das duas situações (recessão e desenvolvimento tecnológico), que seriam propriamente algo de estrutural e inerente à sociedade industrial de nosso tempo, teriam sua causa na rigidez das relações de trabalho. O Brasil seria uma espécie de “caso limite” dessa situação, porquanto a legislação trabalhista só admite a contratação permanente, associada a diversos encargos que terminam por duplicar os níveis de remuneração, aparentemente sem maiores benefícios

diretos para os empregados. Recentemente deu-se início à experimentação da contratação temporária, mas em meio a uma descrença generalizada quanto aos seus efeitos porquanto o que se impunha era tornar flexível a contratação, isto é, admitida a negociação entre as partes, estabelecendo ou não determinadas condições.

Os críticos desinformados da realidade do mundo desenvolvido procuram fazer crer que a desregulamentação equivaleria a uma regressão aos tempos do chamado “capitalismo selvagem”, quando inexistiam regras definidoras de limites para a jornada de trabalho, repouso remunerado assegurado, direito a férias e, sobretudo, mecanismos aptos a permitir o acesso à assistência médico-hospitalar e aposentadoria. Contudo, essa crítica, na circunstância brasileira, acabará sendo ultrapassada pela realidade dos fatos, notadamente a redução sucessiva dos empregados formais no conjunto do mercado de trabalho.

Como vimos, a flexibilização ou a desregulamentação das relações de trabalho não se inserem no horizonte das possibilidades consideradas pela social democracia, como forma de enfrentar o chamado “desemprego estrutural”. Trata-se, portanto, de uma proposta de índole liberal.

5ª) Consideremos a questão do financiamento da seguridade social.

O modelo vitorioso em matéria de seguridade social é aquele vigente nos Estados Unidos, onde a par de um rendimento mínimo básico (“social security”), obrigatório, funcionam os Fundos de Pensões, que operam como empresas seguradoras, aplicando as contribuições de seus associados e atendendo aos benefícios a que fazem jus a partir das rendas resultantes de suas aplicações. Este modelo tornou a seguridade social um dos mais importantes investidores institucionais do país, quando o modelo clássico, até hoje vigente na Europa Ocidental, sustentado por contribuições correntes, retira recursos da economia e, graças a esse procedimento, acaba por debilitá-la.

A transição de um modelo para outro, segundo o comprova a experiência brasileira, é muito complexa e verdadeiramente traumática. O Chile conseguiu viabilizá-la mas permanece como exemplo isolado.

No Brasil, acresce a circunstância de que o governo Fernando Henrique não parece dispor de um projeto claro para a seguridade social. Na reforma que conseguiu aprovar a duras penas, a adesão ao modelo oficial não foi tornada optativa. A par disto, manteve-se, no interior do sistema, o atendimento a situações de indigência com recursos provenientes de contribuições correntes de outras categorias sociais, quando o correto seria enfrentá-las diretamente com impostos. A reforma tampouco cogitou da introdução de mecanismos de concorrência. Deste modo, as contribuições compulsórias, que de fato são muito elevadas para os retornos assegurados, não aparecem como tais. Ainda mais, o que existe fora do sistema, isto é, os maiores fundos de pensões, consiste de instituições artificiais, fruto do patrimonialismo, destinadas a privilegiar empregados das empresas estatais.

Em síntese, não se formulou uma proposta nitidamente de índole liberal.

6ª) No que se refere à ação política, contudo, a diferenciação central diz respeito ao fato de que a social democracia não cogita de reconhecer que o Estado não é nem pode comportar-se como um ser moral, na medida em que configura um polo de interesses igual a qualquer outro dentre os que se defrontam na sociedade. Nós liberais sociais recusamos a

hipótese conservadora de que se trataria de “mal necessário”. Certamente que o Estado não é um mal, tratando-se de instituição imprescindível e insubstituível. Contudo, a exemplo dos demais agentes – e em que pese a legitimidade dos seus interesses, como ocorre nos outros casos – não se deve supor que poderia auto-regular-se, requerendo, ao contrário, o permanente e eficaz controle social.

Em que pese o empenho de diferenciação, caberia reconhecer que especialmente no caso da Europa –, o equilíbrio de poder entre liberais e sociais democratas – com o correspondente isolamento ou enfraquecimento de socialistas e conservadores –, proporcionaria novo longo período de prosperidade e tranquilidade à região, a exemplo do que ocorreu nas décadas subsequentes ao término da guerra, sob a égide do keinesianismo, que se convencionou chamar de “os trinta gloriosos”.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Parte I - A revisão do marxismo e seu desfecho

Os autores fundamentais relacionados ao tema, conforme se indicou no texto, são Karl Kautsky e Edward Bernstein. De Kautsky há tradução de *A questão agrária*, oferecida na coleção *Os economistas*, da Editora Abril, tendo sido reeditada na *Coleção Pensamento Social Democrata*, do Instituto Teotônio Vilela. De Bernstein, o livro fundamental intitula-se *Premissas do socialismo e as tarefas da social democracia* (1898), que também deverá ser incluído na Coleção precedentemente mencionada. O texto que Jorge Zahar editou com o título de *Socialismo evolucionário* é uma compilação, publicada na Inglaterra no início do século XX, que não apresenta com fidelidade o ponto de vista de Bernstein. Outro autor muito importante, na formulação de uma alternativa ao marxismo, é Ferdinand Lassalle (1825-1864), por ter afirmado, em caráter pioneiro, a indissolúvel filiação da causa operária à consolidação do sistema democrático representativo. De sua autoria, a Coleção Pensamento Social Democrata publicou *Manifesto operário e outros textos políticos*.

Quanto ao Congresso de Bad Godsberg (1959), bem como os principais eventos que o antecederam, acha-se suficientemente caracterizado no livro *Histoire de la social-democratie allemande*, de Joseph Rovin, traduzido ao português (Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1979).

Parte II – Evolução do movimento socialista e amplitude da adesão à social-democracia

Para o processo histórico de formação do movimento sindical no século XIX recomenda-se o livro *O problema do sindicato único no Brasil* (2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978) de Evaristo de Moraes Filho, onde se reconstitui aquele processo, antecedendo o exame do aspecto ressaltado no título.

O trabalhismo inglês mereceu vários estudos, entre estes: G. H. Cole – *A history of the Labour Party from 1914*, London, 1948, Henry Pollins – *The origins of the Labour Party, 1880-1900*, London, 1954, RT McKenzie, *British Parties*, London, 1964. Foi traduzido ao português o livro de Clement Attlee *The Labour Party in Perspective* (1949), com o título de *Bases e Fundamentos do Trabalhismo* (Rio de Janeiro, ed. A Noite, s/d) . Este livro veio a ser reeditado na Coleção *Pensamento Social Democrata*.

Os aspectos organizacionais do Partido Trabalhista Britânico são objeto do livro *Labour's Grass Roots. The Politics of Party Membership*, de Patrick Seyd and Paul Whiteley (Oxford, Claredon, (1992) 2ª edição, 1998). Análise interessante da evolução da doutrina socialista, preconizada por suas lideranças mais importantes, é o tema de *The Labour Party's Political Thought. A History*, da autoria de Geoffrey Foote (3ª ed., New York, St Martin's Press, 1997), abrangendo inclusive a Tony Blair.

Estatísticas muito completas daquele Partido figuram em *Labour and Conservative Party Members* (1990-92). Social Characteristics, Political Attitudes and

Activities. De Patrick Seyd, Paul Hiteley and John Parry (Aldershot, England, Dartmouth Publishing Co., 1996).

Para o período recente: Peter Mendelson and Roger Liddle *The Blair Revolution. Can New Labour Deliver?* London, Faber and Faber, 1996.

E a obra comemorativa do centenário: *A Century of Labour. A history of the Labour Party. 1900-2000*, de Keith Laybourn (Sutton Publishing, 2000).

No tocante à social-democracia alemã, o livro fundamental é da autoria de Joseph Rovin, anteriormente referido (*Histoire de la social-democratie allemande*).

No que respeita à amplitude da adesão à social democracia, a informação mais completa consta de *One Hundred Years of Socialism. The West European Left in Twentieth Century* (London, L.B. Tauris, 1996), de Donald Sassoon, embora o autor faça profissão de fé socialista e critique a social-democracia. Menos expressiva – mas, em compensação, de mais fácil acesso – é a obra intitulada *O Mapa da Esquerda na Europa*, coletânea de ensaios coordenada por Perry Anderson, traduzida no Brasil (São Paulo, Contraponto, 1996).

Parte III – Elaboração teórica recente e avaliação crítica segundo ótica liberal

A bibliografia de Anthony Giddens acha-se caracterizada no texto.

Crítica liberal à social democracia, tomando como exemplo os franceses, consta da coletânea organizada por Ubiratan Macedo e que tivemos oportunidade de referir na Apresentação.